

**Nº10 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 17 de maio
de 2018. -----**

Aos dezassete dias do mês de maio do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Eng.^a Paula Fernanda da Mota Chaves, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de catorze de maio de dois mil e dezoito. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - AUSÊNCIA DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHORA DRA. MARIA MANUELA PEREIRA TENDER. -----

De acordo com a informação prestada, sobre a matéria, pelo Vice-Presidente da Câmara, a Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, irá estar ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, atendendo à sua agenda parlamentar programada, para o dia de hoje, reuniões de Grupo Parlamentar de manhã e reunião plenária à tarde-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

II - INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, NUNO VAZ RIBEIRO. -----

O Presidente da Câmara deu início à reunião, começando por registar a presença do Vereador do Partido Social Democrata, Sr. João Carlos Alves Neves, dirigindo ao mesmo saudações democráticas e votos de que o exercício do seu mandato autárquico seja desenvolvido em defesa dos interesses dos flavienses. -----

Conselho Estratégico para a dinamização do Turismo de Base Termal -

Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota da realização de um encontro técnico, no pretérito dia 04.05.2018, no âmbito do conselho estratégico para a dinamização do turismo de base termal. -----

Tal encontro envolveu a participação de mais de 30 entidades, públicas e privadas, as quais participaram na reflexão e planeamento de estratégia de promoção turística. -----

O objetivo desta iniciativa centra-se no combate à sazonalidade do turismo, em Chaves, sendo desenvolvidos programas conjuntos, entre todos os atores, em vista a atrair mais visitantes. -----

Criação de duas equipas de intervenção permanente - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota da celebração, no pretérito dia 04 de maio, em Fornos de Algodres, de um protocolo, o qual veio a estabelecer a criação de duas equipas em permanência, para ocorrer a qualquer urgência/emergência ao nível de proteção civil, combate a incêndios

urbanos ou florestais, uma nos bombeiros de Salvação Pública e outra nos Bombeiros Voluntários Flavienses. -----
As equipas de intervenção permanente serão constituídas por cinco elementos que estarão, em permanência, no respetivo quartel de bombeiros. -----

O protocolo foi assinado, pelo Presidente da Câmara Municipal de Chaves, pelo Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil e pelos presidentes das respetivas associações de bombeiros, tendo sido homologado pelo Ministro da Administração Interna. -----

Os custos das equipas serão divididos, em partes iguais, pela Autarquia e pela Autoridade Nacional de Proteção Civil. -----

Voto de Congratulação ao ilustre flaviense, Kevin Pucci - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara apresentou um voto de congratulação e reconhecimento, ao jovem flaviense, Kevin Pucci, aluno do 11º ano da Escola Secundária Dr. Júlio Martins, pelo facto do mesmo ter sido distinguido com a medalha de bronze, nas olimpíadas da ciência da união europeia, que decorreram na Liubliana, na Eslovénia, entre os dias 28 de abril e 5 de maio. -----

O Município de Chaves congratula, assim, o jovem flaviense, Kevin Pucci, pelos sucessos alcançados, até ao momento, em particular, pelo bronze nesta competição internacional. -----

Requalificação da Estrada de Outeiro Seco - Vila Verde da Raia - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota do reinício dos trabalhos da empreitada de requalificação da estrada de Outeiro Seco, no troço respetivo, trabalhos esses que tinham sido suspensos, em virtude das condições climatéricas desfavoráveis. -----

Esta intervenção vai garantir significativamente a qualidade e a segurança da circulação rodoviária, criando, assim, melhores condições de transitabilidade. -----

Parque Empresarial de Chaves - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota da conclusão da obra do sistema intercetor, entre a localização empresarial de Chaves e a estação elevatória de Outeiro Seco II, pondo, assim, fim a um problema que persistia desde 2007, com a construção do novo Parque Empresarial de Chaves. -----

Esta empreitada, iniciada em junho do ano passado, determinou a desativação da ETAR que já estava paralisada. -----

Esta obra irá aportar benfeitorias relevantes, na área do ambiente e da preservação do Rio Tâmega. -----

Sessão de Esclarecimento/Barragem do Alto Tâmega - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota, da realização, no pretérito dia 15.05.2018, de uma sessão de esclarecimento, promovida, conjuntamente, pela IBERDROLA e pelo Município de Chaves, sobre as barragens do Alto Tâmega. -----

Tal sessão de esclarecimento teve lugar, na localidade de Arcossó, contando com a participação das populações locais. -----

A sessão teve como objetivo central elucidar os cidadãos, sobre a utilização temporária dos terrenos para o desenvolvimento de estudos, projetos, prospeções geológicas, sondagens, levantamento topográficos, assim como, acessos para a realização destes trabalhos. Foram, também, abordadas as medidas que estão a ser implementadas para minimização de danos decorrentes da construção das barragens. -----

Voto de Congratulação ao ilustre flaviense, Professor José Teixeira - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara apresentou um voto de congratulação e de reconhecimento, ao Professor de Física e Química José Teixeira, da Escola Secundária Dr. Júlio Martins, pelo facto do mesmo ter sido vencedor do Global Teacher Prize Portugal, protagonizando o mesmo um projeto de grande relevância educativa,

constituindo, este prêmio, um incentivo para os professores do interior do País. -----

III - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR JOÃO CARLOS ALVES NEVES. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Sr. João Carlos Alves Neves, tendo procedido à entrega e leitura da seguinte declaração: -----

"Cumprimento o senhor presidente e os demais elementos da vereação, bem como o secretário desta reunião. -----

Assumo a presença neste órgão, como vereador, cumprindo um dever cívico e por respeito aos mais elementares princípios da democracia. -----

Em democracia, essa conquista de abril de 1974, que deu oportunidade de decisão ao povo através do voto livre e, no caso de Chaves, nas últimas eleições autárquicas, os flavienses optaram por uma nova governação, decisão que temos que respeitar. -----

Nesse sentido, o meu propósito enquanto eleito democraticamente, é o de pugnar pelo bem estar das gentes da minha cidade e concelho, ficando realizado se o meu esforço contribuir para o desenvolvimento do nosso concelho. -----

Respeitarei a disciplina partidária, obedecendo, às diretrizes de uma oposição responsável, mas, advirto, nada farei que atente a minha própria consciência. -----

Com assento, por direito, neste órgão, tenho o propósito de fazer parte da solução para a resolução dos problemas que vão afetando a nossa população. -----

Serei uma voz ativa, respeitando e aplaudindo as propostas válidas, mas, ao invés, reclamando se as mesmas atentarem contra os interesses desse mesmo desenvolvimento que todos almejamos. -----

Serei sempre, em qualquer circunstância, alguém que respeitará este órgão, com elevação e urbanidade." -----

Terminando a sua intervenção, o Vereador manifestou a sua preocupação, sobre o estado de conservação da Ponte de Vila Verde da Raia, alertando para a necessidade de serem promovidos os trabalhos indispensáveis à sua boa manutenção/conservação, sendo garantidas condições mínimas de segurança de circulação rodoviária. -----

I

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 03 de maio de 2018. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

Não participou na votação deste assunto, o Vereador do Partido Social Democrata, Sr. João Carlos Alves Neves em virtude de não ter estado presente na reunião da Câmara Municipal titulada pela ata objeto de aprovação. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

 Ausentou-se da sala, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, não tendo participado na análise, discussão e votação do assunto abaixo mencionado. -----

2.1. EXTINÇÃO DOS EFEITOS DA DELIBERAÇÃO DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO. REQUERIMENTO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

Foi presente o requerimento identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----
 Carlos Augusto Castanheira Penas, Vereador da Câmara Municipal de Chaves, eleito na lista do PPD/PSD, em conformidade com o disposto na legislação em vigor, **vem requerer a V. Exa. a extinção dos efeitos da deliberação do dia 03 de Maio de 2018 relativa à suspensão do mandato**, por se encontrarem na presente data, por força do adiamento temporal da formação técnica específica e obrigatória que iria realizar, em efeito e prejudicados os motivos mencionados no anterior requerimento justificativos da solicitação da suspensão, ficando assim e desde já prejudicada a sua substituição legal, pelo que estará presente na reunião do executivo municipal do dia 17 de maio de 2018. -----
 Pede deferimento. -----

Cumprimentos, -----
 Carlos Augusto Castanheira Penas. -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ DE 10.05.2018 --
 À reunião do Executivo Municipal para efeitos de deliberação ao peticionado. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido apresentado, pelo Vereador peticionário do Partido Social Democrata, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas. -----

 Regista-se a entrada na sala, do Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, retomando a sua participação na presente reunião. -----

2.2. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ASSOCIAÇÃO INDIEROR. PROPOSTA Nº31/GAP/18. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1 - JUSTIFICAÇÃO-----

1. A Associação Indieror, sem fins lucrativos, com o NIPC 513 588 019, com sede no Largo da Estação, em Chaves, veio através de requerimento, registado nos serviços municipais com o nº 1322, de 14/fev/2018, solicitar apoio financeiro para a concretização de várias atividades culturais a realizar no ano de 2018 em Chaves, no montante de 40.000,00 € (quarenta mil euros);-----

2. A Associação tem por objeto estatutário a promoção e preservação da cultura local, tradições e património histórico. Realização de

atividades de carácter desportivo, recreativo e de lazer, bem como, de ações de carácter social e formativo;-----

3. A Associação Indieror fundamenta o seu pedido de apoio financeiro, com o plano de atividades;-----

4. A Associação Indieror pretende dar continuidade ao esforço que têm vindo a fazer, a fim de proporcionar à cidade de Chaves mais Cultura, mais espetáculos de qualidade, através da sua participação na programação cultural do auditório do Centro Cultural de Chaves com a realização de concertos musicais ao longo do ano, espetáculos de teatro de produção própria, que incluem atores e artistas locais, e a realização de Workshops com nomes sonantes do mercado mundial de teatro musical;-----

5. Os municípios dispõem de atribuições na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, competindo à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças, em conformidade com o disposto na alínea e), do nº2, do artigo 23º, e na alínea u) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

2 - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO:-----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas e ao abrigo do disposto na alínea e), do nº2, do artigo 23º, e na alínea u) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que adote deliberação no sentido de:-----

a) Aprovar a presente proposta, consubstanciada na celebração de um Contrato Programa de Desenvolvimento Cultural com a Associação Indieror, com o NIPC 513 588 019, com sede no Largo da Estação, em Chaves, titulando a comparticipação financeira da programação musical, programação teatral e workshops a realizar em 2018, bem como apoio mediante a assunção dos encargos associados ao consumo de energia elétrica da sala nordeste da sala Multiusos do Centro Cultural de Chaves e da utilização do Auditório do Centro Cultural de Chaves, mediante a atribuição de um apoio, no valor global de €44.450,00, concretizando os objetivos constantes do contrato de Desenvolvimento Cultural, assim discriminado: -----

i) Comparticipação financeira de natureza pecuniária (desenvolvimento do programa de atividades culturais) - €40 000,00;-----

ii) assunção dos encargos associados ao consumo de energia elétrica da sala nordeste da sala Multiusos do Centro Cultural de Chaves e da utilização do Auditório do Centro Cultural de Chaves - €4 450,00; ---

b) Simultaneamente, aprovar a minuta do respetivo Contrato Programa de Desenvolvimento Cultural, cujo teor se dá por integralmente reproduzido; -----

c) Caso a presente proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á:-----

i) Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei nº 64/2013, de 27 de agosto; -----

ii) Dar conhecimento à entidade interessada do teor da decisão tomada;

d) A presente proposta tem cobertura na rubrica orçamental 04.07.01.01. -----

Chaves, 8 de maio de 2018-----

O Presidente da Câmara Municipal-----

(Nuno Vaz)-----

Anexos:-----
 - Plano de Atividades para 2018;-----
 - Estatutos;-----
 - Minuta do contrato Programa;-----

MINUTA CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL-----

Entre: -----

Primeiro: **MUNICÍPIO DE CHAVES**, com o NIPC 501205551, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, licenciado em Direito, casado, natural da freguesia de Travancas, concelho de Chaves, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves, e poderes para o ato conferidos por deliberação camarária de ... de de 2018; -----

E -----

Segundo: **ASSOCIAÇÃO INDIEROR**, com o NIPC 513 588 019, com sede no Largo da Estação, em Chaves, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Direção, Diogo Martins Martins, titular do Cartão de Cidadão nº 13939517-2ZX4, válido até 17-11-2019 e pela Vice-Presidente da direção, Marta Henriques da Costa, titular do Cartão de Cidadão nº 13927769 - 2ZY2, válido até 15-12-2021.-----

Considerando que, por deliberação camarária de .../.../201..., foi aprovada a **Proposta nº xx/ 2018, consubstanciada na atribuição de comparticipação financeira, referente ao ano económico de 2018;** -----

A celebração do presente Contrato Programa de Desenvolvimento Cultural, rege-se de acordo com o disposto nas cláusulas seguintes:--

Cláusula 1ª-----

(Objeto)-----

1.Constitui objeto do presente contrato o apoio financeiro - Apoio ao Associativismo - à execução do Programa de Atividades de Desenvolvimento Cultural, que a **Associação Indieror** apresentou e este Município, referente ao ano de 2018, na prática de atividades culturais, da formação e da divulgação cultural, cujo **Plano de Atividades** se anexa a este contrato-programa, que contempla, no mínimo, a realização de oito concertos musicais, um espetáculo teatral e um workshop de teatro.-----

Cláusula 2ª-----

(Período de execução do contrato)-----

O programa de atividades culturais titulado pelo presente contrato-programa produz efeitos no ano de 2018.-----

Cláusula 3ª-----

(Comparticipação financeira e demais apoios municipais)-----

1. A comparticipação financeira, de natureza pecuniária, a prestar pelo Município de Chaves à Associação Indieror é de **40 000,00 €** (quarenta mil euros), nos termos do Programa de Atividades, oportunamente, apresentado. -----

2. A liquidação do subsídio em causa obedecerá ao seguinte plano de pagamentos: -----

a) € 15.000,00, na assinatura do Contrato; -----

b) Os restantes € 25.000,00, serão pagos em tranches mensais de igual montante, entre maio e dezembro de 2018 no valor de € 3.125,00/tranche, sendo suportada pela rubrica orçamental 04.07.01.01, correspondendo ao presente encargo o Compromisso nº, extraído do sistema informático de apoio à execução orçamental;-----

3. O primeiro outorgante concede, também, apoio ao segundo outorgante, mediante a assunção dos encargos associados ao consumo de energia elétrica da sala nordeste da sala Multiusos do Centro Cultural de

Chaves e da utilização do Auditório do Centro Cultural de Chaves para a realização das atividades, espetáculos e concertos previstos no Plano de atividades, com um valor estimado correspondente à quantia total de **4 450,00€/ano** (quatro mil, quatrocentos e cinquenta euros), a seguir discriminada:-----

- Consumo de energia elétrica: 600,00 €; -----

Cláusula 4ª-----

(Disponibilização financeira)-----

A comparticipação financeira a prestar pelo Município à Associação Indieror será liquidada através de transferência bancária para o IBAN PT50 0018 000802780913020 53;-----

Cláusula 5ª-----

(Enquadramento legal)-----

1. O presente contrato fica sujeito aos princípios gerais da atividade administrativa (Código do Procedimento Administrativo) e aos princípios gerais da contratação pública, previstos no artigo 1º-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos;-----

2. De acordo com a alínea c), do n.4, do artigo 5 do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, ao presente contrato programa não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos;-----

3. De acordo com o artigo 290-A do doD.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, é designado como Gestor do Contrato a técnica superior do Município de Chaves, Drª. Tânia Oliveira;-----

Cláusula 6ª-----

(Obrigação da transparência)-----

1.O segundo outorgante deve dar cumprimento às seguintes obrigações essenciais:-----

a) Apresentação trimestral de relatórios sobre a boa execução do programa cultural;-----

b) Apresentação de documentos contabilísticos correlacionados, com as respetivas atividades constante do programa, e que são objeto de financiamento da autarquia;-----

c) Consagração de um dever de informação geral, junto do gestor do contrato, sobre todas as atividades, desenvolvidas e a desenvolver, no âmbito da boa execução do contrato.-----

Cláusula 7ª-----

(Produção de efeitos)-----

O presente contrato produz efeitos no ano de 2018. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

O Presidente da Direção da associação Indieror, -----

A Vice-Presidente da associação Indieror,-----

Em Anexo: - Plano Anual de Atividades de 2018; -----

- Certidão comprovativa da situação regularizada perante a Segurança Social; - Certidão comprovativa da situação tributária regularizada;

- Cópia dos respetivos Estatutos; -----

- Documento comprovativo da sua legal constituição; -----

- Cópia do NIPC; -----

- Ata da tomada de posse dos corpos dirigentes;-----

- Ata da Direção a aprovar a minuta.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES - DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE. PROPOSTA N° 32/GAP/18. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - JUSTIFICAÇÃO-----

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves, com sede no Beco do Trem, em Chaves, veio, através do ofício registado na Secção de Expediente Geral, com o n° 1365, de 14 de fevereiro, comunicar que o mandato da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves, tem a duração de 3 anos, nos termos do n° 1, do artigo 26°, da Lei n° 142/2015, de 8 de setembro, terminando no dia 6 de maio de 2018.----
Considerando que, continua a ser obrigatória a representação do Município, na constituição da nova Comissão para o triénio 2018/2021, proponho a indicação de um elemento com especial interesse ou aptidão na área das crianças e jovens em perigo, para representar o Município, conforme o estipulado na alínea a), do artigo 17°, da Lei n° 142/2015, de 8 de setembro. -----

II - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO-----

Atendendo às razões de facto e de direito enunciadas, proponho, como representante do Município de Chaves, para integrar a Comissão no triénio 2018/2021, CIDÁLIA MARIA MOCHO ALVES AREIAS.-----

Chaves, 6 de maio de 2018.-----

O Presidente da Câmara,-----
(Nuno Vaz)-----

A votação da proposta, em apreciação, decorreu, por escrutínio secreto, nos termos do disposto no artigo 31° do Código do Procedimento Administrativo e n.º 3, do artigo 55°, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro. -----

Apuramento da Votação: -----

Votos a Favor - 6 -----

Voto em Branco - 0 -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.4. INSPEÇÃO À INFRAESTRUTURA E MEIOS DE SOCORRO AO AERÓDROMO MUNICIPAL DE CHAVES. OFICIO 026B/2018 - AUTORIDADE NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC-. -----

Foi presente o ofício identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Na sequência da inspeção efetuada por técnicos desta Autoridade no dia 24 de janeiro de 2018 à infraestrutura e meios de socorro do Aeródromo Municipal de Chaves, junto se envia, para conhecimento, cópia do ofício e dos relatórios enviados ao Diretor do Aeródromo. -----

Com os melhores cumprimentos, -----

O Vice-Presidente do Conselho de Administração, -----

Carlos Seruca Salgado -----

Em anexo: Cópia do ofício e dos relatórios da inspeção. -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ DE 10.05.2018 --

Ao Executivo Municipal para efeitos de Conhecimento. -----

Cópia ao Senhor Diretor do Aeródromo para conhecimento e natural tomada de posição. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

Ausentou-se da sala, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor
Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, não tendo participado na
análise, discussão e votação do assunto abaixo mencionado. -----

1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR PREJUÍZOS SOFRIDOS NA SEQUÊNCIA DE ACIDENTE DE VIAÇÃO; REQ: COMPANHIA DE SEGUROS CA SEGUROS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº86/DAF/18.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se
transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - DOS FACTOS -----

1. Através de requerimento com registo de entrada nos serviços
administrativos desta Autarquia Local n.º 6919, datado do dia
07/09/2017, a Companhia de Seguros "CA Seguros" veio informar que se
encontra a regularizar um acidente de trabalho, sofrido por José Filipe
Ferreira Penas, e ocorrido na sequência de uma queda/despiste de mota,
na rotunda Dr. Júlio Martins, em Chaves, reservando-se o direito de,
no final da reparação, pedir reembolso, a este Município, de todas as
quantias despendidas. -----

2. Em vista a legitimar tal pedido de reembolso, a requerente alega
que o acidente de mota foi provocado pela existência de um desnível
na via pública, mais propriamente, numa tampa de saneamento, pelo que
a responsabilidade, pela ocorrência do mesmo, pertence a esta
Autarquia Local. -----

3. Através de deliberação tomada pelo órgão executivo municipal, em
sede de sua reunião ordinária realizada no dia 22 de março de 2018, a
qual recaiu sobre a Informação/Proposta n.º 54/DAF/2018, produzida por
estes serviços no dia 12 de março de 2018, veio a ser praticada decisão
consubstanciada na intenção de indeferimento da pretensão formulada,
com base nas razões exaradas na retromencionada informação. -----

4. Neste contexto, foi concedido à peticionária o prazo de 10 dias
para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre
o assunto, nos termos do disposto no art. 121º e ss do Código do
Procedimento Administrativo. -----

5. Decorrido o prazo supra mencionado, a requerente, através de
requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta
autarquia local n.º 2969, datado do pretérito dia 09/04/2018, veio
juntar ao processo cópias dos depoimentos elaborados pelo sinistrado
e testemunha do local do acidente. -----

6. Alega a requerente que, tais depoimentos, articulados com as
fotos do local do acidente, bem como do Auto de Ocorrência, elaborado
pelas competentes autoridades, são inequívocos quanto ao facto do

acidente ter sido exclusivamente provocado pelo desnível das várias tampas de saneamento existentes na via de circulação. -----

7. Vejamos, pois, se assiste razão à requerente: -----

II - Da análise do argumentário apresentado pela requerente -----

1. A requerente juntou, ao processo, dois novos elementos, muito concretamente, depoimentos do sinistrado e de uma testemunha. ---

2. No caso do sinistrado, o mesmo relata que no dia do acidente, pelas 18h30, quando se encontrava a passar na rotunda antes da ponte nova, e circulando por dentro da mesma, em direção à ponte, a cerca de 20km/h, passou por cima de uma tampa de saneamento, que, ao estar funda, fez com que a roda de trás fugisse, provocando o seu desequilíbrio e, consequentemente, o sinistro, em causa. -----

Já a testemunha, descreveu o seguinte: -----

"(...)ao passar na rotunda "Júlio Martins" vi o distribuidor José Filipe Penas junto do passeio com a mota. Parei e estavam 2 meninos com ele que já tinham chamado o INEM. O José Filipe disse que tinha caído ao fazer a rotunda e que a roda de trás lhe tinha fugido, numa zona com muitos buracos. (...) " -----

3. Ora, salvo o devido respeito, a testemunha, cujo depoimento agora se apresentou, não presenciou o acidente. -----

4. Na verdade, chegou ao local 30 minutos depois da hora a que o sinistrado afirma ter ocorrido o sinistro, encontrando o mesmo sentado no passeio, junto com a mota. -----

5. A restante descrição, e como a testemunha refere, tem por base aquilo que o sinistrado relatou. -----

5. Já quanto ao auto da PSP, datado do dia 18/07/2017, o mesmo descreve, como já se viu na Informação n.º 54/DAF/2018, o seguinte:

"O acidente foi elaborado de harmonia com as declarações do concutor interveniente que o descreveu da seguinte forma: O mesmo disse circular na Av. 5 de Outubro em direção para a Avenida Dr. Mário Soares, e o circular na rotunda passei por cima de um buraco ali existente, que me fez desequilibrar e perder o controlo da mota acabando por cair. - Do mesmo resultou ferimentos no referido condutor que foi assistido no local por uma equipa da VMER e transportado numa ambulância do INEM para o Hospital desta cidade onde recebeu tratamentos e seguiu o seu destino." -----

6. Mais é referido, no auto de ocorrência, no ponto "Informações complementares" o seguinte: -----

"Não foi elaborado croqui, em virtude de nem o condutor nem o motociclo se encontrarem no local da queda." -----

7. Ou seja, não apresenta elementos que permitam estabelecer um nexo de causalidade entre os danos, aparentemente, sofridos e qualquer conduta imputável a esta Autarquia Local, ainda que omissiva, limitando-se a referir, sem mais, que a responsabilidade pela produção do sinistro pertence a esta Autarquia Local. -----

8. De facto, e como se referiu na Informação n.º 54/DAF/2018, nada garante que o sinistro não tenha sido provocado por qualquer outra razão, situação agravada quando, no próprio auto de ocorrência, é referido que não foi possível a elaboração de "um croquis" do acidente, *"em virtude de nem o condutor nem o motociclo se encontrarem no local da queda"*. -----

9. Tanto mais que as fotografias do local do acidente, enviadas pela peticionária, estão datadas do dia 30/08/2017, sendo que o sinistro ocorreu no dia 18/07/2017. -----

10. Ora, de acordo com diversos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, nomeadamente o AC. STA de 14/12/2004, o lesado não se encontra dispensado de provar os factos de onde resulte o nexo de

causalidade entre o facto ilícito e o dano, mesmo nos casos onde se verifique a existência de uma presunção de culpa. -----

11. Ora, não fazendo tal prova, com elementos de suporte, não nos parece, salvo melhor opinião, que esta Autarquia Local deva assumir, sem mais, a responsabilidade pelo pagamento de qualquer indemnização para ressarcir os mesmos. -----

12. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, não parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

II - Propostas -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada no indeferimento da pretensão formulada pela requerente, não decorrendo qualquer responsabilidade da Autarquia a título de responsabilidade extracontratual; -----

b) Por último, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz. -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 24 de abril de 2018. -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA. SANDRA LISBOA DE 28-04-2018 -----

Visto. Concorde com a presente informação à consideração superior. --

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 03.05.2018 -

Visto. À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Regista-se a entrada na sala, do Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, retomando a sua participação na presente reunião. -----

2. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL - EXECUTADO: JORGE MANUEL FERREIRA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº88/DAF/18. -

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

I - DOS FACTOS -----

Na sequência do requerimento subscrito por Jorge Manuel Ferreira, documento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 4796/18, datado do pretérito dia 02/05/2018, veio a ser solicitado, pelo requerente, a autorização do pagamento em 24 prestações de uma dívida referente a faturas emitidas a título de consumos de água efetuados e que não foram pagos. -----

O requerente invoca, para o efeito, que não dispõe de recursos económicos que lhe permitam liquidar de uma só vez a totalidade do valor em dívida. -----

O peticionário instruiu o seu requerimento com a cópia da Declaração Rendimentos - IRS (Modelo 3) - da Autoridade Tributária e Aduaneira, em nome de Jorge Manuel Ferreira. -----

Sendo certo que a dívida em causa, é objeto de processo de execução fiscal, a correr seus termos nesta Autarquia Local, ascendendo, à data da apresentação do requerimento, à quantia total de € 1.016,82, cujo executado é Jorge Manuel Ferreira. -----

Partindo do quadro fatural supra descrito, veio a ser solicitado a estes serviços que emitissem, informação, no sentido de apurar se a pretensão formulada pelo requerente é passível de merecer o acolhimento por parte desta Autarquia Local. -----

Assim, sobre o pedido formulado, cumpre informar o seguinte: -----

II - DO ENQUADRAMENTO LEGAL -----

Atendendo ao facto de que a dívida, em causa, se encontra em fase de execução fiscal, é possível, ao abrigo do disposto no n.º1, do art.196.º, do C.P.P.T, requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal. -----

Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização (€ 102,00), nos termos do disposto no n.º5, do art.196.º, do CPPT. -----

Refira-se, que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º8, da retrocitada disposição legal. -----

Por força do disposto no n.º5, do art.198.º, do CPPT, na redação atual, o requerente, enquanto pessoa singular, está dispensado de prestar garantia, uma vez que a dívida exequenda é inferior a € 5000. -----

Atenda-se, contudo, que estando dispensada de prestar garantia, a falta de pagamento de uma prestação implicará o vencimento imediato das seguintes, sem mais, prosseguindo o processo de execução fiscal seus termos, por força do disposto no n.º4, do art.200.º, do CPPT. --

Ora, de acordo com os documentos constantes do correspondente processo executivo, à data da apresentação da pretensão em causa - pedido de pagamento em prestações de dívidas em execução fiscal -, encontrava-se, em fase de cobrança coerciva, o valor de € 1.016,82, acrescido de € 46.74 a título de juros¹ e de € 92,96 a título de custas com o processo de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local. -----

¹ Sendo certo que o valor em causa pode sofrer alterações até à eventual aprovação do plano de pagamento, em face, designadamente, dos juros de mora, bem como de outras dívidas que o requerente possa vir a

Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, o ora peticionário não reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 24 prestações mensais, uma vez que, em face do valor em dívida, não é possível fixar o montante de cada prestação num valor superior a uma unidade de conta. Contudo, atendendo ao critério do valor das prestações é possível autorizar ao ora interessado o pagamento do valor em dívida em 10 prestações mensais consecutivas. -----

III - PROPOSTAS -----

Em coerência com o teor das razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa consubstanciada no deferimento do pagamento da quantia em dívida, em 10 prestações mensais e consecutivas, de acordo com o quadro legal aplicável, não se afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida;

A importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º8, do artigo 196.º, do CPPT; De acordo com o estatuído na parte final, do n.º2, do artigo 198.º, do CPTT, o pagamento da primeira prestação deve ser efetuada no mês seguinte àquele em que for notificado o despacho; -----

Por força do disposto no n.º5, do artigo 198.º, do CPTT, o requerente está dispensado de prestar garantia;-----

Sequencialmente, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art.114º, do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----

De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado da presente informação, ao Gabinete do Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 10 de maio de 2018. -----

A Técnica Superior Jurista -----

(Ana Tomaz) -----

Em anexo: O correspondente Processo administrativo. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 11.05.2018 -

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

contrair e que entrem em fase de cobrança coerciva através de execução fiscal. -----

III
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL
ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. PEDIDO DE REAVALIAÇÃO DA DECISÃO FINAL DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO – ANO LETIVO 2017/2018. INFORMAÇÃO/DDSC Nº60 /SE Nº 35/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

I – ENQUADRAMENTO-----

O Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior para o ano letivo 2017/2018, finalizou no pretérito dia 22 de março, com a aprovação da informação nº. 31/SE nº. 22, de 28 de fevereiro, em sede de reunião de câmara ordinária.-----

Na referida informação, foi excluído o candidato **Filipe José Xavier Ferreira**, ao abrigo das alíneas f) e g), do artigo 17º do regulamento.

Através de correio eletrónico, foi solicitado pelo candidato uma nova avaliação do seu caso, tendo em conta os aspetos que passo a enumerar:

- O candidato **Filipe José Xavier Ferreira**, foi considerado apto a atribuição de bolsa de estudo municipal, na lista provisória, reunindo todos os pressupostos para que lhe fosse atribuída, nomeadamente a sua situação económica e média de ingressa no ensino superior.-----

Considerando que, a todos os candidatos aptos, foi enviado um correio eletrónico, onde era solicitado o envio de três documentos de forma a validar a sua candidatura. Os documentos eram:-----

- Requerimento dirigido ao Sr. Presidente, onde sob compromisso de honra validam todas as informações prestadas no processo;-----

- Comprovativo do NIB;-----

- Documento dos Serviços sociais da Instituição de Ensino Superior que frequentam, onde comprovem se são bolseiros ou não. -----

O candidato informou o setor de Educação, a 27 de março, através de correio eletrónico, que pelo motivo do anterior e-mail ter ido para spam não enviou os documentos pedidos, e que só agora após receber a lista definitiva, deu conta do erro cometido.-----

O candidato aufere uma bolsa de estudo no valor de €999,00 anual, dos serviços sociais do Ministério da Educação.-----

II – FUNDAMENTAÇÃO-----

Considerando que, o Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, já terminou a 22 de março de 2018, para o ano letivo 2017/2018;-----

Considerando que, o ponto 4, do artigo 19º, refere que: “As dúvidas, casos omissos e interpretações resultantes da aplicação do presente Regulamento são resolvidos pela Câmara Municipal”;-----

III – DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO-----

Assim pelo exposto, e de acordo com o regulamento do Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, a competência para deliberação acerca do assunto exposto, é da Câmara Municipal.-----

Neste âmbito, sugiro o seguinte procedimento: -----

1. Encaminhamento da presente informação à próxima reunião de câmara;-----

2. Deliberação sobre o requerido pelo candidato **Filipe José Xavier Ferreira**, considerando o ponto 4, do artigo 19º;-----

3. Caso a proposta mereça anuência positiva, mais sugiro que a mesma seja encaminhada para a Divisão Financeira para cabimento, sendo que

o número de bolsas atribuídas no Programa foram de 19, pelo que não ultrapassa o número máximo a atribuir de acordo com o regulamento. O requerente Filipe José Xavier Ferreira ser-lhe-ia atribuído uma bolsa anual de €1001.-----

À consideração superior,-----

Chaves, 4 de maio de 2018-----

A Técnica Superior-----

Dra. Zuleika Alves-----

Em anexo: Documentos enviados pelo candidato e processo de candidatura

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2018.05.04.-----

Visto. Concorde. À consideração do Diretor de Departamento. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 11.04.2018 -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, fazer baixar o presente assunto aos competentes serviços, no sentido de ser melhor explicitada o enquadramento do pedido, face ao regulamento, em vigor. -----

2. PEDIDO DE REAVALIAÇÃO DA DECISÃO FINAL DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO - ANO LETIVO 2017/2018. INFORMAÇÃO DDSC Nº70 /SE Nº 40/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

I - ENQUADRAMENTO-----

O Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior para o ano letivo 2017/2018, finalizou no pretérito dia 22 de março, com a aprovação da informação nº. 31/SE nº. 22, de 28 de fevereiro, em sede de reunião de câmara ordinária.-----

Na referida informação, foi excluído o candidato **Ricardo Pereira Garcia Pinto**, ao abrigo da alínea a), do artigo 11º do Regulamento, "Não preenchem as condições estabelecidas no art. 4º do presente Regulamento" - a média de ingresso no ensino superior é inferior a 14 valores (13.6 valores).-----

Presencialmente, o candidato informou que a sua situação económica familiar era bastante grave, uma vez que a mãe é funcionária da Santa Casa de Misericórdia de Chaves e que, nem sempre a sua remuneração é pontualmente cumprida pela entidade patronal, facto que é conhecido pela comunidade as dificuldades financeiras que a referida instituição tenta ultrapassar.-----

O candidato **Ricardo Pereira Garcia Pinto**, reúne todas as condições para lhe ser atribuída a bolsa de estudo municipal, com a exceção da média de ingresso, conforme tabela que se anexa à presente informação.

II - FUNDAMENTAÇÃO-----

Considerando que, o Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, já terminou a 22 de março de 2018, para o ano letivo 2017/2018;-----

Considerando que, o ponto 2, do artigo 18º, refere que: "As situações económicas especialmente graves não enquadráveis no âmbito do processo de atribuição de bolsas de estudo, poderão ser objeto de apreciação e decisão pela Câmara Municipal".-----

Considerando que, o requerente não solicitou bolsa aos serviços sociais da DGES, pelo que não auferiu nenhum tipo de apoio escolar.---

III - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO-----

Assim pelo exposto, e de acordo com o regulamento do Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, a competência para deliberação acerca do assunto exposto, é da Câmara Municipal.-----

Neste âmbito, sugiro o seguinte procedimento: -----

1. Encaminhamento da presente informação à próxima reunião de câmara;-----

2. Deliberação sobre o requerido pelo candidato **Ricardo Pereira Garcia Pinto**, considerando o ponto 2, do artigo 18º;-----

3. Caso a proposta mereça anuência positiva, mais sugiro que a mesma seja encaminhada para a Divisão Financeira para cabimento, sendo que o número de bolsas atribuídas no Programa foram de 19, pelo que não ultrapassa o número máximo a atribuir de acordo com o regulamento. O requerente Ricardo Pereira Garcia Pinto ser-lhe-ia atribuído uma bolsa anual de €2000.-----

À consideração superior,-----

Chaves, 8 de maio de 2018-----

A Técnica Superior-----

Dra. Zuleika Alves-----

Em anexo: Tabela de avaliação da candidatura e processo de candidatura

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2018.05.08.-----

Visto. Concordo. À consideração do Diretor de Departamento. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 11.04.2018 -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. FINAL DO PROJETO COMUNIDADE GO ON. INFORMAÇÃO DDSC N°73/SE N°42 - 2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - ENQUADRAMENTO-----

O projeto Comunidades Go On visa a promoção da educação para o empreendedorismo, sendo um concurso de ideias, estruturado em formato de competição entre equipas, concebido e dinamizado pela Unicer, com o intuito de promover a educação para o empreendedorismo nas escolas secundárias, junto das comunidades onde a empresa opera.-----

Como tal, e considerando que o concelho de Chaves está incluído nesta dinâmica, uma vez que existe na Vila de Vidago uma unidade da empresa, as três escolas secundárias foram convidadas a participar nesta iniciativa. Aderiram ao projeto a Escola Secundária Fernão de Magalhães e a Escola Secundária Dr. Júlio Martins.-----

Os projetos, dirigidos às comunidades, foram desenvolvidos de acordo com seguintes temáticas:-----

- Ambiente e Sustentabilidade;-----
- Turismo e Património;-----

- Artes e Criatividade;-----
- Comunidade e Cidadania.-----

O concurso foi dividido em 3 fases:-----

1. Desafio Online-----

Nesta fase, as escolas aderentes fizeram a inscrição online e apresentaram o seu desafio;-----

2. Concurso Comunidades Go On-----

Foram selecionadas 4 equipas em cada comunidade e posteriormente decorreu o programa de imersão em cada localidade, tendo decorrido em Chaves nos dias 27, 28 e 29 de março, na Escola Secundária Dr. Júlio Martins, de onde saiu a equipa vencedora.-----

As equipas participantes foram:-----

- Os Indivíduos (Escola Secundária Fernão Magalhães)-----
- Girl Power (Escola Secundária Dr. Júlio Martins)-----
- Outside the Box (Escola Secundária Fernão Magalhães)-----
- Projeto Convívio (Escola Secundária Fernão Magalhães)-----

A equipa vencedora foi: Outside the Box (Escola Secundária Fernão Magalhães)-----

3. Pitch Final-----

Decorrerá no dia 18 de maio, na sede da Unicer em Matosinhos, onde irão participar todas as equipas vencedoras de cada comunidade, com apresentação dos projetos (Porto, Matosinhos, Vila Pouca de Aguiar e Chaves);-----

A todos os participantes no concurso e no programa de imersão foram entregues prémios de participação e haverá prémios de participação no Pitch Final (1 bilhete diário para o Festival Marés Vivas) e um prémio para Equipa Vencedora: 1 Viagem Internacional Empreendedora + 1000 € para a escola que a equipa representa.-----

O programa de atividades para o dia 18 de maio será o seguinte:-----

- 14h00 - Check In na receção do Super Bock Group-----
- 14h30 - Visita à Casa da Cerveja por parte das equipas finalistas----
- 15h30 - Abertura da Sessão (público geral)-----
- 16h00 - Pitch Comunidade do Porto-----
- 16h20 - Pitch Comunidade de Matosinhos-----
- 16h40 - Pitch Comunidade de Vila Pouca de Aguiar-----
- 17h00 - Pitch Comunidade de Chaves-----
- 17h30 - Anúncio do Vencedor + Distribuição dos Prémios-----
- 18h00 - Check Out-----

A equipa vencedora é constituída por cinco elementos, sendo que cada um poderá levar 3 acompanhantes num total de 20 participantes;-----

De acordo com a parceria estabelecida neste projeto, propõe-se que seja assegurado o transporte dos alunos e respetivos acompanhantes para Matosinhos, no sentido de poderem participar na fase final do projeto, em representação da comunidade de Chaves;-----

Considerando que o dia em causa é de atividades letivas e as viaturas do município encontram-se afetadas aos transportes escolares, o serviço poderá ser assegurado através do Procedimento Consulta Prévia nº1/SC/2018 - Prestação de serviços de transporte de crianças adultos, em circuitos especiais para atividades do Município no ano de 2018, onde estão previstos outros eventos pontuais, cujo valor é de 325,00 €, mais IVA, de acordo com a proposta apresentada. -----

A organização convida também a Câmara Municipal de Chaves a estar presente na sessão final.-----

II - PROPOSTA-----

Assim, face ao exposto venho desta forma propor a seguinte;-----

- Autorização para a realização do transporte no dia 18 de maio, dos alunos participantes na fase final do projeto Comunidade. Go On, em representação do nosso concelho;-----

- Autorização para a locação do autocarro, através do Procedimento Consulta Prévia nº1/SC/2018 - Prestação de serviços de transporte de crianças adultos, em circuitos especiais para atividades do Município no ano de 2018.-----

- Encaminhamento da presente proposta à próxima reunião de câmara para deliberação.-----

À consideração superior, -----
Chaves, 04 de maio de 2018-----

A Técnica Superior-----
(Tânia Oliveira)-----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2018.05.04.-----

Visto. Concorde. À consideração do Diretor de Departamento. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.04. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 08.05.2018 -----

Visto. À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. CAMPANHA DE MARKETING - COMUNIDADE EDP. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 078 - DDSC/02/SM. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

ENQUADRAMENTO-----

"(...) O Museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e aberto ao público, que adquire, conserva, pesquisa e exhibe para finalidades do estudo, da educação e da apreciação, evidência material dos povos e seu ambiente (...) "-----

Conselho Internacional de Museus, o ICOM, Assembleia-geral de Copenhaga, em 1972.-----

Os museus desempenham uma ação importante relativamente a um rol diversificado de áreas vitais para a sociedade em geral como a salvaguarda do património e da memória coletiva, o desenvolvimento científico, a educação, o turismo e até a economia. Para isso contam com espaços próprios adequados às suas funções e com canais e formas de comunicação cada vez mais incisivas e diretas para com os públicos-alvo definidos, recorrendo ao marketing, nomeadamente ao marketing cultural. Apesar de, atualmente, se registar um interesse crescente no marketing cultural, subsistem ainda algumas resistências em aplicar o marketing à cultura.-----

Torna-se assim necessário compreender que o marketing não é um mal necessário, mas antes um instrumento, um poderoso meio de comunicação ao serviço da tal aceção mais convencional de divulgação. Para esta não chega apenas fornecer informação. É necessário provocar a curiosidade, fazer refletir ou, igualmente, estimular e aproximar. --

FUNDAMENTAÇÃO-----

No seguimento da campanha de marketing designada *Plano de Saúde EDP MAIS*, preparada pela empresa TLC Marketing à qual a autarquia aderiu, INFORMAÇÃO / PROPOSTA N° 048 - DDSC/01/SM, presente em reunião de câmara em 5/4/2018, vem a referida empresa solicitar a associação dos nossos espaços culturais, no caso a rede de museus municipais e o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, a uma nova campanha intitulada **Comunidade EDP**.-----

Considerando a relevância da empresa em questão, EDP (Eletricidade de Portugal), no panorama nacional e internacional e a projeção positiva que está agregada a esta proposta, a saber:-----

- **Marketing gratuito** com a divulgação da nossa *Marca* no site da campanha.-----
- A entrada na campanha é de forma gratuita (sem comissões), por isso, **ganham sempre visibilidade** a nível nacional associados a uma marca de sucesso.-----

Considerando que a única contrapartida apenas à proposta em causa apenas se resume a um desconto de 10% no valor da entrada dos nomeados espaços culturais.-----

Considerando que as campanhas não são cumulativas, o cliente EDP terá que optar por qual das campanhas fa a sua marcação.-----

Considerando, em suma, a grande projeção nacional e internacional que daqui poderá advir para o nome e conhecimento dos espaços culturais flavienses.-----

DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO-----

Do atrás exposto, e dando provimento ao solicitado superiormente propõe-se:-----

▪ A aceitação da mencionada proposta, a ser implementada na rede de museus municipais e a consequente apresentação a reunião de câmara para aprovação. -----

Em anexo: cópia do mail recebido da TLC Marketing-----

À consideração Superior.-----

Chaves 08 de maio de 2018-----

O Técnico superior,-----

Jorge MP Leite-----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2018.05.10.-----

Visto. Concorde. À consideração do Diretor de Departamento. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.14. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 14.05.2018 -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. COMEMORAÇÕES DO DIA DO IDOSO/2018 (XVIII - ENCONTRO).DIA 17 DE JUNHO (SANTUÁRIO DA SENHORA DA APARECIDA - CALVÃO). INFORMAÇÃO N°70/SHSDPC N.°34/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

1. ENQUADRAMENTO -----

Após cinco anos de interregno, nas comemorações anuais alusivas à pessoa idosa, foram retomadas, no ano de 2016, as festividades alusivas ao dia da pessoa idosa, atividade de grande relevo social e cultural promovida pelo Município de Chaves.-----

Para o efeito, foi definida e concretizada uma nova matriz organizacional contemplando a diluição de um único momento, em três períodos separados no tempo e no território. -----

Presentemente, foi opção regressar ao modelo de organização tradicional, contemplando um único momento para a realização do encontro de idosos.-----

A promoção deste tipo de evento, para além de justo e devido, é um ato que traduz uma expressiva gratidão pelo contributo que a população mais idosa deu ao desenvolvimento do Concelho de Chaves.---Pelo árduo esforço e resistência às múltiplas adversidades do território local, conjugadas com a prática, quase em exclusivo, da atividade ligada à agricultura, a homenagem ora protagonizada, traduz um imperativo moral, para com todos aqueles que muito deram de si para a afirmação deste Concelho.-----

O crescente aumento do número de população idosa tem suscitado as maiores atenções por parte dos decisores políticos e dirigentes autárquicos, na criação de medidas que favoreçam a proteção e o bem-estar deste expressivo grupo de população.-----

Existe, naturalmente, a imperiosa necessidade de continuar a promover e aperfeiçoar respostas duradouras, pela via da criação de apoios específicos nos quais se incluem o Serviço de Apoio Domiciliário, Centros de Dia, Centros de Convívio, Lares, entre outros. Mas as iniciativas a levar avante não se devem esgotar neste nível de proteção, devendo também ser orientadas para soluções potenciadoras de dinâmicas pessoais, relacionais² e culturais.-----

-A par do ajustamento/aperfeiçoamento de respostas já criadas, concebidas para dar resposta a problemas concretos relacionados com a perda de autonomia física, impõe-se como meritório, em todo o processo de envelhecimento, a supressão dos naturais meios facilitadores dos estados de solidão, isolamento ou falta de segurança. A velhice, decorrente do depauperamento físico e de todas as fragilidades que decorrem desse processo, é o lugar de todas as angústias, nomeadamente a angústia da falta de rendimentos, da falta dos meios necessários a uma existência com um mínimo de independência e de autonomia. Este afogo é tanto maior quando nos deparamos com o desmoronamento da tradicional família nuclear.-----

2. FUNDAMENTAÇÃO -----

Assim:-----

Considerando o grande peso da população idosa, no contexto da densidade demográfica do concelho de Chaves, cuja representatividade é manifestamente superior à média nacional³ apresentando um índice de envelhecimento de 241,9⁴, o que mostra que, por cada 100 jovens com idade igual ou inferior a 15 anos, existem quase 242 idosos com idade igual ou superior a 65 anos de idade;-----

² Refira-se a realização, pelo segundo ano consecutivo, do Programa de animação musical intitulado "Dar Alegria aos Anos". -----

³ 127,8%, segundo informação disponibilizada pelos Censos 2011. -----

⁴ Informação obtida em <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>, no dia 18 de abril de 2018. -----

Considerando a grande dinâmica relacional, com especial destaque para a partilha de histórias de vida, reencontros de amigos e experiências comuns, que o evento, entre outros aspetos, potência;-----

Considerando que, este grupo de população sempre valorizou, de forma entusiástica, os momentos de alegria vividos na juventude, ligados quase sempre às festas populares, romarias e aos trabalhos no campo;-

Considerando que, de entre a panóplia de indicadores geradores de situações de exclusão se podem destacar o isolamento e a solidão, cada vez mais presentes no abandono das comunidades rurais em detrimento dos meios urbanos;-----

Considerando que, através da informação n.º 16/SHSDPC, de 19 de janeiro de 2018, foi superiormente autorizada a aquisição de serviços de animação musical para o programa intitulado "Dar Alegria aos Anos", onde foi previsto os encargos económicos para a animação das comemorações do Dia do Idoso;-----

Considerando que, a realização desta iniciativa comporta, no global, um encargo financeiro estimado na ordem dos 9.900,00€ (nove mil e novecentos euros);-----

Considerando a limitada capacidade financeira das Juntas de Freguesia, capaz de, *per si*, garantir uma resposta adequada aos encargos financeiros emergentes da realização do evento em referência;-----

Considerando a necessidade da Autarquia de Chaves assegurar, através dos seus instrumentos de gestão financeira, a aquisição de serviços de transporte de passageiros;-----

Considerando o disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 61.º, da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, diploma que aprova o orçamento de estado para o ano de 2018, o preço unitário da contratação de serviços, com idêntico objeto não poderá ultrapassar os valores pagos em 2017;-

Considerando que, segundo a informação disponibilizada pelo setor de aprovisionamento, o valor contratado em 2017 para o aluguer de serviços de transporte, para as comemorações do dia do idoso, foi de 150,00€ autocarro ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal;-----

Considerando que, o atual quadro legal de atribuições e competências das autarquias locais veio permitir aos municípios apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, de acordo com o disposto na alínea u) do n.º 1, artigo 33 da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e ulteriores alterações introduzidas pela lei n.º 69/2015 de 16 de julho;-----

Considerando que, o evento em referência traduz, cabalmente, os propósitos de promoção de animação sociocultural, destinada a uma faixa da população singularmente afetada por limitações de ordem económica, física, psicológica, mas sobretudo de solidão;-----

Considerando que, a filosofia subjacente a este tipo de encontros está, inevitavelmente, circunscrita à animação, convívio e mobilidade, tidos como importantes instrumentos de combate ao problema da solidão e isolamento, vivenciado por uma parte da população idosa do Concelho de Chaves e facilmente comprovado pelo número, cada vez maior, de participantes.-----

3.DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciados, e pelo reconhecido mérito alcançado ao longo dos últimos dezassete anos de comemoração do Dia da Pessoa Idosa, com evidentes repercussões na vida social, cultural e relacional de muitas comunidades, impõe-se como legítimo adotar a seguinte estratégia procedimental:-----

1 - Sugere-se a apreciação pela Chefe da Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Humanos e Ação Social, Paula Cabugueira, em vista a

sancionar os fundamentos explanados que versam sobre a realização das comemorações do Dia da Pessoa Idosa;-----

2 - Caso a presente informação venha a merecer de concordância superior, deverá a mesma ser remetida ao cuidado do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado, cujo parecer/decisão deverá, sequencialmente, ser remetida para o gabinete da Vereadora da Ação Social, Paula Chaves, para a emissão da competente decisão;-----

3 - Para o efeito, cada Junta de Freguesia, deverá remeter a este município (setor de habitação social e desenvolvimento de projetos comunitários), relação detalhada do número de participantes e correspondente identificação, até ao dia 4 de junho, prevendo-se uma afluência na ordem das 5.000 pessoas;-----

4 - Relativamente ao transporte dos participantes provenientes das várias localidades e/ou freguesias do Concelho para o local identificado onde irão decorrer as festividades, com regresso após finalização das mesmas, propõe-se que o mesmo seja assegurado pelo Município de Chaves, recorrendo para o efeito ao procedimento pré-contratual de ajuste direto para aquisição de serviços de transporte, de acordo com o caderno de encargos anexo à presente proposta;-----

5 - No cumprimento da disposição legal expressa na alínea b), do n.º 1, do artigo 61.º, da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, o preço unitário da contratação de serviços de transporte não poderá exceder a importância de 150,00€/autocarro, ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal;-----

6 - Caso a presente proposta venha a merecer concordância superior, propõe-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião do Órgão Executivo Municipal para deliberação;-----

7 - Os encargos assumidos pela Câmara Municipal de Chaves terão cobertura orçamental através das seguintes rubricas económicas:-----

→ Prestação de serviços = 02.02.10-----

À consideração Superior. -----

Chaves, 18 abril de 2018-----

O Técnico Superior-----

(Aureliano Moraes)-----

Em anexo: Caderno de Encargos para aquisição de serviços transporte.-

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2018.04.19-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.20-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 2018.04.23-----

Concordo. Proceda-se em conformidade com o proposto. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS REQUERENTE: MARIA DO CARMO - ALDEIA DE PARADELA DE VEIGA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº79/SHSDPC/N.º37/2018 -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.05.07-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.11-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 2018.05.14-----

À reunião de Câmara-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ENTIDADES DESPORTIVAS. PROPOSTA Nº30/GAP/18. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

Considerando as solicitações de apoio financeiro, para o ano de 2018, efetuadas ao Município, pelas entidades sedeadas no concelho de Chaves, a seguir identificadas:-----

ADAF - ASSOCIAÇÃO DE DESPORTO AQUAE FLAVIAE, NIPC 514 147 962, com sede na Praceta da Sagrada Família, Edifício Sol Nascente, nº 22, Bloco B, 3º. Esquerdo, Santa Cruz Trindade, em Chaves, solicita o apoio da autarquia, na realização de uma prova de cariz desportivo, previsto no Plano de Atividades com a designação "4ª Aquae Flaviae Night Running";-----

CASA DO PESSOAL DO HOSPITAL DE CHAVES, NIPC 505 648 474, através do documento em anexo, solicita a comparticipação financeira da autarquia, na realização da prova desportiva "8ª Rota BTT;-----

ASSOCIAÇÃO CENTRO SOCIAL DE S.JOÃO BATISTA, NIPC 508 067 871, sedeadada na rua 25 de Abril, edifício da Junta de Freguesia, em Cimo de Vila da Castanheira, concelho de Chaves, solicita o apoio da autarquia, por forma a conseguir a manutenção da equipa de futsal a competir na II Divisão Nacional; -----

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DRAGÕES DE CHAVES - CHAVES RUNNING TEAM, NIPC 514 461 730, com sede no Largo da Eira, nº 7, Santa Cruz Trindade, concelho de Chaves, solicitou o apoio da autarquia na concretização da prova desportiva denominada "Corrida São Silvestre de Chaves", que teve lugar no passado dia 7 de janeiro; -----

Considerando que os apoios financeiros solicitados têm em vista a concretização de atividades e ações de caráter desportivo geradoras de dinâmicas benéficas para a população, pelo seu inquestionável contributo para o bem-estar físico e para o convívio da população;--

Considerando que estes clubes são promotores de atividades desportivas, recreativas e de convívio social, atuando positivamente

na ocupação dos seus tempos livres, e por sua vez, imprimindo hábitos e motivações para a prática desportiva continuada; -----
 Considerando que estas entidades desportivas em muito contribuem para o desenvolvimento físico e intelectual dos seus atletas;-----
 Considerando que os apoios às entidades em referência se enquadram no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015;-----

Considerando, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município;-----

Considerando que o contrato programa de desenvolvimento desportivo, a celebrar com as associações, está excluído do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos, nos termos das disposições combinadas previstas no referido código nos Artigos 5º e 5º B, sendo no entanto sujeitos aos Princípios Gerais da Contratação Pública, previstos no Artigo 1º A do CCP;-----

No cumprimento do Artigo 290º. A do CCP é designado gestor do contrato, o Técnico Superior, José Maciel Rua Duque, competindo-lhe em traços gerais, acompanhar permanentemente a boa execução do contrato programa.-----

II - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO-----

Atendendo às razões expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

a) Que sejam apoiadas as instituições constantes do mapa anexo, com o valor nele especificado;-----

b) Simultaneamente, que seja aprovada a minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com as Associações, conforme documento anexo a esta proposta, devendo ser legitimado o Presidente da Câmara Municipal a outorgar, em representação do Município, o referido documento;-----

c) Caso o presente Proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á:-----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei nº 64/2013, de 27 de agosto;-----

- Dar inteiro cumprimento ao estabelecido no artigo 27º. Do Decreto-Lei 273/2009, em matéria de publicitação dos contratos-programa que vierem a ser celebrados;-----

- Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada;----

d) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;-----

e) A presente proposta tem cobertura orçamental através das rubricas mencionadas no quadro anexo. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira.-----

Chaves, 11 de maio de 2018-----

O Presidente da Câmara-----

(Nuno Vaz)-----

Em Anexo:-----

- Plano Anual de Atividades de 2018;-----

- Certidão comprovativa da situação regularizada perante a Segurança
 --Social;-----

- Certidão comprovativa da situação tributária regularizada;-----
- Cópia dos respetivos Estatutos;-----
- Documento comprovativo da sua legal constituição;-----
- Cópia do NIPC;-----
- Ata da tomada de posse dos corpos dirigentes.-----

Quadro Sinótico-----**Anexo à proposta nº 30/GAP/18-----**

Entidades	Apoio Financeiro	Classificação Económica
ADAF- Associação de Desporto Aquae Flaviae 514 147 962	4.000,00 €	04.07.01.02
Casa do Pessoal do Hospital de Chaves 505 648 474	2.700,00 €	04.07.01.02
Associação Centro Social S. João Batista 508 067871	7.500,00 €	04.07.01.02
Associação Desportiva Dragões de Chaves - Chaves Running Team 514 461 730	680,00 €	04.07.01.02

MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO-----**Entre: -----**

Primeiro: **MUNICÍPIO DE CHAVES**, com o NIPC 501205551, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, casado, natural da freguesia de Travancas, concelho de Chaves, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves, e poderes para o ato conferidos por deliberação camarária de ... de de 2018;-----

E -----

Segundo:, com o NIPC....., com sede naem....., neste ato legalmente representada por, (estado civil), residente em....., titular do Cartão de Cidadão nº....., válido até, com poderes para o ato conferidos por deliberação da de -----

Considerando que, por deliberação camarária, de .../.../2018, foi aprovada a **Proposta nº .../GAP/2018, consubstanciada na comparticipação financeira a Associações/Entidades de carácter desportivo, sedeadas no Concelho de Chaves, referente ao ano económico de 2018;**-----

Nos termos dos artigos 46º e 47º, da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o regime dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo previsto no Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, em conjugação com o disposto na alínea f), do nº2, do art. 23º, e na alínea u) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, o qual se rege de acordo com o disposto nas cláusulas seguintes:-----

Cláusula 1ª-----

(Objeto) -----

Constitui objeto do presente contrato a comparticipação financeira - Apoio ao Associativismo - à execução do Programa de Atividades de Desenvolvimento da Prática Desportiva, que o, apresentou e este Município, referente ao ano 2018, na prática de atividades desportivas e recreativas, cujo **Plano de Atividades** se anexa a este contrato-programa. -----

Cláusula 2ª-----

(Período de execução do contrato)-----

O programa de atividades desportivas titulado pelo presente contrato-programa produz efeitos no presente ano de 2018.-----

Cláusula 3ª-----

(Comparticipação financeira)-----

1. A comparticipação financeira de natureza pecuniária, a prestar pelo Município de Chaves o, é de €. (.....), nos termos do Programa de Atividades, à data, apresentado.-----

2. O Município de Chaves concede, ainda,-----

Cláusula 4ª-----

(Disponibilização financeira)-----

A comparticipação financeira a prestar pelo Município ao, será liquidada da seguinte forma: Transferência para a conta com o-----

Cláusula 5ª-----

(Obrigação de certificação das contas)ⁱ-----

1. O, deve fazer certificar as suas contas por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

2. O, para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, deve possuir a sua contabilidade organizada por centro de custos que evidenciam os gastos e rendimentos por contrato-programa.-----

Cláusula 6ª-----

(Combate à violência, à dopagem à corrupção, ao racismo, à xenofobia e todas as formas de discriminação associadas ao desporto)-----

O não cumprimento pelo, do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre sexos, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto (CND) e, de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implicará o cancelamento da comparticipação financeira.-----

Cláusula 7ª-----

(Gestão do Contrato)-----

Para efeitos do disposto no n.º 1, do Artigo 290 - A, do CCP, foi designado como gestor do contrato o, por deliberação de, com a função de proceder ao seu acompanhamento e monitorização.-----

Cláusula 8ª-----

(Produção de efeitos)-----

O presente contrato produz efeitos no ano de 2018.-----

Cláusula 9ª-----

(Entrada em vigor)-----

O Presente contrato-programa entrará em vigor na data da sua publicação na página eletrónica do Município, no cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.-----

Cláusula 10ª-----

(Publicação)-----

Nos termos do nº1, do artigo 14º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, este contrato-programa será publicado na página eletrónica e ou no boletim municipal desta autarquia.-----
 Este contrato foi feito em duplicado, ficando um exemplar para cada um dos outorgantes.-----
 Chaves, ... de de 2018. -----
 O Presidente da Câmara Municipal,-----
 Nuno Vaz -----
 O Presidente do,-----
)

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. ALTERAÇÕES A HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E CONSTRUÇÃO DE ANEXO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 175/18 - JORGE HENRIQUE RUA VIDEIRA - RUA INÁCIO PIZARRO, N.º 19, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 07.05.2018. ----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - ANTECEDENTES-----

O Sr. Jorge Henrique Rua Videira possui licença de obras referente a uma habitação n.º 294/1998 para construção de uma habitação de r/c com área de 101,52 m2 e andar com 117,62 m2, sendo a área global de 219,14 m2, sita no Lote n.º 6 do alvará de loteamento n.º 6/91, Rua Inácio Pizarro n.º 19, Santa Cruz/Trindade, em Chaves. -----

II - INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento n.º 521/18 o requerente vem solicitar a legalização de um anexo e alterações à habitação licenciada sob o n.º 294/98, sita na Rua da Rua Inácio Pizarro n.º 19, Santa Cruz/Trindade, União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, em Chaves.---
Face ao solicitado, pelo requerente, e de acordo com o preceituado no n.º6 do artigo 73-C do RMUE, pelo que o processo em causa foi à Comissão de Vistorias, a qual procedeu à realização da **Vistoria Municipal**, em conformidade com o plasmado no n.º8 do artigo 73-C conjugado com os números 6,7 e 9 por forma a legalizar a edificação, conforme auto n.º 23 de 12/03/2018, o **qual se deverá dar cópia ao requerente**.-----

III- ENQUADRAMENTO URBANÍSTICO-----

3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

3.1.1- De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 175/18 - o edifício situa-se de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na categoria 1.1- Cidade de Chaves. -----

3.1.2- Alteração e Republicação do Regulamento do PDM de Chaves, publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018.-----

3.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 175/98 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra com o disposto no art.º 73-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE), ---

IV - DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO-----

O requerente através do requerimento n.º 521/18, apresenta pedido a legalização de um anexo (área de 40,13 m2) e alterações a nível de interiores na habitação,-----

A matriz urbana, refere artigo 1511 e registo da conservatória sob o n.º 921/20090528 com a seguinte descrição:-----

Área total = 437,0 m2-----

Área de Implantação =219,14 m2-----

Área Descoberta =271,86 m2-----

Face à memória descritiva e justificativa apresentada e que consta em anexo, é referido:-----

►Que a edificação foi construída ao abrigo da licença de obras n.º 294/98; -----

►A intervenção baseia-se na legalização de anexo e obras interiores na habitação, sem qualquer tipo de obras a levar a efeito, tanto a nível de interiores como exteriores;-----

►Que a edificação da construção existente se insere no lote n.º 6 do alvará de loteamento n.º6/91.-----

V - ANÁLISE PROCESSUAL-----

O pedido formulado através do requerimento n.º521/18, encontra-se abrangido pelo disposto no artigo102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º1 do artigo 73-C do RMUE.-----

De acordo com o referido na memória descritiva e justificativa, trata-se pois de uma edificação existente, sem execução de qualquer tipo de obras, enquadrando-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RMUE.-----

Mais informa que não se prevê quaisquer obras, a legalização é titulada por autorização de utilização, devendo o processo estar instruído de acordo com os elementos definidos na Portaria 113/2015 de 22 de Abril.- O procedimento de legalização da edificação é precedida de **Vistoria Municipal**, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 73-C.--- Da realização da referida Vistoria foi lavrado o respetivo auto de vistoria n.º 23 (que consta anexo ao processo), que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutóriamente o procedimento de legalização.-----

No processo em causa encontra-se o projeto de arquitetura e especialidades de acordo com a legislação aplicável ao pedido em apreço, sendo possível a legalização, dado que cumprem os parâmetros urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial e normas legais aplicáveis. -----

A edificação existente e licenciada possui uma área de 219,14 m². A área a legalizar refere-se ao anexo de área de 40,13 m² e perfazendo na totalidade uma área bruta de construção de 254,60 m².-----

Pelo exposto, verifica-se que a legalização dos anexos **cumpr**e o índice **proposto para o local**, dado que a área proposta é inferior à área máxima de construção admissível, pelo cumprimento do índice de construção permitido pelo artigo 19 da alteração ao regulamento do PDM, $Ic=1,2 \text{ m}^2/\text{m}^2$ ($524,40 \text{ m}^2 > 254,60 \text{ m}^2$). -----

Os parâmetros urbanísticos de edificabilidade devem obedecer às disposições constantes na alteração ao regulamento do PDM publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018. Assim, no artigo 19 do retrocitado diploma legal, refere que:-----

Artigo 19.º Regras de edificabilidade-----

1 - A edificabilidade em lotes ou parcelas constituídos ao abrigo de projetos de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento plenamente eficazes rege-se pela disciplina instituída por estes instrumentos.-----

2 - A edificabilidade em parcelas não submetidas à disciplina dos instrumentos urbanísticos referidos no número anterior fica sujeita às seguintes regras:-----

a) A edificabilidade de um dado prédio, dada pela área bruta de construção, é função do cumprimento da moda da cércea e dos alinhamentos e recuos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio tal como é disposto no artigo 26.º, considerando-se como:-----

i) Moda da cércea - a cércea que apresenta maior extensão ao longo de uma frente urbana;-----

ii) Frente urbana - superfície, em projeção vertical, definida pelo conjunto das fachadas dos edifícios confinantes com uma dada via pública e compreendida entre duas vias ou espaços públicos sucessivos que nela concorrem;-----

al) Nas situações em que não seja possível definir uma moda da cércea ou um alinhamento dominante, a edificabilidade é condicionada pelos seguintes parâmetros:-----

i) Categoria 1.1 - cidade de Chaves:-----

Ic (igual ou menor que) $1,2 \text{ m}^2/\text{m}^2$;-----

Cércea máxima (igual ou menor que) 20 m;-----

Número máximo de pisos (igual ou menor que) 6;-----

Neste contexto e de acordo com supra citado, conclui-se que :-----

- A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída; -----
- O projeto apresentado cumpre as condições definidas no RMUE, RGEU e demais legislação em vigor. -----
- As obras a legalizar, é um anexo com área de de 40,13 m2 e obras interiores. -----
- Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados á edificação cumprem a alteração ao regulamento do PDM publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018. -----

VI - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO-----

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa de deferimento das obras realizadas sem controlo prévio e o deferimento da emissão da autorização de utilização de legalização da operação urbanística correspondente- obras de legalização de anexo e alteração a nível de interiores -(L.O. n.º 294/1998).-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de Legalização da operação urbanística, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. Refira-se ainda que no do título/autorização de utilização com menção expressa que a Legalização das obras na habitação foi sujeita ao procedimento de legalização, ficará ainda condicionada ao pagamento das correspondentes taxas municipais.-----

VII - DAS TAXAS DEVIDAS PARA A REALIZAÇÃO E REFORÇO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS-----

Os custos centrados nos procedimentos de aprovação e execução das operações urbanísticas estão, manifestamente, associados ao dever de liquidação e cobrança das respetivas taxas urbanísticas e ou compensações, para além dos inerentes custos administrativos relacionados com a sua tramitação procedimental. Estas taxas, para o caso em apreço, encontram-se isentas ao abrigo do disposto no ponto 3.1 do artigo 19 do Capítulo III do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU n.º 314/2010).-----

VIII - DAS TAXAS DEVIDAS PELA EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO---

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE e o plasmado no artigo 69 do RRMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU n.º 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
SECÇÃO IV	EDIFICAÇÕES			

Subsecção III	APRECIÇÃO DE OUTROS PEDIDOS			
Artigo 54.º	Apreciação de Autorização de Utilização			
n.º1	Autorização de Utilização de edifícios ou suas fracções (taxa geral)	1	56,20 €	56,20 €
n.º2	Acresce para habitação, por fogo	1	6,70 €	6,70 €
n.º3	Acresce por unidade de arrumos	1	3,30 €	3,30 €
	TOTAL-1			66,20 €
SECÇÃO V	VISTORIAS			
ART.º 75	Vistorias para efeitos de emissão de autorização, ou alteração de utilização			
n.º1	Taxa geral para a realização de vistorias para efeitos de autorização de utilização	1	54,00 €	54,00 €
n.º 2	Acresce ao valor referido em 1 por cada unidade de ocupação:			
b)	Habitação multifamiliar, por cada unidade de ocupação ou fracção	1	11,85 €	11,85 €
j)	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento	1	54,00 €	54,00 €
	TOTAL-2			119,85 €
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 72.º	Autorização de Utilização			
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	28,10 €	28,10 €
n.º 2	Para habitação, por fogo, acresce ao valor referido no número 1	1	10,80 €	10,80 €
n.º6	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento, sendo construções autónomas contíguas, ou inseridas, ou não, em processos referentes a edifícios identificados supra, acrescem, por unidade de ocupação, aos valores fixados nos números anteriores	1	2,65 €	2,65 €
	TOTAL-3			41,55 €

TOTAL-1			66,20 €
TOTAL-2			119,85 €
TOTAL-3			41,55 €
VALOR GLOBAL			227,60 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.10. -----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e

regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.05.11. -----
 À Reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. LOTEAMENTO TITULADO PELO ALVARÁ N.º 13/85, PEDIDO DE ALTERAÇÃO - PROCESSO N.º 180/17 - JOAQUIM CUNHA FERREIRA, LDA. - LOTEAMENTO DA BANDEIRA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 27.04.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução /Antecedentes-----

1.1. A empresa requerente acima referida, na qualidade de proprietária dos lotes 12 e 13, solicitou, através de requerimento 439/17, referente ao processo n.º180/17, pedido de alteração às especificações dos lotes 12 e 13, do loteamento titulado pelo Alvará n.º 13/85, Loteamento da Bandeira, União das freguesias de Santa Cruz Trindade/Sanjurge;-----

1.2. As alterações foram objeto de publicação em Edital n.º92/2017 de 28 de julho de 2017, conforme o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação:-----
"(...) quando o número de lotes seja superior a 15 - que é o caso - a notificação será feita via edital a afixar no local onde se situa o loteamento, na Junta de Freguesia e no Edifício dos Paços do Concelho; (...)"-----

1.3. Atendendo ao facto de as Medidas Preventivas estabelecidas por motivo de revisão do Plano Diretor Municipal de Chaves, terem caducado no pretérito dia 27 de Julho de 2017, a partir dessa data foram repriminadas as disposições regulamentares do PDM que as referidas medidas preventivas haviam suspenso.-----

1.4. Deste modo, passaram a vigorar todas as normas regulamentares estatuídas pelo regulamento do Plano Diretor Municipal aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros N.º 19/95, com as alterações introduzidas em 1996 e 2010;-----

1.5. Pese embora não tenha havido qualquer oposição às alterações então requeridas, sobre o pedido, recaiu parecer desfavorável, por nessa data se encontrarem em vigor as disposições de edificabilidade dispostas na alínea a), do n.º2, do artigo 19.º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal que estabelecia 0,5m2/m2 como Ic máximo;-----

1.6. Em 19 de janeiro de 2018 deu entrada uma exposição no sentido de requerer que, ao abrigo do n.º5, do artigo 145.º, do RJIGT, fosse levantada a suspensão do procedimento supra referido, ficando a aprovação final, condicionada à entrada em vigor das futuras regras urbanísticas que conformam tal pretensão urbanística;-----

2. Enquadramento Legal-----

2.1. No regime jurídico consagrado no DL 136/14 de 09/09-----
 O pedido do interessado enquadra-se numa alteração à licença, nos precisos termos do descrito no artigo 27.º do supra referido diploma legal;-----

2.2. Nos instrumentos de Planeamento em vigor-----
 No passado dia 18 de abril de 2018, foi publicado em Diário da República, 2ª série, através de Aviso n.º5233/2018, a Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves;----

2.2.1. Neste contexto passam a ser válidas as novas regras de edificabilidade aí preconizadas, a saber:-----

"Artigo 19.º-----

Regras de edificabilidade-----

1 - A edificabilidade em lotes ou parcelas constituídos ao abrigo de projetos de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento plenamente eficazes rege-se pela disciplina instituída por estes instrumentos.-----

2 - [...]-----

a) A edificabilidade de um dado prédio, dada pela área bruta de construção, é função do cumprimento da moda da cércea e dos alinhamentos e recuos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio tal como é disposto no artigo 26.º, considerando -se como:-----

i) Moda da cércea - a cércea que apresenta maior extensão ao longo de uma frente urbana;-----

ii) Frente urbana - superfície, em projeção vertical, definida pelo conjunto das fachadas dos edifícios confinantes com uma dada via pública e compreendida entre duas vias ou espaços públicos sucessivos que nela concorrem;-----

al) Nas situações em que não seja possível definir uma moda da cércea ou um alinhamento dominante, a edificabilidade é condicionada pelos seguintes parâmetros:-----

i) Categoria 1.1 - cidade de Chaves:-----

$I_c \leq 1,2 \text{ m}^2/\text{m}^2$;-----

Cércea máxima $\leq 20 \text{ m}$;-----

Número máximo de pisos $\leq 6;2''$ -----

3. Análise da pretensão-----

3.1. Análise dos parâmetros urbanísticos-----

Com o presente pedido, a empresa requerente pretende levar a efeito o

4.º aditamento, às especificações do loteamento com alvará n.º13/85, o qual se projeta nos lote 12 e 13, e da qual é proprietária;-----

3.1.1. Alterações resultantes do presente pedido são resumidas da seguinte forma:-----

- Divisão do lote 12, nos lotes 12, 12-A e 12-B, e consequente aumento da área de construção e implantação;-----

- **Lote n.º12-----**

Áreas dos novos lotes-----

Lote 12 - 246,50m²-----

Lote 12-A - 298,00m²-----

Lote 12-B - 305,50m²-----

Áreas de construção dos novos lotes-----

Lote 12 - 224,20m²-----

Lote 12-A - 259,20m²-----

Lote 12-B - 270,80m²-----

Áreas de implantação dos novos lotes-----

Lote 12 - 124,20m²-----

Lote 12-A - 141,50m²-----

Lote 12-B - 147,30m²-----

- **Lote n.º13-----**

Área do lote-----

392,00m²-----

Área de construção-----

223,80m²-----

Área de implantação-----

123,80m²-----

(Áreas máximas)-----

4. Áreas de cedência ao município-----

4.1. No que respeita ao regime de cedências em loteamentos, o pedido de alteração à licença da operação de loteamento n.º 13/85, está sujeito ao descrito no artigo 21º do regulamento do Plano Diretor Municipal (P.D.M.), no que respeitadas às alterações propostas.-----

4.2. Da aplicabilidade da norma referida, pode-se concluir que o pedido de alterações à licença, fica apenas sujeito ao previsto na alínea b), do n.º 2, do artigo 21º do P.D.M., pelo facto da área total do terreno objeto da operação de loteamento se manter inalterável, das quais as restantes alíneas estão diretamente relacionadas.-----

4.3. O pedido de alteração às especificações do alvará de loteamento n.º 13/85, para efeitos do regime de áreas de cedência em loteamentos mencionado no parágrafo anterior, consubstancia aumento da área bruta de construção em **374,00m²**, considera-se que sobre esta apenas recai o previsto na alínea b) n.º 2 do artigo 21.º do regulamento do P.D.M. no respeitante às alterações introduzidas (aumento da área bruta de construção em **374,00m²**);-----

4.4. Face ao exposto, e aplicando a norma retro citada, deverá a requerente compensar o município pela área não cedida para equipamentos públicos e que corresponde a **374,00m²** [$0,00m² \leq 25\% (374,00m²) = 0,00m² \leq 93,50m²$], -----

4.5. Atendendo que as alterações introduzidas ao alvará de loteamento n.º 13/85, não previu áreas destinadas para equipamentos de utilização coletiva, aplica-se neste caso o regime das compensações previstas no n.º 4, do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 136/2014 de 09/09, sobre as alterações introduzidas, a calcular nos termos do artigo 30º do Regulamento de liquidação de taxas e cobrança de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas, conforme quadro abaixo apresentado:-----

C	L	K	A'	V	C1	
1	1,00	0,25	93,50	700,24		8.184,06 €

4.6. Assim a compensação devida ao município pelo proprietário a pagar ao município, relativa às áreas não cedidas para integração no domínio municipal, é de **8.184,06 €** (oito mil cento e oitenta e quatro euros e seis cêntimos) correspondente à não cedência de **93,50m²** (resultante do aumento da área bruta de construção em 374,00m²).⁵-----

5. Considerações do Parecer / Proposta de decisão-----

5.1. Considerando que são respeitados os parâmetros urbanísticos no que se refere ao índice de construção e às normas legais e regulamentares aplicáveis, pelo que não há nada a opor à aprovação da alteração da operação de loteamento em análise;-----

⁵ L - Fator de localização -----

K - Coeficiente urbanístico do loteamento -----

A - Valor em metros quadrados da área não cedida.-----

V - Valor do preço por metro quadrado de construção, definido pela Portaria que fixa periodicamente os valores unitários por metro quadrado do preço de construção para efeitos de cálculo da renda condicionada (Portaria n.º 353/2013 de 4 dezembro - Zona II - € 700,24, e Lei n.º 80/2014 de 19 de setembro).-----

C - Valor da Compensação devida ao Município.-----

5.2. Considerando que não houve qualquer oposição durante o período de publicitação do Edital;-----
Considerando que dada a antiguidade do loteamento e a criação de mais lotes resultantes da divisão de um lote já existente e dada a escassa relevância dos mesmos, deverão apenas ser apresentados esquemas das várias ligações aos ramais existentes para futura previsão no cálculo das taxas das infraestruturas;-----

5.3. Face ao descrito, sou a propor que seja adotada a deliberação no sentido de **deferir** o pedido de alterações à licença, solicitado nos termos do artigo 27º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14 de 09/09;-----

5.4. Neste contexto, de acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 76º, do DL n.º 555/99 de 16/12, e ulteriores alterações, deve ser comunicado ao requerente que dispõe do prazo de um ano para requerer formalmente a emissão do 4.º aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 13/85, sob pena de caducidade desta deliberação, conforme previsto no n.º 2 do artigo 71.º do citado diploma legal, devendo para o efeito instruir o seu pedido com os elementos mencionados no n.º 1, do artigo 2.º, da Portaria n.º 216-E/2008 de 03/03, designadamente:-----

– Planta de síntese da operação de loteamento em base transparente (5 exemplares)-----

– Descrição pormenorizada dos lotes com indicação dos artigos matriciais de proveniência;-----

– Atualização das certidões da conservatória do registo predial anteriormente entregue, no caso de estas não se encontrarem válidas.-

5.5. Mais se informa que pela emissão do aditamento ao alvará deverão ser liquidadas as correspondentes taxas previstas pelo artigo 117.º, do Decreto-Lei n.º 136/14 de 09/09/99, as quais se encontram estabelecidas no Regulamento de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas;-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.02. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.05.09. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLETIVA E COMÉRCIO, PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA MODALIDADE DA CAUÇÃO PRESTADA – PROCESSO N.º 195/09 – CONSTRUÇÕES JOFRAMAR, LDA. – AVENIDA DA RAPOSEIRA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 20.04.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento registado com o n.º 569/18, referente ao processo n.º 195/09, a sociedade por quotas, Construções Joframar, Lda, solicita substituição da garantia bancária n.º N00359094, emitida pelo Banco Espírito Santo, actualmente no valor de 920 €, por depósito em dinheiro.-----

2-ANTECEDENTES-----

2.1-A requerente possui o alvará de obras de construção nº 80/10, que titulou a aprovação das obras para construção de edifício destinado a habitação coletiva e comércio, as quais incidiram sobre o prédio sito na Avenida da Raposeira - Santo Amaro, da freguesia de Santa Maria Maior, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº 2057/20090504 e inscrito na matriz urbana sob o artigo 1395 - P da respectiva freguesia.-----

A licença supra referida também titulou o licenciamento das obras de urbanização, incidentes em áreas cedidas ao domínio público, destinadas a passeio e baía de estacionamento.-----

2.2-Para garantia da boa e regular execução das referidas obras de urbanização foi apresentada caução, mediante garantia bancária nº N00359094, emitida pelo Banco Espírito Santo, inicialmente no valor de € 9 199 (nove mil cento e noventa e nove euros), nos termos do disposto no nº 1, 2 e 3 do artigo 54º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, com posteriores alterações. -----

3-ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

A promotora vem ao processo registado com o nº 195/09, solicitar a alteração à licença, com incidência na especificação mencionada na alínea h) do nº 1 do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9 - Identificação do respetivo título"⁶.-----

4-PROPOSTAS-----

4.1-Face ao acima exposto, propõe-se que o presente processo registado com o nº 195/09, esteja presente em reunião de câmara, para que o Executivo delibere concordar com a alteração da modalidade da caução (de garantia bancária para depósito em dinheiro).-----

4.2-Caso a deliberação do Órgão Executivo que recair sobre a proposta referida no item 4.1 seja favorável, propõe-se que seja deferido o pedido da promotora, exarado no requerimento nº 569/18 - substituição da modalidade da caução, nos termos do disposto no artigo 27º do RJUE.

4.3-Neste contexto, a nova caução a ser mencionada no 1º aditamento ao alvará de obras de construção nº 80/10, será - depósito em dinheiro, em substituição da garantia bancária nº N00359094, emitida pelo Banco Espírito Santo, actualmente no valor de 920 €,-----

4.4- Propõe-se que a requerente seja notificada do teor da deliberação camarária que recair sobre a presente informação técnica, bem como providenciar junto da Tesouraria deste Município para proceder ao depósito da quantia de € 920 (novecentos e vinte euros) a favor do Município de Chaves.-----

⁶ Artigo 77º - Especificações-----

1-O alvará de licença de operação de loteamento ou de obras de urbanização deve conter, nos termos da licença a especificação dos seguintes elementos: -----

i) Montante da caução prestada e identificação do respetivo título.-

Artigo 54º - Caução-----

1-O requerente ou comunicante presta caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização.-----

2-A caução referida no número anterior é prestada a favor da câmara municipal, mediante garantia bancária autónoma à primeira solicitação, hipoteca sobre bens imóveis propriedade do requerente, depósito em dinheiro ou seguro-caução, devendo constar do próprio título que a mesma está sujeita a actualização nos termos do nº 4 e se mantém válida até à receção definitiva das obras de urbanização.-----

4.5-Pelo exposto no n.º 4 do artigo 76.º do RJUE, o aditamento ao alvará de obras n.º 80/10, deverá ser emitido no prazo de 30 dias, a contar da data do depósito em dinheiro do valor residual da caução - € 920 (novecentos e vinte euros).-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.27. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VÍCTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.05.02. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 17/17 - MARIA NATÁLIA TEIXEIRA - RUA DO SOL, N.º 28, FREGUESIA DE CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 03.05.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Pretensão-----

A pretensão incide sobre um pedido de Legalização de uma habitação unifamiliar, sita na Rua do Sol n.º28 em Cimo de Vila da Castanheira.-

II - Descrição da Intervenção-----

O requerente através do requerimento n.º 55/17, apresenta pedido de legalização de obras e se digne promover a licença especial.-----

Faz parte de processo apenas certidão de teor matricial das Finanças, na qual refere artigo urbano sob o n.º 207, sendo o titular Maria Natália Teixeira, e provável construção anterior a 1951 com a seguinte descrição:-----

Área total = 91,00 m2-----

Área coberta =91,00 m2-----

Área bruta de construção =182,00 m2 (91,00x2 pisos)-----

Face às peças desenhadas do projecto apresentado e que consta em anexo, pode-se constatar que:-----

►A intervenção baseia-se na legalização da construção existente, tal como se encontra, sem qualquer tipo de obras a levar a efeito, tanto a nível de interiores como exteriores;-----

►Que a edificação da construção existente está dentro do perímetro de construção de cimo de vila da castanheira-----

III - Análise Processual-----

O pedido formulado através do requerimento n.º 55/17 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo 102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º1 do artigo 73-C do RRMUE,-----

Trata-se pois de uma edificação existente, sem execução de qualquer tipo de obras, enquadrando-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RRMUE.-----

O procedimento de legalização da edificação é precedida de **Vistoria Municipal**, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 73-C do RRMUE.-----

Da realização da referida Vistoria foi lavrado o respectivo auto de vistoria n.º 104/17 (que consta anexo ao processo e do qual se deverá dar conhecimento ao requerente), que tem como objectivo apurar o estado

geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objectivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutoriamente o procedimento de legalização.-----

Face ao teor do auto de vistoria do qual se depreende que a sua legalização não é possível, havendo necessidade de execução de obras de correcção ou adaptação, bem como alteração do projecto apresentado sob requerimento n.º 55/17.-----

IV - Da Proposta em Sentido estrito-----

Pelo exposto, e dado que o requerente não deu cabal cumprimento ao solicitado pela informação técnica de 09/02/2018, julgo salvo melhor opinião deixar à consideração superior de:-----

1- Propor o indeferimento da legalização das alterações na habitação e anexos, solicitado pelo requerente através do requerimento n.º 55/17;-----

2- De acordo com o articulado nos artigos 121.º e 122.º, do CPA, a que se refere a audiência dos interessados, deverá o requerente para o efeito, ser notificado para vir ao processo, por escrito, no prazo de dez dias, dizer o que se lhe oferecer, sobre o assunto.-----

3- Caso o requerente não venha a processo, no prazo estipulado, deverá ser formalmente indeferido o pedido do requerente nos termos do CPA.

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.04. -----

Visto. Concordo. Para os devidos efeitos, deve este assunto ser agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara municipal em vista à tomada da competente deliberação. À consideração superior. --

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.05.04. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. CONSTRUÇÃO DE ESTABELECIMENTO HOTELEIRO, PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO DE DOMÍNIO PÚBLICO EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS ELÉTRICAS INERENTES À CONSTRUÇÃO DE RAMAL DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO,- PROCESSO N.º 185/15 - DO FUNDO & FILHOS, HOTEL CASTELO DE CHAVES, LDA/EDP - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A. - RUA JOAQUIM JOSÉ DELGADO E TRAVESSA DA MURALHA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 02.05.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através da Carta com a referência 174/17/D-DRCN-AVR, de 06-04-2018, registada nesta unidade orgânica com o nº756/18, a EDP-Distribuição, S.A, solicita autorização para ocupação de espaço de domínio público para a execução das infraestruturas eléctricas inerentes à Construção de Ramal de Média Tensão, entre a Rua Joaquim José Delgado e a Travessa da Muralha, para a alimentação do novo Posto de Transformação (PTD), situado na Travessa da Muralha, com a designação Chaves N° 412/CHV e Ramal de Baixa Tensão, entre o referido posto de Transformação e o Hotel Castelo.-----

1.2-O processo está instruído com os elementos a seguir mencionados, nomeadamente os referidos no nº 3 do artigo 4º do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão no Município de Chaves:-----

- Carta 176/18/D-DRCN-AVR.-----
- Memória Descritiva e Justificativa.-----
- Condições Gerais para a Abertura da Vala, Aterro e Reposição de Pavimento;-----
- Planta de localização, à escala 1/500, indicando o local, objecto da presente comunicação.-----
- Perfil Transversal da Vala.-----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A construção de infraestruturas elétricas, estão sujeitas a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do nº 2 do artigo 4º⁷, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

2.2-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no nº 1 do artigo 3º⁸ do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

2.3-No Contrato⁹ de Concessão de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão no Município de Chaves, renovado por deliberação do Executivo de 31 de julho de 2001, sob Proposta Nº 78/2001, do Gabinete de Apoio Pessoal ao Presidente da Câmara-----

Quando se torne necessária a realização de obras na via pública, a EDP Distribuição solicitará o seu licenciamento à Câmara, salvo acordo entre as partes ou se tal se revelar impossível ou inconveniente, em virtude de ocorrência de avaria ou caso de força maior, pelo expresse no nº 2 do artigo 4º¹⁰, denominado "Utilização das vias públicas",

⁷ **Artigo 4º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização**

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma-----

⁸ **Artigo 13º - Licença Municipal-----**

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com exceção do disposto no artigo 13º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

Artigo 8º - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios-----

Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas:-----

- a) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes;-----
- b) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.-----

⁹ O Contrato de concessão supra referido foi celebrado nos termos do Decreto-Lei nº 344-B/82, de 1/9, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 341/90, de 30/10, bem como, para efeitos do disposto no Decreto-Lei nº 184/95, ambos de 27/7, deverão obedecer, com as adaptações e ajustamentos convenientes, resultantes de cada situação particular, às cláusulas do contrato tipo de concessão que se publica em anexo à Portaria nº 454/2001, de 5/5.-----

¹⁰ **Artigo 4º - Utilização das vias públicas-----**

do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão no Município de Chaves.-----

3-PARECER-----

3.1-Pretende a EDP-Distribuição, S.A intervir em espaço de domínio público, para a execução das infraestruturas eléctricas inerentes à Construção de um Ramal de Média Tensão, com a extensão de 5 m, entre a Rua Joaquim José Delgado e a Travessa da Muralha, para alimentação do novo Posto de Transformação (PTD), situado na Travessa da Muralha, com a designação Chaves N° 412/CHV. Desde o referido posto de transformação, prevê-se ainda a construção de Ramal de Baixa Tensão, com a extensão de 45 m.-----

3.2-O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão no Município de Chaves, menciona no seu artigo 12º, com a denominação " Encargos da Concessão e Isenções, o seguinte:-----

" A concessão confere à Câmara o direito a uma renda e à EDP Distribuição o direito a isenções, nomeadamente quanto ao uso dos bens do domínio público municipal, as quais serão determinadas por portaria ministerial, sendo aquela e estas indissociáveis, pelo que nenhuma delas será devida separadamente-----

3.3-No processo consta a INFORMAÇÃO/PROPOSTA N° 300/DSCH/2018, da autoria do Drº Sérgio Carneiro a exercer funções na Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, a qual se reproduz na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo a mesma ser dada a conhecer à requerente.-----

3.4-O pedido de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

- a) Prazo para conclusão das obras - **30 dias**;-----
- b) Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos.-----
- c) *A reposição do pavimento, respeitará as características e natureza do que inicialmente existia, de acordo com as indicações da fiscalização dos serviços municipais, que irão acompanhar as intervenções constantes do pedido.*-----
- d) *As obras só terão início após a validação dos trabalhos a executar e respectiva calendarização, pelos serviços de fiscalização municipal, conforme o previsto no n.º 5, do artigo 4º da Portaria n.º 454/2001.-*
- e) *Apresentação pela promotora de um plano de trabalhos de acompanhamento arqueológico, devidamente aprovado pela entidade que*

3-O pedido de licença para a realização de obras na via pública será dirigido ao presidente da Câmara, devendo ser instruído com os seguintes elementos:-----

- a) Planta à escala conveniente que localize a obra a realizar;----
- b) Memória descritiva sumária, de onde constem os tipos de pavimentos a levantar, as respectivas extensões, a largura das valas e buracos, a profundidade de colocação dos equipamentos e ainda os prazos previstos para a realização das obras.-----

4-A licença prevista nos números anteriores deverá ser emitida no prazo de 15 dias úteis, decorrido o qual se considera tacitamente deferida.-----

5-A EDP Distribuição procederá à reposição do pavimento no prazo constante da licença ou do acordado com a câmara, caso a caso e de acordo com as indicações desta.-----

6-Se a EDP distribuição não proceder à reposição do pavimento no prazo estabelecido, a câmara poderá executar esses trabalhos, facturando àquela os respectivos encargos.-----

tutela o património (Direção Geral do Património Cultural), antes ou no ato da emissão do alvará.-----

3.5-Dever-se-à dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.-----

4-CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

4.1-Considerando que, a EDP- Distribuição, na qualidade de concessionária tem o direito a utilizar as vias públicas, pelo expresse no n° 1 do artigo 4° do Contrato de concessão realizado de acordo com a Portaria n° 454/2001, de 5/5;-----

4.2-Considerando que, a EDP-Distribuição, solicitou ao Município de Chaves a licença para a realização de obras na via pública, com a apresentação dos elementos necessários, nos termos do disposto no n° 2 e 3 do artigo 4° do referido contrato de concessão;-----

4.3-Considerando que, é da competência da Câmara Municipal deliberar sobre o pedido de licenciamento, de acordo com as disposições combinadas no n° 1 do artigo 5° do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público e na alínea qq) do n° 1, do artigo 33° da Lei n° 75/2013, de 12/9;-----

4.4-Considerando que, embora o regulamento municipal preveja a prestação de caução para a execução das obras no subsolo, dado tratar-se de uma entidade concessionária, esta está obrigada a fazer a reposição dos pavimentos conforme indicação da câmara municipal, sob pena de aquela entidade sujeitar-se às penalidades vertidas no n° 6 e 7 do artigo 4° do contrato de concessão supra referido;-----

5-PROPOSTAS-----

5.1-Face ao mencionado no anterior capítulo, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento¹¹ da construção das infraestruturas eléctricas inerentes à Construção de Ramal de Média e Baixa Tensão, entre a Rua Joaquim José Delgado e a Travessa da Muralha, apara alimentação do novo Posto de Transformação (PTD), situado na Travessa da Muralha, com a designação Chaves N° 412/CHV.--

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO DE TAXAS-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

Cálculo das taxas de licenciamento-----

Dados Gerais:-----

-Extensão da rede de infraestruturas elétricas em Média Tensão - 5 m.

-Tipo de obra - Construção/Modificação da Rede Subterrânea de Média Tensão para Interligação do Cabo de Média Tensão da Rua Joaquim José Delgado, com o Posto de Transformação, a situar na Travessa da Muralha, com a designação - Chaves N° 412/CHV.-----

Cálculo:-----

-Pela apreciação do pedido (Art.17°).....54,00 €

-Emissão de licença (Artigo 18°)10,80 €

-Por cada período de 30 dias (alínea a) do artigo 21°).....3,20 €

-Pela ocupação do solo ou subsolo, com tubos, condutas e cabos condutores por metro linear e por ano (n° 8 do artigo 20°).....5,00 €

TOTAL A PAGAR.....**73,00 €**-----

5.2-Após o pagamento das taxas devidas e a prestação de caução, mediante garantia bancária ou seguro caução, propõe-se que seja emitido o alvará, no prazo de **15 dias**, nos termos do n° 2 do artigo

¹¹ **Artigo 6° - Caducidade da deliberação**-----

A licença caduca se, no prazo de noventa dias a contar da sua notificação, não for requerida a emissão do respectivo alvará.-----

7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

5.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõem-se os seguintes procedimentos:-----

5.3.1- Envio de um exemplar do processo nº 185/15, à Divisão de Obras Públicas DOP), acompanhado da fotocópia da presente informação técnica;-----

5.3.2-Envio da fotocópia do requerimento nº 756/18, acompanhado da Planta de Localização à escala 1/500, constante no processo a folha nº 7 e da presente informação, à Divisão de Recursos Operacionais (DRO), para conhecimento.-----

5.4-**Após a emissão¹² do título**, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer às unidades orgânicas acima referidas, Divisão de Obras Públicas e Divisão de Recursos Operacionais, de tal ocorrência para efeito de fiscalização e conhecimento.-----

5.5-Após a execução da obra, a promotora deverá apresentar o traçado final da infraestrutura eléctrica (1 exemplar + CD), de acordo com o artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, o qual será posteriormente remetido ao Sector de Sistemas de Informação Geográfica (SSIG), para efeitos de cadastro desta infraestrutura e para posterior cálculo da respectiva renda anual a ser paga pela entidade concessionária, conforme previsto no nº8 do artigo 20º do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

5.6 -Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.02. -----

Visto. Concorde. Com o teor da presente informação a qual merece o meu acolhimento técnico. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.05.03. -----

Defiro, nos termos da informação. -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 04.05.2018 -
Autorizo. À Reunião de Câmara para ratificação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de 04.05.2018. -----

3.8. ALTERAÇÕES A HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E CONSTRUÇÃO DE ALPENDRE E MURO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 448/17 - JOSÉ FRANCISCO CORREIA - RUA DE BAIXO N.º 3, VILA FRADE, FREGUESIA DE LAMA DE ARCOS - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 06.04.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução-----

1.1 O requerente acima referido, na qualidade de proprietário, solicitou a legalização das obras levadas a efeito numa habitação de

¹² **Artigo 80º - Início dos trabalhos**-----

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

rés-do-chão e telheiro, localizada na Rua Principal n.º3 em Vila Frade, freguesia de Lamadarcos, Chaves;-----

1.2 A referida informação surgiu depois de analisado um pedido de licenciamento para construção de um alpendre e de um muro descrito na Conservatória do registo predial, e terem-se verificado por parte do Setor de Fiscalização Municipal a realização de obras sujeitas a controlo prévio da Administração, sem que o mesmo tenha sido feito para o efeito;-----

2. Enquadramento da Pretensão-----

2.1 No regime jurídico de urbanização e edificação consagrado no DL 555/99 de 09/09 e ulteriores alterações-----

O pedido formulado foi enquadrado no artigo 102.º-A do DL 136/2014 de 09/09 em articulação com o artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e edificação, por sua vez precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável, em conformidade com o n.º6 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e Edificação, e instruído com todos os elementos necessário à realização da mesma;-----

3. Antecedentes -----

3.1 A "vizinha" do requerente titular do processo, Senhor José Francisco Correia, apresentou exposição no sentido de dar a conhecer uma ação em Tribunal intentada pela autora, em relação ao titular do processo; -----

3.2 O titular do processo solicitou a legalização das obras levadas a efeito numa habitação de rés-do-chão e telheiro, localizada na Rua Principal n.º3 em Vila Frade, freguesia de Lamadarcos, Chaves, no seguimento da informação técnica datada de 23 de fevereiro de 2017;--

3.3 A referida informação surgiu depois de analisado um pedido de licenciamento para construção de um alpendre e de um muro, e terem-se verificado por parte do Setor de Fiscalização Municipal a realização de obras sujeitas a controlo prévio da Administração, sem que o mesmo tenha sido feito para o efeito; -----

3.4 Neste sentido, foi o requerente informado que nos termos do artigo 102.º-A, consagrado no DL 136/2014 de 09/09, em articulação com o artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e edificação, deveria proceder à legalização das obras levadas a efeito sem controlo prévio por parte da administração, para alterar/ampliar a habitação no que refere ao muro e ao alpendre.-----

3.5 O pedido foi enquadrado no artigo 102.º-A do DL 136/2014 de 09/09 em articulação com o n.º 6 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e edificação, por sua vez precedido de vistoria municipal, tendo sido realizada pela comissão municipal responsável, em conformidade com o n.º6 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e Edificação;-----

3.6 A referida Comissão Municipal realizou a vistoria e elaborou Auto e informação, referindo que havia de "(...) *necessidade realizar obras correção e/ou adaptação (...)*" - a referida construção do alpendre e muro requeridos - ;-----

3.7 Tal informação não chegou a ser dada a conhecer ao requerente por entretanto ter dado entrada a referida exposição;-----

3.8 Face à exposição apresentada pela requerente, foi solicitado à DAF - Divisão de Administração e Fiscalização, colaboração na correta tramitação do processo em análise, no sentido de ver esclarecidas dúvidas suscitadas, e no correto procedimento a adotar nesta fase do processo;-----

3.9 De acordo com Despacho do Senhor Diretor de Departamento foi sugerida a seguinte estratégia procedimental:-----

- No sentido que deveria ser realizada nova vistoria a fim de verificar se as obras a realizar ou a legalizar se projetam sobre um muro de pedra, propriedade da ora requerente, Belmira Morais Sanches;-

- Se a obra em questão, coloca ou não em causa o muro da habitação da requerente acima referida.-----

3.10 Face a este parecer entendeu-se remeter de novo o processo para a Comissão de Vistorias, e consoante o que a mesma viesse a verificar e a relatar, seria dado seguimento ao processo nos precisos termos do explanado no competente despacho do Senhor Diretor de Departamento.--

4. Análise do Pedido / Proposta-----

4.1 Foi realizada nova vistoria em 22 e março de 2018, tendo sido lavrado o respetivo Auto n.º18/2018, ficando esclarecida a pretensão do requerente, quanto à construção do muro e do alpendre;-----

4.2 Verificaram ainda que existiam umas discrepâncias entre as peças escritas e desenhadas que importava corrigir para que que ficassem sanadas todas as dúvidas;-----

4.3 Face ao descrito no Auto de Vistoria e dado a conhecer ao Autor do projeto, o requerente apresentou os elementos acima referidos.----

4.4 Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão da respetiva Licença Especial de Legalização do imóvel;-----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de reconstrução/ampliação da habitação unifamiliar, telheiro e muro, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão da respetiva Licença Especial de Legalização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar;

5. Responsabilidade-----

São apresentados os termos de responsabilidade do coordenador do projeto de arquitetura, da coordenação de projeto e arranjos exteriores, acessibilidades e ainda declaração do topógrafo atestando a conformidade com os elementos cadastrais;-----

6. Taxas urbanísticas aplicáveis à pretensão-----

Deverão ainda ser liquidadas as taxas devidas pela realização da operação urbanística em causa nos termos do descrito no artigo 117.º, do DL 555/99 de 16/12 e ulteriores alterações, e previstas no respetivo Regulamento Municipal de liquidação e cobrança de taxas em que a operação se enquadra, conforme anexo;-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			

Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 2	Para habitação unifamiliar e bifamiliar, por fogo			
a)	Até 250 m2	0	75,65 €	0,00 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	1	86,45 €	86,45 €
c)	Superior a 500 m2	0	97,35 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fração	1	11,85 €	11,85 €
n.º 10	Muros de suporte ou de vedação, ou outro tipo de vedações, por metro linear, inseridos ou não em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores, acresce ao valor referido em 1.	16,40	1,00 €	16,40 €
	TOTAL			179,55 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.13. -----
Visto. Concorde. Com o teor da presente informação a qual merece o meu acolhimento técnico. À consideração superior. -----
DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.05.13. -----
Defiro, nos termos da informação. À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. ALTERAÇÃO A ARMAZÉM DESTINADO A SERVIÇOS, PEDIDO DE APROVAÇÃO - PROCESSO N.º 380/10 - CARLOS SILVA E ALEXANDRA PIRES, LDA. - LOTEAMENTO INDUSTRIAL N.º 8, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 07.05.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento n.º 593/18, referente ao processo n.º 380/10, a firma Carlos Silva e Alexandra Pires, Lda, na qualidade de promitente compradora, solicita, pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, em obras de alteração¹³, de um armazém destinado a serviços (4 frações), localizado na Zona Industrial da Cocanha, lote 8, freguesia de Santa Cruz/Trindade no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total de 3.331,00 m², está omissa na matriz e descrito na conservatória do Registo Predial sob o n.º 325/19861014, da freguesia de Outeiro Seco.-----

2 -ANTECEDENTES-----

¹³ «Obras de alteração» as obras de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fracção, designadamente a respectiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área de pavimento ou de implantação ou da cêrcea;-----

2.1- Alvará de licença inicial n.º 299/96 para construção de um armazém com a área de 2 632.50 m², em nome de António Manuel Carneiro.-----

2.2- Alvará de Licença de Utilização n.º 71/99, para o uso de armazém industrial.-----

2.3- Comunicação Prévia, admitida em 13/01/2011, com aumento de área de 375,00 m².-----

2.4-Alvará de Autorização de Utilização n.º 80/11, para estabelecimento de prestação de serviços, designadamente, "Organização de atividades recreativas e de animação".-----

3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.º 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril e artigo 13.º do RMUE, designadamente:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio;-----

- Contrato-Promessa de compra e venda;-----

- Extrato da planta de ordenamento, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----

- Planta de localização à escala 1:5 000;-----

- Memória descritiva e justificativa;-----

- Estimativa do custo total da obra;-----

- Calendarização da execução da obra;-----

- Ficha de elementos estatísticos;-----

-Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura e pelos projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----

- Declarações do técnico, comprovativa de inscrição em associação pública de carater -----

- Seguro de responsabilidade civil do técnico;-----

- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----

- Plano de acessibilidade e termo de responsabilidade;-----

- Planta de implantação/arranjos exteriores à escala de 1:500;-----

- Planta à escala de 1:100; -----

- Alçados à escala de 1:100;-----

- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----

- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----

- Desenho de alterações à escala 1:100;-----

- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;----

- Projeto de águas pluviais;-----

- Ficha de Segurança Contra Incêndio;-----

- Termo de responsabilidade do autor do projeto do condicionamento acústico;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no n.º5 e 6 do artigo 5.º¹⁴ do Regulamento Municipal de Urbanização e

¹⁴ Artigo 5.º-----
Licença, comunicação prévia e autorização de utilização-----

1 - A realização de operações urbanísticas depende de controlo prévio, que pode revestir as modalidades de licença, comunicação prévia com prazo, adiante designada abreviadamente por comunicação prévia ou comunicação, ou autorização de utilização, nos termos e com as exceções constantes da presente secção.-----

5 - Não podem estar sujeitas ao procedimento de comunicação prévia, ficando sujeitas ao procedimento de licenciamento, as obras de construção, alteração ou ampliação em área abrangida por operação de

Edificação (RMUE), e segue o regime de licença administrativa, por se tratar de obras de ampliação em área abrangida por operação de loteamento (loteamento industrial), do qual, não consta as especificações constantes do artigo 77.º do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (doravante designado de RJUE).-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 34 A, o prédio urbano está inserido num espaço da Classe 1 - Espaço Urbano e Urbanizável e da Categoria 1.1 - Cidade de Chaves.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- De acordo com as plantas representativas das alterações pretendidas, verifica-se que não há aumento de área, relativamente a edificação existente. As alterações propostas são ao nível da funcionalidade do espaço interior, vãos interiores e exteriores.-----

5.2- O edifício a alterar tem uma área bruta de construção de 3.007,50 m², distribuídos por 3 pisos, cave, r/chão e andar. Com as alterações propostas, o edifício, é suscetível de ser constituído em regime de propriedade horizontal, designadamente, em quatro frações autónomas.-

5.3- O lote de terreno, onde se projeta o pavilhão, é parte integrante do loteamento industrial, situado na zona Industrial da freguesia de Outeiro Seco.-----

5.4- Da análise do loteamento, constata-se que o mesmo não define os parâmetros urbanísticos, constantes do artigo 77.º do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, pelo que o presente pedido fica sujeito ao procedimento de licenciamento de obras de alteração. Deste modo, os parâmetros a utilizar devem dar cumprimento às especificações previstas no alvará de loteamento e, supletivamente, às regras do Plano Diretor Municipal, de acordo com o estatuído no n.º 6 do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE).-----

5.5- O edifício a alterar, destina-se à prestação de serviços, está implantado no loteamento industrial da Cocanha, o qual se destina à instalação de unidades industriais, podendo o município autorizar a construção de edifícios para armazéns ou instalações comerciais, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 27.º¹⁵ da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves,

loteamento onde não estejam presentes os seguintes parâmetros nas especificações do respetivo alvará:-----

- a) Alinhamentos;-----
- b) Afastamentos;-----
- c) Número de pisos acima e abaixo da cota de soleira;-----
- d) Utilizações admissíveis;-----
- e) Áreas de construção;-----
- f) Áreas de implantação.-----

6 - No âmbito do pedido de licenciamento abrangido pelo número anterior, os parâmetros urbanísticos a utilizar devem dar cumprimento às especificações previstas no alvará de loteamento e, supletivamente, às regras do Plano Urbanístico aplicável na área de intervenção da operação urbanística de loteamento.-----

¹⁵ Artigo 27º - Destino de uso-----

1 - Os espaços pertencentes a esta classe destinam-se à instalação de unidades industriais, podendo porém o município autorizar a construção de edifícios para armazéns ou instalações comerciais, que ficarão subordinados à disciplina de edificabilidade aqui instituída para instalações industriais.-----

publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

5.6 - Face à tipologia do imóvel previsto (estabelecimento comercial) e à área bruta de construção do mesmo, a proposta cumpre o especificado na alínea d), do n.º 3, do artigo 12.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, uma vez que contempla no interior do seu prédio 60 lugares de estacionamento automóvel (sendo 2 destinados a pessoas com mobilidade condicionada), o qual é igual ao valor mínimo de 60 lugares previstos naquela norma regulamentar.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1-O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, coordenador do projeto e do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados;---

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

7.1- Não há lugar ao cálculo das taxas de infraestruturas, pelo facto de se tratar de uma construção situada em loteamento, de acordo com o previsto no n.º2 do artigo 23 do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização de operações urbanísticas.-----

7.2-As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 218,24 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado no quadro I (taxas administrativas), do Anexo I. -----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1 - Considerando, que a proposta feita pelo requerente cumpre as especificações do alvará de loteamento, no que diz respeito à área do lote e uso previsto, as únicas que se encontram claramente definidas.-

8.2- Considerando, que a operação urbanística apresentada se enquadra na envolvente, promove a qualidade do meio em que se insere, não põe em causa a criação de rede viária estruturante, nem comporta sobrecarga excessiva nos sistemas e redes, pelo facto de se manter a tipologia existente;-----

8.3- Considerando, que são apresentados todos os projetos de especialidades, necessários á alteração do pavilhão e que estão instruídos com termos de responsabilidade, de acordo com o previsto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, o que exclui a sua apreciação prévia.

8.4- Considerando, que o pavilhão é suscetível de ser constituído em regime de propriedade horizontal;-----

8.5- Considerando, que não é apresentada Certidão da Conservatória do Registo predial, do prédio urbano, que preveja a titularidade do mesmo a favor do ora requerente, deve a referida Certidão ser apresentada com os elementos para emissão do alvará, sem a qual não poderá ser emitido o título.-----

8.6- Considerando, que são apresentados os projetos de especialidades, dispõe do prazo de 1 ano, a contar da data da notificação do ato de licenciamento, para requerer a emissão do respetivo alvará, de acordo com o n.º1 do artigo 76 do DL 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações.-----

8.7- Findo o prazo referido no parágrafo anterior, pode o presidente da câmara municipal conceder prorrogação, por mais um ano, de acordo com o n.º1 do artigo 76 do DL 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores

alterações, findo o qual é declarada a caducidade após audiência previa do interessado;-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no diploma aplicável (RJUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

9.1.1- Propõe-se a aprovação, do projeto de alterações à arquitetura, apresentado sob requerimento n.º 593/18.-----

9.1.2- São apresentados sob o mesmo requerimento, todos os projetos de especialidades exigíveis, nos termos da lei, pelo que se propõe o licenciamento das alterações ao imóvel, destinado a "prestação de serviços", **condicionado ao cumprimento do estabelecido no anterior item 8.4.**-----

9.1.3- Propõe-se ainda que, o processo seja presente na próxima reunião do Executivo Municipal, para deliberação final sobre o mesmo.-----

9.1.4- Caso a Câmara delibere favoravelmente, o pedido de licenciamento das alterações ao imóvel:-----

9.1.4.1- Deverá o requerente, proceder á liquidação das taxas urbanísticas, previstas no art.º 117 do RJUE;-----

9.1.4.2- De acordo com o n.º1 do artigo 76.º, do Dec.-Lei n.º555/99 de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, o requerente dispõe de um prazo de um ano para apresentar nestes serviços os elementos constantes do n.º 1 do artigo 3.º da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março, para que se possa emitir o respetivo aditamento ao alvará de licença de construção, designadamente:-----

- Apólice de seguro de construção;-----

- Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro;-----

- Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direção técnica da obra;-----

- Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na atividade, a verificar no ato de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo;-----

- Livro de obra, com menção do termo de abertura;-----

- Plano de segurança e saúde;-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

Não há aumento da área bruta de construção.-----

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

Não há lugar ao cálculo das taxas de infraestruturas, pelo facto de se tratar de uma construção situada em loteamento.-----

QUADRO I-----

- Cálculo das taxas administrativas-----

(art.º 66 da subsecção IV)-----

	Descrição	Taxa	Valor
Capítulo			
II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO		
Secção IV	EDIFICAÇÕES		
Subsecção			
IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)		
Artigo	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de		
66.º	edificação		
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará		38,70 €
n.º14	Alteração da fachada	26,86m² 5,40 €	155,84 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	2 11,85€	23,70 €
	TOTAL		218,24€

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ = 218,24 €-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.14. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.05.14. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO DE DOMÍNIO PÚBLICO PARA A PASSAGEM DE CABOS EM INFRAESTRUTURAS PRÉ-EXISTENTES – PROCESSO N.º 124/18 – NOS – COMUNICAÇÕES, S.A. – AV. 5 DE OUTUBRO, RUA FORMIGUINHA E RUA ENFERMEIRO CARVALHO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 08.05.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO -----

Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o n.º 355/18, em 15-02-2018, a interessada solicita licença de ocupação de espaço público para passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes, nos arruamentos abaixo indicados, situados na freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves: -----

-Avenida 5 de Outubro -200 ml; -----

-Rua da Formiguinha - 270 ml; -----

-Rua Enfermeiro Carvalho - 30 ml. -----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----

2.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) -----

A construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, está sujeita a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 4º16, do RJUE corrigindo-se o pedido nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 108º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7/1. -----

2.2-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal -----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 3º17 do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal. -----

¹⁶ **Artigo 4º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização**

2-Estão sujeitas a licença administrativa: -----

i) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma. -----

¹⁷ **Artigo 3º - Licença Municipal** -----

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com exceção do disposto no artigo 13º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.

2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5. -----

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 1º do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8º18 e 9º do mesmo diploma legal. -----

3-INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

O pedido encontra-se instruído com os seguintes elementos: -----

3.1-Declaração a que se refere o Anexo III do Regulamento nº 732/2015, o qual procedeu à revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (Diário da República, 2ª Série - Nº 207 - 22 de Outubro de 2015). -----

3.2-Memória Descritiva; -----

3.3-Termos de responsabilidade do autor do projecto, coordenador e direcção técnica da obra, do Engº electrotécnico, José Filipe Abreu da Costa, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, acompanhados pelo elemento a que se refere o nº 3 do artigo 10º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e fotocópia do cartão de cidadão; -----

3.4-Plano de Trabalhos; -----

3.5-Quadro Resumo de Intervenções; -----

3.6-Planta de Localização; -----

3.7-Estimativa orçamental; -----

3.8-Declaração emitida pela sociedade anónima, Seguradoras Unidas, S.A, declarando que a sociedade anónima MMCI MULTIMEDIA, S.A, subscreveu com aquele segurador, para o período de 01-01-2018 a 31-12-2018, uma apólice de seguro de acidentes de Trabalho por Conta de Outrem. -----

3.9-Declaração emitida pela AIG Europe Limited, Pessoa Coletiva, registada em Inglaterra e país de Gales, declarando que a sociedade anónima MMCI MULTIMEDIA, S.A, detém ao abrigo da apólice Nº PA18CP0005, um seguro de responsabilidade civil. -----

3.10-Comprovativo do registo do alvará de construção Nº 64501, emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, em nome da firma MMCI MULTIMEDIA, S.A; -----

3.11-Plano de Segurança e Saúde; -----

3.12-Declaração de Análise da Adequabilidade do plano de Segurança e Saúde; -----

3.13-CD -----

PARECERES INTERNOS -----

No processo constam os seguintes pareceres internos, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo os mesmos serem dado a conhecer à interessada: -----

-Parecer favorável da Srº Engª Maria Madalena S. Durão Branco, a exercer funções na Divisão de Obras Públicas, emitido em 08-03-2018,

18 Artigo 8º - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios -----

Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas: -----

c) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes; -----

d) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção. -----

no qual se propõe a prestação de caução no valor de 636 € (incluindo o IVA); -----

-Parecer favorável do Srº Engº eletrotécnico Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, emitido em 13-03-2018.

4-PARECER -----

4.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações, nos arruamentos acima mencionados. -----

4.2-De acordo com o parecer da Divisão de Obras Públicas, datado de 25-01-2018, o valor da caução é de € 636 (seiscentos e trinta e seis euros), com IVA incluído. -----

4.3-Pese embora o prazo previsto para a realização dos trabalhos sejam de 2 dias, propõe-se a emissão da licença de ocupação de espaço de domínio público para 30 dias. -----

4.4-O pedido de ocupação de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento: -----

-Prazo para conclusão das obras - 30 dias; -----

-Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos. -----

-Prestação de caução no valor de € 636 (seiscentos e trinta e seis euros), com IVA incluído. -----

-A instalação de caixas nas fachadas dos edifícios, só é permitida após a prévia autorização dos proprietários dos mesmos. -----

4.5-Dever-se-à dar a conhecer à DOP e ao Srº Engº electrotécnico Nuno Bento a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos. -

5-TAXA ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO -----

As taxas administrativas previstas na Seção III da Tabela de taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamentos Diversos (Anexo I do Regulamento de Liquidação e Cobrança de taxas Municipais), ascendem ao montante de € 568 (quinhentos e sessenta e oito euros). -----

6-PROPOSTAS -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e demais legislação supra referida, tomo aa liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

6.1-Agendamento deste assunto para a próxima reunião de câmara, propondo-se ao Executivo: -----

a) Que seja praticada decisão consubstanciada no deferimento do pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público para instalação do serviço de televisão, internet e telefone nas infraestruturas existentes nos arruamentos supra referidos, nas condições mencionadas no item 4.4 da presente informação técnica. ---

6.2-Caso a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público, o alvará de licença deverá ser emitido, no prazo de 30 dias, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, após a interessada proceder ao pagamento das taxas devidas e á prestação da caução supra referida. -----

6.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõem-se os seguintes procedimentos: -----

6.3.1- Envio de um exemplar do processo nº 124/18, à Divisão de Obras Públicas (DOP) e outro exemplar ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica; -----

6.3.2-Envio da fotocópia do requerimento nº 355/18, acompanhado da Planta de Localização, constante no processo a folha nº 200 e da presente informação, à Divisão de Recursos Operacionais (DRO), para conhecimento. -----

6.4-**Após a emissão¹⁹ do título**, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer às unidades orgânicas acima referidas, DOP, DRO e ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, tal ocorrência para efeito de fiscalização e conhecimento. -----

6.5-De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 80º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da edificação, até cinco dias antes do início dos trabalhos, a requerente informa a câmara municipal dessa intenção. -

6.6-Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos. -----

À Consideração Superior -----

ANEXO -----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NA TABELA DE TAXAS DE "SERVIÇOS, ATIVIDADES E LICENCIAMENTOS DIVERSOS" (Anexo I do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais). -----

Cálculo das Taxas administrativas: -----

O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos". -----

Dados Gerais: -----

-Extensão da rede de Telecomunicações - **500 ml** -----

-Período da licença - **30 dias** -----

-Tipo de obra - Instalação da Rede de Distribuição de Televisão por Cabo, Internet e Telefone. -----

QUADRO I

	Descrição	Un	Taxa	Valor
Capítulo I	SERVIÇOS, ATIVIDADES E LICENCIAMENTOS DE ATIVIDADES DIVERSAS			
Secção III	OCUPAÇÃO DO Espaço Aéreo, Solo e Sub-solo de Domínio Público e Privado Municipal			
Artigo 17º	Pela apreciação de pedidos de ocupação de espaço público		54,00 €	54,00 €
Artigo 18º	Pela Emissão de licença de ocupação do espaço aéreo, solo e subsolo de Domínio Municipal		10,80 €	10,80 €
Artigo 20º	Ocupação de solo ou subsolo			
nº 8	Com tubos, condutas, cabos, condutores e semelhantes por ml ou fracção e por ano	500	1 €	500 €
Artigo 21º	Ocupação da via pública por motivo de obras			
nº 1.a)	Por cada período de 30 dias ou fracção		3,20 €	3,20 €
	TOTAL			568,00 €

À Consideração Superior.-----

¹⁹ Artigo 80º - Início dos trabalhos -----

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.14. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.05.14. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.11. AMPLIAÇÃO A HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E CONSTRUÇÃO DE ANEXO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 565/17 - SÓNIA MARIA SANTOS CASADO - AV. XAVIER TEIXEIRA, N.º 7, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 09.05.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Antecedentes-----

A requerente possui alvará de licença de obras n.º184/78 referente a uma construção de habitação sendo o titular Sr. Telmo Augusto Casado, sita na Av. Xavier Teixeira, Chaves.. Assim, a área bruta de construção existente e licenciada é de 295,60 m2.-----

Face ao solicitado, pela requerente, e de acordo com o preceituado no n.º6 do artigo 73-C do RMUE, pelo que o processo em causa foi à Comissão de Vistorias, a qual procedeu à realização da Vistoria Municipal, em conformidade com o plasmado no n.º8 do artigo 73-C conjugado com os números 6,7 e 9 por forma a legalizar a edificação existente, conforme auto n.º 04/2018 de 11/01/2018, o **qual se deverá dar cópia ao requerente.**-----

O pedido formulado através do requerimento n.º 2114/17 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º1 do artigo 73-C do RRMUE, e dado que previa a legalização um aumento de área de 95,91 m2 que **não cumpria** os parâmetros urbanísticos definidos no artigo 19º do Regulamento do PDM na versão em vigor mas **cumpria** na proposta de alteração que se encontra em discussão pública, foi proposta a suspensão de todos os procedimentos relativos a operação urbanística em apreço, dado que a decisão era desfavorável, à luz do PDM em vigor, favorável à luz da proposta de plano que se encontrava para publicação no Diário da República, situação em que a decisão final fica condicionada à entrada em vigor do novo plano, ficando suspenso face ao despacho de 01/02/2018.-----

II - Localização-----

A edificação situa-se na sita na Rua Fernão Magalhães n.º 8- Aregos, Freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves.-----

III- Enquadramento Urbanístico-----

3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 565/17 - o edifício situa-se de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na categoria 1.1- Cidade de Chaves. -----

3.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 565/17 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra com o disposto no art.º 73-C do Reg. N.º 732/95 de 22 de Outubro (RMUE). ---
3.3- Alteração e Republicação do Regulamento do PDM de Chaves, publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018.-----

IV - Pretensão-----

Através do requerimento n.º 2114/17 o requerente vem solicitar a legalização de uns anexos sitos na Av. Xavier Teixeira, Freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves.-----

V - Descrição da Intervenção-----

O requerente através do requerimento n.º 2114/17, apresenta pedido de obras de alteração e legalização de anexos sem controlo prévio.-----
 Através do requerimento n.º 216/18 vem apresentar certidão de registo predial da titularidade do prédio urbano, registo n.º 3864/20130320. A matriz urbana, certidão de teor das Finanças, refere artigo 2536 com a seguinte descrição:-----

Área de terreno = 583,50 m2-----

Área de implantação do prédio = 243,71 m2 (habitação 150,50 m2+ anexos com 95,91 m2)-----

Área Bruta de Construção = 391,51 m2-----

Face à memória descritiva e justificativa apresentada e que consta em anexo, é referido:-----

►Que a habitação existente e licenciada sob o n.º 184/78 é composta por 2 pisos;-----

►A intervenção baseia-se na legalização dos anexos e pequenas alterações no interior da habitação;-----

►Que a edificação da construção existente está dentro do perímetro de construção de Chaves;-----

►Que a área a legalizar é de 95,91 m2 referente aos anexos;-----

VI - Análise Processual-----

O pedido formulado através do requerimento n.º 2114/17 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo 102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º 1 do artigo 73-C do RMUE.-----

De acordo com o referido na memória descritiva e justificativa, trata-se pois de uma edificação existente, sem execução de qualquer tipo de obras, enquadrando-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RRMUE. Esta legalização, refere-se a um aumento de área de construção em relação à área já licenciada de 95,91 m2-----

Mais informa que não se prevê quaisquer obras, a legalização é titulada por autorização de utilização, devendo o processo estar instruído de acordo com os elementos definidos na Portaria 113/2015 de 22 de Abril.-
 No processo em causa encontra-se o projeto de arquitetura e especialidades de acordo com a legislação aplicável ao pedido em apreço, sendo possível a legalização, dado que cumprem os parâmetros urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial e normas legais aplicáveis. A edificação existente e licenciada possui uma área de 295,60 m2. A área a legalizar refere-se aos anexos com área de 95,91 m2. Aplicando o índice ao terreno na sua globalidade, nesta data, poderia edificar uma área máxima de 700,20 m2 ($583,50 \times 1,2 = 700,20$ m2).-----

Face ao supracitado e o descrito no auto de vistoria n.º 04/2018, nada a opor à sua legalização.-----

Neste contexto e de acordo com supra citado, conclui-se que :-----

►A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída; -----

►O projeto apresentado cumpre as condições definidas no RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----

►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados à edificação cumprem a alteração ao regulamento do PDM publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018. -----

►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados à edificação cumprem os parâmetros urbanísticos definidos no artigo 19.º da alteração do Regulamento do PDM na versão em vigor;

►As obras a legalizar, refere-se a um aumento de área de construção de 95,91 m2.-----

►A área bruta de construção proposta é de 391,51 m2, inferior à máxima admissível pelo cumprimento do índice (1,2x 583,50=700,20 m2).-----

Pelo exposto, verifica-se que a legalização da ampliação **cumpr** o índice proposto para o local, permitido pelo artigo 19.º da alteração ao regulamento do PDM, $I_c=1,2 \text{ m}^2/\text{m}^2$ ($700,20 \text{ m}^2 > 391,51 \text{ m}^2$). -----

VI - Da Proposta em Sentido estrito-----

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa de deferimento das obras realizadas sem controlo prévio e o deferimento da emissão da autorização de utilização de legalização da operação urbanística correspondente- construção de anexos.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de Legalização da operação urbanística, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. Refira-se ainda que no do título/autorização de utilização com menção expressa que a Legalização das obras na habitação foi sujeita ao procedimento de legalização, ficará ainda condicionada ao pagamento das correspondentes taxas municipais.-----

VII - Das Taxas Devidas para a realização e reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas-----

Os custos centrados nos procedimentos de aprovação e execução das operações urbanísticas estão, manifestamente, associados ao dever de liquidação e cobrança das respetivas taxas urbanísticas e ou compensações, para além dos inerentes custos administrativos relacionados com a sua tramitação procedimental, inserindo-se no n.º1 do artigo 25.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:-----

Taxa de infraestruturas urbanísticas (T)

QUADRO II				
		s/n	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem			
	- Semipenetração betuminosa	0	0,24	0,00
	- Betão betuminoso	7,5	0,14	1,05

REDE DE ÁGUA	1	0,24	0,24
REDE DE ESGOTOS	1	0,34	0,34
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS	0	0,36	0,00

C - custo das obras existentes na via pública	1,63	
A - área bruta da obra a realizar	95,91	m²

Anexos, garagens, cozinhas regionais e obras semelhantes em terreno onde já se encontre construída moradia unifamiliar e, desde que a área bruta daquelas construções ultrapasse 20 m²

- n.º 1 do artigo 25.º

T = C x A	Total=	156,33	€
-----------	--------	--------	---

VIII - Das Taxas Devidas pela Emissão de Autorização de utilização---

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE e o plasmado no artigo 69 do RMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
SECÇÃO IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção III	APRECIAÇÃO DE OUTROS PEDIDOS			
Artigo 54º	Apreciação de Autorização de Utilização			
nº1	Autorização de Utilização de edifícios ou suas fracções (taxa geral)	1	56,20 €	56,20 €
n.º2	Acresce para habitação, por fogo	1	6,70 €	6,70 €
n.º3	Acresce por unidade de arrumos	1	3,30 €	3,30 €
	TOTAL-1			66,20 €
SECÇÃO V	VISTORIAS			
ART.º 75	Vistorias para efeitos de emissão de autorização, ou alteração de utilização			
n.º1	Taxa geral para a realização de vistorias para efeitos de autorização de utilização	1	54,00 €	54,00 €
n.º 2	Acresce ao valor referido em 1 por cada unidade de ocupação:			
a)	Habitação unifamiliar	1	11,85 €	11,85 €
j)	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento	1	54,00 €	54,00 €
	TOTAL-2			119,85 €
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			

Artigo 72.º	Autorização de Utilização			
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	28,10 €	28,10 €
n.º 2	Para habitação, por fogo, acresce ao valor referido no número 1	1	10,80 €	10,80 €
n.º 6	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento, sendo construções autónomas contíguas, ou inseridas, ou não, em processos referentes a edifícios identificados supra, acrescem, por unidade de ocupação, aos valores fixados nos números anteriores	1	2,65 €	2,65 €
	TOTAL-3			41,55 €

TOTAL-1			66,20 €
TOTAL-2			119,85 €
TOTAL-3			41,55 €
VALOR GLOBAL			227,60 €

Taxa de infraestruturas urbanísticas	156,33 €
Taxas administrativas	227,60 €
Valor global da liquidação de taxas	383,93 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.14. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.05.14. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.12. AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 85/18 - JOSÉ AMARO PEREIRA MENDES - RUA FERNÃO GRALHO N.º 8, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 09.05.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I- Antecedentes-----

O requerente é titular da habitação requerida, mas foi construída e licenciada pelo Sr. Augusto de Jesus Teixeira Mendes nos Aregos, com alvarás de licença sob o n.º 817/81, composta de r/c e andar com área de 180,00 m2., bem como alvará licença n.º 775/92 referente à construção de anexos com área de 45,20 m2. Possui ainda alvará de licença n.º 539/90 referente à construção de um muro de vedação do

lote. Assim, a área bruta de construção existente e licenciada é de 225,00 m2.-----

Face ao solicitado, pela requerente, e de acordo com o preceituado no n.º6 do artigo 73-C do RMUE, pelo que o processo em causa foi à Comissão de Vistorias, a qual procedeu à realização da **Vistoria Municipal**, em conformidade com o plasmado no n.º8 do artigo 73-C conjugado com os números 6,7 e 9 por forma a legalizar a ampliação da edificação, conforme auto n.º 16 de 15/03/2018, o **qual se deverá dar cópia ao requerente.**-----

O pedido formulado através do requerimento n.º 241/18 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo 102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º1 do artigo 73-C do RRMUE, e dado que previa a legalização um aumento de área de 79,00 m2 que **não cumpria** os parâmetros urbanísticos definidos no artigo 19º do Regulamento do PDM **na versão em vigor** mas **cumpria** na proposta de alteração que se encontra em discussão pública, foi proposta a suspensão de todos os procedimentos relativos a operação urbanística em apreço, dado que a decisão é desfavorável, à luz do PDM em vigor, favorável à luz da proposta de plano que se encontrava para publicação no Diário da República, situação em que a decisão final fica condicionada à entrada em vigor do novo plano, a qual esteve presente em reunião do executivo camarário de 19/04/2018.-----

II - Pretensão do Requerente

Através do requerimento n.º 241/18 o requerente vem solicitar a legalização de uma ampliação de habitação, sita na Rua Fernão Magalhães n.º 8- Aregos, Freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves.-----

III- Enquadramento Urbanístico-----

3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 85/18 - o edifício situa-se de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na categoria 1.1- Cidade de Chaves. -----

3.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 85/18 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra com o disposto no art.º 73-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE). ---

3.3- Alteração e Republicação do Regulamento do PDM de Chaves, publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018.-----

IV - Análise Processual-----

O requerente através do requerimento n.º241/18, apresenta pedido de legalização de obras de ampliação, levadas a efeito na sua habitação. A construção inicial foi objeto de licença de obras n.º817/81 e 775/92. As alterações efetuadas foram *construídas ao abrigo de legislação anterior* - mas sem controlo prévio.-----

A matriz urbana, refere artigo 2909 com a seguinte descrição:-----

Área total = 373,90 m2-----

Área de coberta =171,17 m2-----

Área bruta de construção =202,73 m2-----

Face à memória descritiva e justificativa apresentada e que consta em anexo, é referido:-----

►Que a edificação em causa foi objeto de construção de acordo com o alvará de licença de obras n.º 817/81 e área total de construção 180,00 m2;-----

►Que a edificação sofreu aumento de área de construção de 45,20 m2 com a construção de uns anexos de acordo com o alvará de licença de obras n.º 775/92;-----

►A intervenção baseia-se na legalização de ampliação de 79,00 m2, sem necessidade de execução de obras;-----

►Que o prédio urbano está registado na conservatória de registo predial sob o n.º 4491/20170518;-----

V - Análise Processual-----

O pedido formulado através do requerimento n.º 241/18 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo 102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º 1 do artigo 73-C do RRMUE,-----

De acordo com o referido na memória descritiva e justificativa, trata-se pois de uma edificação existente, sem execução de qualquer tipo de obras, enquadrando-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RRMUE. Esta legalização, refere-se a um aumento de área de construção em relação à área já licenciada de 78,18 m2-----

Mais informa que não se prevê quaisquer obras, a legalização é titulada por autorização de utilização, devendo o processo estar instruído de acordo com os elementos definidos na Portaria 113/2015 de 22 de Abril. No processo em causa encontra-se o projeto de arquitetura e especialidades de acordo com a legislação aplicável ao pedido em apreço, sendo possível a legalização, dado que cumprem os parâmetros urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial e normas legais aplicáveis.-----

Face ao supracitado e o descrito no auto de vistoria n.º 16/2018, nada a opor à sua legalização.-----

Neste contexto e de acordo com supra citado, conclui-se que :-----

►A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída; -----

►O projeto apresentado cumpre as condições definidas no RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----

►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados à edificação cumprem a alteração ao regulamento do PDM publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018. -----

►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados à edificação cumprem os parâmetros urbanísticos definidos no artigo 19.º da alteração do Regulamento do PDM na versão em vigor;

►As obras a legalizar, refere-se a um aumento de área de construção de 79,00 m2.-----

►A área bruta de construção proposta é de 303,38 m2, inferior à máxima admissível pelo cumprimento do índice (1,2x 373,90=448,42 m2).-----

Pelo exposto, verifica-se que a legalização da ampliação **cumpr** o **índice proposto para o local**, permitido pelo artigo 19.º da alteração ao regulamento do PDM, $I_c=1,2 \text{ m}^2/\text{m}^2$ ($448,68 \text{ m}^2 > 303,38 \text{ m}^2$). -----

VI - Da Proposta em Sentido estrito-----

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa de deferimento das obras realizadas sem controlo prévio e o deferimento da emissão da autorização de utilização de legalização da operação urbanística correspondente- obras de ampliação.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de Legalização da operação urbanística, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. Refira-se ainda que no do título/autorização de utilização com menção expressa que a Legalização das obras na habitação foi sujeita ao procedimento de legalização, ficará ainda condicionada ao pagamento das correspondentes taxas municipais.-----

VII - Das Taxas Devidas para a realização e reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas-----

Os custos centrados nos procedimentos de aprovação e execução das operações urbanísticas estão, manifestamente, associados ao dever de liquidação e cobrança das respetivas taxas urbanísticas e ou compensações, para além dos inerentes custos administrativos relacionados com a sua tramitação procedimental, inserindo-se no n.º 1 do artigo 25 Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU n.º 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:-----

Taxa de infraestruturas urbanísticas (T)

QUADRO II				
		s/n	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem			
	- Semipenetração betuminosa	0	0,24	0,00
	- Betão betuminoso	7	0,14	1,02
REDE DE ÁGUA		1	0,24	0,24
REDE DE ESGOTOS		1	0,34	0,34
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	0,36	0,00

C - custo das obras existentes na via pública	1,60	
A - área bruta da obra a realizar	79,00	m²

Anexos, garagens, cozinhas regionais e obras semelhantes em terreno onde já se encontre construída moradia unifamiliar e, desde que a área bruta daquelas construções ultrapasse 20 m²

- n.º 1 do artigo 25.º

T = C x A	T = 126,01 €
-----------	--------------

VIII - Das Taxas Devidas pela Emissão de Autorização de utilização---

De acordo com o preceituado no artigo n.º 117 do RJUE e o plasmado no artigo 69 do RMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU n.º 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			

SECÇÃO IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção III	APRECIAÇÃO DE OUTROS PEDIDOS			
Artigo 54.º	Apreciação de Autorização de Utilização			
n.º1	Autorização de Utilização de edifícios ou suas fracções (taxa geral)	1	56,20 €	56,20 €
n.º2	Acresce para habitação, por fogo	1	6,70 €	6,70 €
n.º3	Acresce por unidade de arrumos	1	3,30 €	3,30 €
	TOTAL-1			66,20 €
SECÇÃO V	VISTORIAS			
ART.º 75	Vistorias para efeitos de emissão de autorização, ou alteração de utilização			
n.º1	Taxa geral para a realização de vistorias para efeitos de autorização de utilização	1	54,00 €	54,00 €
n.º 2	Acresce ao valor referido em 1 por cada unidade de ocupação:			
b)	Habitação multifamiliar, por cada unidade de ocupação ou fracção	1	11,85 €	11,85 €
j)	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento	1	54,00 €	54,00 €
	TOTAL-2			119,85 €
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 72.º	Autorização de Utilização			
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	28,10 €	28,10 €
n.º 2	Para habitação, por fogo, acresce ao valor referido no número 1	1	10,80 €	10,80 €
n.º6	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento, sendo construções autónomas contíguas, ou inseridas, ou não, em processos referentes a edifícios identificados supra, acrescem, por unidade de ocupação, aos valores fixados nos números anteriores	1	2,65 €	2,65 €
	TOTAL-3			41,55 €

TOTAL-1			66,20 €
TOTAL-2			119,85 €
TOTAL-3			41,55 €
VALOR GLOBAL			227,60 €

Taxa de infraestruturas urbanísticas	126,01 €
--------------------------------------	-----------------

Taxas administrativas	227,60 €
Valor global da liquidação de taxas	353,61 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.14. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.05.14. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. "REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS DA MADALENA" - VISTORIA COM VISTA À RECEÇÃO DEFINITIVA. PROPOSTA Nº 98/DOP/2018. -

Foi presente a informação nº 98/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, III Série, nº 20 de 28 de janeiro de 2005, concurso público, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Reabilitação e Ampliação da rede de Drenagem de Águas Residuais da Madalena". ----

1. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 5 de junho de 2005, o Município de Chaves adjudicou à firma "Habimarante -Sociedade de Construções, S.A." a execução da referida empreitada. -----

2. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 26 de agosto de 2005. Face ao valor dos encargos assumidos pelo aludido contrato administrativo, foi o mesmo sujeito ao controlo prévio da legalidade da despesa envolvida por parte do Tribunal de Contas, tendo sido obtida a necessária declaração de conformidade em 19 de outubro de 2005. -----

3. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 1.117.152,21 € (um milhão, cento e dezassete mil, cento e cinquenta e dois euros e vinte e um cêntimo), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

- Tipo de Empreitada: série de preços; -----
- Prazo de execução da obra: 365 dias, a contar da consignação dos trabalhos. -----

4. O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 26 de agosto de 2005. -----

5. Aos 10 dias do mês de outubro, foi celebrado um contrato de prestação de serviços de fiscalização, gestão de qualidade e coordenação de segurança em obra com a firma Controlalta - Gestão,

Coordenação e Fiscalização de Obras do Alto Tâmega, Lda. O referido contrato, com validade de 12 meses, terminou em 29 de setembro de 2006. -----

6. Foi efetuado o 1º adicional de trabalhos a mais, presente em reunião de Câmara de 16 de fevereiro de 2006, pelo valor de 124 226,23€ (IVA não incluído), com um prazo de 42 dias. O valor do 1º adicional traduz-se num aumento de 11,12% relativamente ao valor da adjudicação. -----

7. Foi presente em reunião de Câmara, no dia 20 de novembro de 2006, uma prorrogação ao prazo contratual de 55 dias. -----

8. Foi efetuado o Auto de Receção Provisória dos trabalhos do contrato inicial aos 26 dias de setembro de 2007 e o prazo de garantia da obra é de cinco anos a contar da receção provisória. -----

9. A garantia para a execução dos trabalhos do contrato da empreitada "Reabilitação e Ampliação da Rede de Drenagem de Águas Residuais da Madalena" é: -----

- Garantia bancária nº 125-02-0825804, emitida pelo Banco Comercial Português, S.A. -----

- Prestada em 14 de julho de 2005 -----

- No valor de 111 715,22€ (cento e onze mil setecentos e quinze euros e vinte e dois cêntimos), correspondendo a 10% do valor dos trabalhos contratados. -----

A garantia do 1º adicional ao contrato é: -----

- Seguro caução Apólice nº 100.008.452 -----

- Emitido pela Cossec, Companhia de seguro de créditos, S.A. em 21/02/2006, no valor de 12.422,62€ (doze mil quatrocentos e vinte e dois euros e sessenta e dois cêntimos), correspondendo a 10% do valor dos trabalhos a mais -----

II - Fundamentação -----

1. Após decorridos mais de cinco anos da data da receção provisória da obra, a firma adjudicatária, "Habimarante - Sociedade de Construções, S.A" agora denominada "Elevolution - Engenharia, S.A." vem solicitar a Receção Definitiva dos trabalhos, através de ofício que deu entrada no município de Chaves, com o registo n.º 1413 de 15/02/2018. -----

2. Em resposta ao solicitado, foi efetuada uma vistoria à obra no dia 7/02/2018, comparecendo no local dos trabalhos, o Eng.º Paulo Branco da DAR, os responsáveis pela fiscalização da obra, Eng.ª Madalena Branco e Fiscal Sr. Domingos Fernandes e na presença do representante do empreiteiro, Eng.º Jorge Castro e para nos termos do disposto do n.º1 artigo n.º 227 do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, vigente à data da celebração do contrato da empreitada, procederem à vistoria dos trabalhos executados, tendo-se verificado que os trabalhos referentes ao contrato da empreitada, se encontram executados de acordo com o projeto, caderno de encargos e demais elementos técnicos, não apresentando anomalias resultantes de defeitos de execução. -----

3. Solicitado parecer à DAR (Divisão de Águas e Resíduos), foi-nos transmitido que, na presente data, não se detetam irregularidades, no funcionamento das infraestruturas instaladas no âmbito da presente empreitada. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Face ao exposto, pelas razões de facto e direito enunciadas, propõe-se a adoção do seguinte procedimento administrativo: -----

1. Que, a presente proposta seja agendada para a próxima reunião de Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação; --

2. Que, de acordo com o estipulado no n.º2 do artigo 227º do Decreto-Lei n.º 59/99 de 2 de março, dado que as obras não apresentam deficiências, seja efetuada a receção definitiva; -----

3. Que, caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do Órgão Executivo, sejam extintas, a garantia e seguro caução, correspondentes às garantias contratuais da empreitada, de acordo com o estipulado no nº1 do artigo 229º do Decreto-Lei nº 59/99 de 2 de março. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Publicas, 12 de março de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Maria Madalena Sousa Durão Branco, Eng.ª) -----

Em Anexo: Auto de vistoria -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.05.02. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.14 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.05.14

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.2. AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO E ETAR DE CALVÃO - PRORROGAÇÃO DE PRAZO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 140/2018. -----

Foi presente a informação nº 140/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves abriu concurso tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Ampliação da Rede de saneamento e Etar de Calvão". -----

2. De harmonia com deliberação de reunião de Câmara do dia 10 de abril de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Construções 4 de Maio, Lda", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, 14 de julho de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 398.152,50€ (Trezentos e noventa e oito mil, cento e cinquenta e dois Euros e cinquenta e quatro cêntimos)), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

• Prazo de execução da obra: 180 dias. -----

5. O auto de consignação é de 17 de julho de 2017. -----

6. O plano de Segurança e Saúde foi aprovado aos 18 dias do mês de agosto de 2017. -----

7. Foi, em Fevereiro do presente ano, concedida uma prorrogação graciosa do prazo de execução da obra com a duração de 90 dias. -----

II - Fundamentação -----

1 - De acordo com a prorrogação de prazo concedida, a obra deveria terminar no próximo dia 18 de maio. -----

2 - Acontece, porém que, logo após ter sido aprovada a prorrogação, teve início um período de chuvas intensas e contínuas que, dadas as características da obra, condicionaram o desenvolvimento dos trabalhos. -----

3 - Em grande parte da área abrangida pelo projeto, as escavações não se puderam executar devido ao estado de saturação dos terrenos e, igualmente, por questões de segurança dada a instabilidade dos solos.

4 - Desta forma, o período de prorrogação de prazo coincidiu na sua quase totalidade com o período menos favorável para a execução dos trabalhos, tendo-se esgotado sem cumprir o objetivo. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

1 - Face ao exposto, dadas as circunstâncias excecionais que se verificaram nos meses em causa, propõe-se nova prorrogação graciosa do prazo de execução da obra, não havendo aqui direito à revisão de preços, pelo prazo de 90 dias, já que a não concessão desta prorrogação acarretaria graves inconvenientes para o Município. -----

À consideração Superior. -----

Chaves, 9 de maio de 2018 -----

(Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Eng.^a) -----

O.E. n.º 58982 -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.05.11. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.14 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.05.14

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.3. "PAMUS 2 - REQUALIFICAÇÃO DE CORREDORES URBANOS EXISTENTES: ZONA URBANA NASCENTE - REQUALIFICAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS RUAS ANTUNES GUERREIRO E INÁCIO PIZARRO (INTERVENÇÃO 1.2)" PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Foi presente a informação nº 143/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 39 de 23 DE fevereiro de 2017, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada "PAMUS 2 - Requalificação de Corredores Urbanos Existentes: Zona Urbana Nascente - Requalificação e Remodelação das Ruas Antunes Guerreiro e Inácio Pizarro (INTERVENÇÃO 1.2)". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 28 de Abril de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Socorpena, Construções e Obras Públicas, Lda.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 1 de Junho de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 552.866,36€ (Quinhentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e seis euros e trinta e seis cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor. -

5. Prazo de execução da obra, 150 dias. -----

6. O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 5 de Junho de 2017. -----

7. A aprovação do plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra foi comunicada à entidade executante a 14 de Junho de 2017. -

8. O prazo de execução da obra, já foi prorrogado a título gracioso até 10 de Maio de 2018. -----

9. A entidade e executante vem, através de ofício que deu entrada nos serviços do Município no dia 10 de Maio de 2018 com o n.º 3937, solicitar uma prorrogação do prazo de execução da obra por 30 dias. -

II - Fundamentação -----

1. No referido pedido de prorrogação, o adjudicatário vem alegar atrasos pelos seguintes motivos: -----

a) Atraso na decisão de soluções por parte do Município; -----

b) Alteração do projeto por parte do Município. -----

2. Anexado ao pedido de prorrogação, vem novo plano de trabalhos, plano de equipamentos, plano de mão de obra e plano de pagamentos adaptados às novas circunstâncias. -----

3. Feita análise dos argumentos apresentados pelo adjudicatário, cumpre informar: -----

a) De acordo com a alínea c) do ponto n.º 1 da Clausula 9.ª do Caderno de Encargos, a entidade executante, abriga-se a concluir a execução da obra, 150 dias a contar da data da sua consignação ou da data em que o Dono de Obra comunique à entidade executante a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última seja posterior; -----

b) Feita a análise do plano de trabalhos inicial, conclui-se que como entidade executante da empreitada o adjudicatário devia atempadamente adquirir e planear os materiais e trabalhos necessários para a execução de toda a obra, de acordo com o previsto no projeto; -----

c) Relativamente à decisão de soluções do Município, o Dono de Obra decidiu ainda reformular o projeto, de modo a manter o trânsito nos dois sentidos, na Rua Antunes Guerreiro, onde o projeto previa apenas um único sentido. O projeto foi reformulado e entregues todas as peças e elementos necessários ao adjudicatário; -----

d) Na presente data, de um modo geral faltam concluir trabalhos de pavimentação, sinalização e plantações. -----

4. Assim, deverá ser concedida prorrogação de prazo graciosa de 30 dias, dado que como anteriormente se referiu a entidade executante devia atempadamente adquirir e planear os materiais e trabalhos necessários para a execução de toda a obra. -----

III - Proposta -----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto em cima enunciadas, considerando que sem uma prorrogação ao prazo de execução da obra se torna impraticável a entidade executante concluir a mesma, propõe-se ao órgão executivo: -----

a) A obtenção da competente aprovação da prorrogação de prazo; -----

b) De acordo com o previsto no ponto n.º 2 e n.º 3 do Artigo n.º 13 do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, que seja concedida uma prorrogação graciosa do prazo de execução, sem direito a qualquer acréscimo do valor da revisão de preços em relação ao prazo contratado, pelo período de 30 dias; -----

c) De acordo ainda com o mesmo artigo, o empreiteiro não terá direito a qualquer acréscimo de valor da Revisão de Preços em relação ao prazo acrescido, devendo esta fazer-se pelo plano de pagamentos que, na data da prorrogação, se encontrar em vigor; -----

d) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, deverá ser notificada a entidade executante da decisão tomada. -----

Com aprovação do pedido de prorrogação a data para a conclusão da obra é 9 de Junho de 2018. -----

À consideração Superior. -----
 Chaves, 10 de maio de 2018 -----
 O Técnico -----
 (Vitor Joaquim Fernandes Pereira) -----
 Anexos: Pedido de prorrogação de prazo -----
DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.05.11. -
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e
 regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO
DELGADO, DE 2018.05.14 -----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e
 regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.05.14
 À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar
 com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor
 da mesma. Notifique-se. -----

1.4. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES - PRORROGAÇÃO DE PRAZO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 142/2018. -----

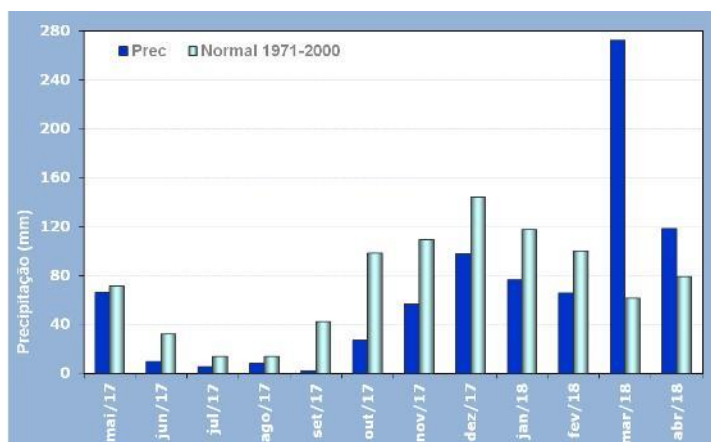
Foi presente a informação nº 142/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves iniciou um procedimento concursal, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Lote 2: Requalificação da Avenida Nuno Álvares". -----
2. De harmonia com deliberação Camarária do dia 18 de agosto de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "ASG, Construções e Granitos, Lda", a execução da referida empreitada. -----
3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas no dia 2 de novembro de 2017. -----
4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 749.527,95€ (Setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e vinte e sete euros e noventa e cinco cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----
- Prazo de execução da obra: 180 dias. -----
5. O auto de consignação é de 20 de novembro de 2017. -----
6. A aprovação do plano de trabalhos foi comunicada 29 de novembro de 2017. -----

II - Fundamentação -----

- 1 - A obra encontra-se em fase de execução, devendo concluir em 28 de maio de 2018. -----
- 2 - Acontece, porém que, nos primeiros meses do presente ano, o desenvolvimento da obra foi afetado por fatores atmosféricos adversos que não permitiram que os trabalhos decorressem num ritmo normal. ---
- 3 - Conforme se pode ver no gráfico seguinte (dados do IPMA), no mês de março e abril ocorreram fenómenos de precipitação extremamente elevados, quando comparados com o registo normal. -----



3 - Para além deste facto, os trabalhos encontram-se a decorrer sem que se tenha feito o corte total do trânsito, o que implica que se executem de forma faseada e por zonas, com as máquinas a circular com cuidados de segurança acrescidos devido ao facto de partilharem a mesma via que os veículos, o que implica, igualmente um decréscimo no rendimento. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

1 - Face ao exposto, dadas as circunstâncias excepcionais que se verificaram nos meses em causa, propõe-se nova prorrogação graciosa do prazo de execução da obra, não havendo aqui direito à revisão de preços, pelo prazo de 90 dias, já que a não concessão desta prorrogação acarretaria graves inconvenientes para o Município. -----
À consideração Superior. -----

Chaves, Divisão de Obras Públicas, 11 de maio de 2018 -----

A Técnica Superior responsável pela fiscalização da obra -----

(Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Eng.^a) -----

O.E. n.º 58982 -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.05.11. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.14 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.05.14

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.5. AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO E ETAR DE CALVÃO - AUTO DE MEDIÇÃO N.º 7/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Revisão de Preços n.º 7/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, Construções Quatro de Maio, Lda., no valor de 28.746,50 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.14 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.05.14

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €28.746,50 (Vinte e oito mil, setecentos e quarenta e seis euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.6. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 11/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 11/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 16.750,00 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.14 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.05.14

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €16.750,00 (Dezasseis mil, setecentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.7. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 12/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 12/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 9.512,70 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.14 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.05.14

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €9.512,70 (Nove mil, quinhentos e doze euros e setenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.8. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 13/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 13/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 34.707,30 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.14 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.05.14

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €34.707,30 (Trinta e quatro mil, setecentos e sete euros e trinta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.9. LOTE 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 13/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 13/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 37.049,90 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.14 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.05.14
 À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €37.049,90 (Trinta e quatro mil, setecentos e sete euros e trinta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.10. LOTE 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 14/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 14/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 15.066,16 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.14 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.05.14
 À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €15.066,16 (Quinze mil, e sessenta e seis euros e dezasseis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.11. CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS - CASAS NOVAS E REDONDELO - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 6/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 6/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, CONSTRUÇÕES QUATRO DE MAIO, LDA., no valor de 21.105,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.14 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.05.14

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €21.105,00 (Vinte e um mil cento e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.12. PAMUS 2 – REQUALIFICAÇÃO DE CORREDORES URBANOS EXISTENTES: ZONA URBANA NASCENTE – REQUALIFICAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS RUAS ANTUNES GUERREIRO E INÁCIO PIZARRO (INTERVENÇÃO 1.2) – AUTO DE MEDIÇÃO Nº 19/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 19/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SOCORPENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., no valor de 20.548,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.14 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.05.14

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €20.548,00 (Vinte mil, quinhentos e quarenta e oito euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.13. PAMUS 2 – REQUALIFICAÇÃO DE CORREDORES URBANOS EXISTENTES: ZONA URBANA NASCENTE – REQUALIFICAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS RUAS ANTUNES GUERREIRO E INÁCIO PIZARRO (INTERVENÇÃO 1.2) – AUTO DE MEDIÇÃO Nº 20/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 20/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SOCORPENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., no valor de 8.877,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.14 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.05.14

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €8.877,00 (Oito mil, oitocentos e setenta e sete euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.14. PAMUS 2 – REQUALIFICAÇÃO DE CORREDORES URBANOS EXISTENTES: ZONA URBANA NASCENTE – REQUALIFICAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS RUAS ANTUNES

GUERREIRO E INÁCIO PIZARRO (INTERVENÇÃO 1.2) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 21/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 21/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SOCORPENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., no valor de 2.625,00 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.14 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.05.14
À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €2.625,00 (Dois mil, seiscentos e vinte e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.15. REQUALIFICAÇÃO DA AV. D. AFONSO DUQUE DE BRAGANÇA - AUTO DE REVISÃO DE PREÇOS Nº 1/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Revisão de Preços nº 1/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 4.827,01 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.14 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.05.14
À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €4.827,01 (Quatro mil, oitocentos e vinte e sete euros e um cêntimo), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.16. MUSEALIZAÇÃO DAS TERMAS ROMANAS DE CHAVES - SUSPENSÃO DA CONSIGNAÇÃO. -----

Foi presente a informação nº 147/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento e Fundamentação -----

1. O Município de Chaves abriu concurso, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Musealização das Termas Romanas de Chaves"

2. De harmonia com deliberação camarária do dia 18 de agosto de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa Costa & Carreira, Lda.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, 6 de outubro de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 995.027,03€ (Novecentos e noventa e cinco mil, e vinte e sete euros e três cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

• Prazo de execução da obra: 365 dias. -----

5. Dando cumprimento à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovado pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto e á alteração produzida pela Lei n.º 61/2011 de 7 de dezembro, os contratos sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, cujo valor seja superior a 950.000,00€, não produzem quaisquer efeitos antes do visto do Tribunal de Contas, caso que se verificou, dando assim cumprimento a esta normativa legal. -----

6. O presente processo, foi visado pelo Tribunal de Contas, em secção diária de visto, no dia 8 de fevereiro de 2018. -----

7. O atual Executivo Municipal, preventivamente, decidiu, pedir ao LNEC, um estudo sobre a eficácia da ventilação prevista no projeto, dada a complexidade dos problemas de condensação existente no edifício. O estudo anteriormente referido, encontra-se na fase final da sua execução, verificando-se já fortes indícios de que o projeto de execução deva sofrer algumas alterações, com a finalidade de garantir a eliminação total das condensações. -----

II - Da Proposta -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: -----

1. Como pode acontecer que se verifique uma modificação relevante dos dados que serviram de base à elaboração dos elementos da solução da obra, a qual eventualmente determinem a necessidade de um projeto de alterações, de acordo com o nº1 do artigo 360.º do Código dos Contratos Públicos, deverá ser suspenso o prazo para a elaboração do Auto de Consignação da obra "Musealização das Termas Romanas de Chaves -----

2. A contagem de prazo referida no ponto anterior só será retomada, depois de terem sido notificadas ao empreiteiro as alterações introduzidas no projeto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 14 de maio de 2018 -----

A Chefe de Divisão -----

(Amélia Rodrigues) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.14 -----

Visto. Concordo. Em função da natureza da matéria, em apreciação, o assunto deverá ser objeto de deliberação, por parte do Executivo Municipal, sugerindo-se o seu agendamento para uma próxima reunião ordinária do aludido Órgão Administrativo. À consideração superior. -

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.05.14

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

VII EXPROPRIAÇÕES

1. PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO LITIGIOSA Nº 1190/11.2TBCHV- TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA REAL - JUÍZO LOCAL CÍVEL DE CHAVES - JUIZ 2 - PARCELA

Nº 37 - PROGRAMA POLIS EM CHAVES - "MARGEM ESQUERDA DO TÂMEGA ENTRE A PONTE ROMANA E A PONTE ENGº BARBOSA CARMONA E CICLOVIA DA MADALENA" - ANA MARIA ESTEVES SARMENTO CALVÃO E MARIDO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 19/GNE/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - ANTECEDENTES -----

1. Através da Informação número 14/2018, datada de 10/05/2018, o Dr. Vitor Brás, mandatário da sociedade "ChavesPolis, Sociedade Para o Desenvolvimento do Programa Polis em Chaves, S.A.", no processo de expropriação litigiosa supra identificado, que correu termos no Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real - Instância Local Cível de Chaves - Juiz 1, e foi alvo de recurso para o Tribunal da Relação de Guimarães, veio informar este Município da necessidade de se proceder à elaboração de nota discriminada e justificativa da indemnização, nos termos do nº 1, do Artigo 71º, do Código das Expropriações -C.E.-, fixada por Acórdão do Tribunal da relação de Guimarães, transitado em julgado em 20/04/2018, na sequência do respetivo despacho proferido pelo Juiz do aludido processo, em 07/05/2018. -----

2. Este Município, na qualidade de acionista, assumiu o ativo e o passivo, incluindo o superveniente, da dita sociedade "ChavesPolis", na sequência do projeto de partilha regularmente aprovado pelos acionistas, por deliberação de 3/09/2010, em respetiva assembleia geral, em vista à dissolução e liquidação da sociedade, e devidamente sancionado pelo executivo camarário, em sua reunião ordinária realizada no passado dia 02 de maio de 2011. -----

3. O sancionamento de todo o processo administrativo de dissolução e liquidação da sociedade, nos termos acordados pelos respetivos acionistas, foi aprovado em reuniões do executivo camarário de 02 de maio e 08 de agosto de 2011, e devidamente sancionado pela Assembleia Municipal em sua sessão ordinária de 28 de setembro de 2011. -----

4. Contudo, no que se refere à assunção dos encargos com a expropriação das obras executadas no âmbito do Programa POLIS, e de acordo com os fundamentos evidenciados nas propostas Nº 113/GAPV/2007 e Nº 132/GAPV/2009, os quais aqui se dão por integralmente reproduzidos, aprovadas, respetivamente, por deliberações camarárias de 08 de novembro de 2007 e de 07 de dezembro de 2009, face às disparidades de valores existentes entre os encargos previstos com as expropriações, tendo por base os relatórios de avaliação prévia, realizados por perito da lista oficial, e os encargos resultantes das arbitragens, foram esgotadas as verbas previstas para esses fins, tendo sido deliberado recorrer ao serviço que tem a seu cargo os avais do Estado, nos termos previstos no nº 4 do Artigo 51º e nº 4 do Artigo 71º, todos do C.E. -----

5. Para o efeito, este Município celebrou com a Direção-Geral do Tesouro, face à qualidade de acionista maioritário do Estado Português na sociedade "ChavesPolis, S.A.", um contrato de Regularização de dívida Resultante das Expropriações Litigiosas no quadro do Programa Polis em Chaves, em resultado da realização dos depósitos que viessem a ser necessários, o qual foi aprovado por deliberação camarária de 16 de agosto de 2010, tendo sido alvo de um Aditamento, assinado em 28 de janeiro de 2014 e, previamente, aprovado pelo executivo camarário em 24 de janeiro de 2014, tendo sido ratificado pela assembleia municipal em 26 de fevereiro de 2014. -----

6. A nota discriminativa referida no nº1 antecedente, face à notificação eletrónica realizada pelo escrivão do processo, em 08 de

maio corrente, deverá ser enviada ao Tribunal até ao dia **21 de maio de 2018**. -----

II - FUNDAMENTAÇÃO -----

1. Em conformidade com o despacho proferido pelo respetivo Juiz do aludido Processo e nos termos do disposto no Artigo 71º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº 168/99, de 18 de setembro, alterado e republicado pela Lei nº 56/2008, de 4 de setembro, conjugado com o Artigo 24º do mesmo Código, relevam para o cálculo atualizado do montante indemnizatório os seguintes elementos: -----

PARCELA Nº 37

Prcº 1190/11.2TBCHV - J2 "Margem Esquerda do Tâmega entre a Ponte Romana e a Ponte Engº barbosa Carmona e Ciclovia da Madalena" Expropriados: Ana Maria Esteves Sarmento Calvão e outro.	Dados relevantes	Índice de preço no consumidor, com exclusão da habitação Fator de atualização (INE)
Data da publicação da DUP	23 de agosto de 2007	
Valor da Indemnização fixada pela decisão transitada em julgado	€190 617,00	1,0236975886403
Data da decisão final do Processo	20 de abril de 2018	
Data do despacho que autoriza o levantamento de parte do montante depositado Período de atualização do montante €103 954,24	8 de maio de 2012 De 06/2012 a 03/2018	1,02925236518544
Valor cujo levantamento foi autorizado	€86 662,76	

2. Em conformidade com o disposto no Acórdão de fixação de jurisprudência do STJ nº7/2001, de 12 de julho, e para efeitos do disposto nos Artigos 24º e nº1 do Artigo 71º do C.E., foram calculados os montantes a depositar, em conformidade com os dados relevantes constantes do quadro sinóptico supra, e elaborada a respetiva nota justificativa, com recurso à ferramenta disponibilizada, para o efeito, no portal do Instituto Nacional de Estatística - INE - sendo certo que após a realização do depósito os expropriados e os demais interessados poderão proceder à sua impugnação, nos termos do disposto no Artigo 72º do C.E.. -----

3. Importa registar, no caso individual e concreto do presente processo de expropriação, que a **indemnização atualizada da Parcela nº 37** atinge o montante de **€213 171,32**, sendo certo que, à ordem dos autos, a ChavesPolis, S.A. procedeu ao depósito em dinheiro da importância de **€60.551,76**, e a Direção-Geral do Tesouro, em substituição da ChavesPolis e no âmbito do Contrato de Regularização de Dívida supra citado, celebrado com este Município, depositou a importância de **€411 765,19**, não havendo, assim, necessidade de proceder ao depósito de qualquer montante adicional, para satisfazer o pagamento da indemnização devida. -----

III - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Assim, em vista ao cumprimento do despacho proferido pela Juíza do Processo de expropriação litigiosa nº **1190/11.2TBCHV- Tribunal da Comarca de Vila Real - Juízo Local Cível de Chaves - Juiz 2**, em coerência com as razões anteriormente enunciadas, e em conformidade com o disposto sobre a matéria na alínea vv), do nº 1, do Artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no nº1 e no nº2 do Artigo 71º, do Código das Expropriações - C.E. e nas deliberações camarárias de

07 de dezembro de 2009, 16 de agosto de 2010, 02 de maio e 08 de agosto de 2011 e da Assembleia Municipal de 28 de setembro de 2011, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que a presente Informação/Proposta seja agendada para a próxima reunião do executivo camarário, para efeitos de aprovação da nota discriminada do montante em dívida referente ao processo de expropriação litigiosa número **1190/11.2TBCHV- Tribunal da Comarca de Vila Real - Juízo Local Cível de Chaves - Juiz 2**, - "Margem Esquerda do Tâmega entre a Ponte Romana e a Ponte Engº Barbosa Carmona e Ciclovia da Madalena" em que é **expropriada Ana Maria Esteves Sarmento Calvão e outro**, no valor de **€190 617,00** e a importância de **€259 145,63**, a restituir ao Município e referente ao respetivo montante em excesso, e a deduzir as correspondentes custas judiciais, importando a **indenização atualizada em €213 171,32**; -----

b) Que a mencionada nota discriminada e justificativa do montante indemnizatório em dívida, atualizado, seja enviada ao mandatário da autarquia em vista à adoção das diligências necessárias ao cumprimento do despacho da Juíza do processo. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 11 de maio de 2018. -----

A Técnica Superior, Cristina Rodrigues -----

Em anexo: -----

- Nota discriminada e justificativa do montante indemnizatório em dívida; -----

- Documentos referentes aos fatores de atualização da indemnização, processados por computador no Portal do INE, com os números de identificação ID2962411052018152539 e ID295411052018152843. -----

Informação do mandatário da expropriante e anexos. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.14 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.05.14

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VIII

DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS

IX

DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

X

FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

XI

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. 6.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS - REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL NAS MODIFICAÇÕES. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I-Enquadramento -----

Considerando, o art. 40º da Lei n.º 73/2013, de 3/set (RFALEI) 1, sob a epígrafe " Equilíbrio orçamental ", prevê-se o seguinte:-----

1-Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.-----

2-Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.-----

3-O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.-----

4-Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo.-----

II - Fundamentação-----

Considerando, que, independentemente da terminologia adotada nas normas citadas, o cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, nos momentos seguintes: -----

1-No momento da elaboração do orçamento, em mapa (com um conteúdo que permita aferir a situação em termos da regra de equilíbrio - cfr. infra) a integrar o documento previsto no artigo 46.º, n.º1, al. a), do RFALEI;-----

2-Quando da elaboração de eventuais modificações, em mapa específico (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) que deve acompanhar e integrar a respetiva proposta apresentada, no caso, o Presidente da Câmara, com competências delegadas, para aprovação;----

3-Ao nível da execução orçamental, em mapa (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) a incluir no relatório de gestão que integra os documentos de prestação de contas.-----

III - Da Proposta em Sentido estrito-----

Face ao exposto, a seguir se traduz em quadro de monitorização, do aludido art-º 40º, o cumprimento de tal regra à data atual.-----

Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro		
Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais		
Regra do Equilíbrio art.º 40º		
	Valor	Validação
Receita Corrente bruta cobrada	33.423.471,04	Cumpre
Despesa corrente	25.157.254,36	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo	2.940.158,86	
Apuramento do saldo corrente		

Receita corrente cobrada (1)	33.423.471,04
Despesas corrente paga (2)	25.157.254,36
Saldo Corrente (3)=(1)-(2)	8.266.216,68
Amortizações previstas (4)	3.088.789,08
Saldo Corrente deduzido pelas Amortizações (5)=(3)-(4)	5.177.427,60
Total das receitas correntes totais (6)	33.423.471,04
5% das receitas correntes totais (7)=(6)x5%	1.671.173,55

Chaves, 03 de maio de 2018-----
A Técnica Superior em Regime de Mobilidade-----
(Paula Veloso) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2018.05.03 -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.14. -----

Visto. A pertinência de tal ato delegatório, nos termos, ora, fundamentados, deve ser, superiormente, reconhecida. -----
Para os devidos efeitos, à consideração do Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz. -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 14.05.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

XII DIVERSOS

1. ANÁLISE DO 8º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO "PREPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE FRUTAS POR OUTROS PROCESSOS" CLASSIFICADO COMO PIM" - REQUERENTE: ISABEL GRILO UNIPESSOAL LDA. - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº44/DSC/2018, DO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 09.05.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - ENQUADRAMENTO DOS OBJETIVOS DA INFORMAÇÃO -----

1.A requerente acima referida, na qualidade de promotora do projeto de investimento "Preparação e Conservação de Frutas por outros processos", classificado como Projeto de Interesse Municipal (PIM), veio, em conformidade com o disposto na alínea c) da Cláusula 5.ª do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais, outorgado em 18/02/2014, apresentar informação semestral relativa à execução do referido projeto de investimento. -----

2.Após receção dos elementos instrutórios que se encontravam em falta, a referida informação semestral foi objeto de apreciação na reunião da Comissão Técnica de Análise, Acompanhamento e Fiscalização de

Projetos de Interesse Municipal (CTAAF - PIM)²⁰ ocorrida no dia 05/04/2018. -----

3.Com esta informação pretende-se: -----

(i) Levar ao conhecimento do Executivo Municipal o 8º relatório semestral de acompanhamento da execução do projeto de interesse municipal, o qual se anexa; -----

(ii) Propor que seja acolhida a proposta de deliberação que o mesmo relatório preconiza. -----

II - CONTEXTUALIZAÇÃO DO PARECER -----

1.O RPIM define os critérios a adotar pelos competentes órgãos municipais no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal (PIM) para o concelho de Chaves, tendo sido aprovado pela Assembleia Municipal, por deliberação de 12/06/2013, sob proposta da Câmara de 20/05/2013. -----

2.Este regulamento visa apoiar, através da concessão de benefícios fiscais e benefícios de taxas municipais²¹ contratuais, investimentos e/ou novas iniciativas de negócio que permitam o desenvolvimento sustentável da região, a criação de novos empregos e, consequentemente, a fixação da população, em sintonia com o atual quadro legal em vigor²². -----

3.Ao abrigo de tal quadro regulamentar, a sociedade "*Isabel Grilo Unipessoal, Lda.*" veio requerer a classificação de PIM para o projeto de investimento, a concretizar na freguesia de Outeiro Seco, no prédio urbano inscrito na matriz predial respetiva sob o art.º 3192º, bem como a isenção de IMI e a redução de taxas urbanísticas. -----

4.Sob a Informação/Proposta n.º 1/2014 da Divisão de Gestão Financeira o executivo camarário, em sua reunião ordinária do pretérito dia 14/02/2014, atribuiu a classificação de PIM à candidatura apresentada pela empresa citada e aprovou a concessão de benefícios tributários municipais, consubstanciados na redução de 66% do valor do IMI relativo ao referido prédio urbano, no valor estimado de €270,84, nomeadamente para o ano de 2014 e na redução de 75% do valor das taxas urbanísticas municipais, no montante de €20.058,86, devidas pela emissão do título administrativo de autorização de edificação. -----

5.Posteriormente, no dia 18/02/2014, veio a ser outorgado, entre este Município e a citada sociedade promotora, o respetivo Contrato de

²⁰ Comissão criada na sequência da deliberação do órgão executivo camarário do passado dia 15/04/2016, sob a Informação/Proposta N°80/DSC/2016 de 6/04/2016. -----

²¹ Isto é, isenções totais ou parciais de tributos municipais, em especial no que se refere ao Imposto Municipal sobre Imóveis, ao Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e, ainda, no que se refere a taxas urbanísticas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas e respetiva utilização. -----

²² Em conformidade com o estabelecido no art.º 241º, da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), conjugado, com a alínea d), do art.º 15º (poderes tributários), e, dos números 2 e 3, do art.º 16º (isenções e benefícios fiscais), da Lei n° 73/2013, de 3 de setembro (regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais e ulteriores alterações), com a alínea m), do número 1, do art.º 23º (promoção do desenvolvimento/atribuições dos municípios), as alíneas c) e g), do número 1, do art.º 25º (competências de apreciação e de fiscalização da Assembleia Municipal) e na alínea ff) do art.º 33º (competências materiais) da Lei n° 75/2013 de 12 de setembro. -----

Concessão de Benefícios Tributários Municipais (CCBTM)²³, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento²⁴ da referida concessão à respetiva sociedade, em 30/04/2014. -----
 6. Decorrente do vínculo contratual estabelecido, a entidade promotora assumiu obrigações (cláusulas 2.^a e 5.^a)²⁵, conformes com o disposto nos n.ºs 3²⁶ e 4²⁷ do art.º 13.º²⁸ do RPIM, sendo que o incumprimento de

²³ Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 3, do art.º 8.º do RPIM. -----

²⁴ À luz do art.º 12.º do citado Regulamento, tendo em vista a monitorização das condições de celebração e execução do contrato. ---

²⁵ **Cláusula 2.^a (Objetos e metas do projeto de interesse municipal)**

O projeto de investimento objeto de presente contrato de concessão de benefícios tributários municipais, consubstancia a concretização do projeto de investimento denominado preparação e conservação de frutas por outros processos, com a seguinte previsão: -----

- *Montante de investimento: €2.498.564,68. -----*
- *Número de postos de trabalho: 4 -----*
- *Prazo para a implementação do projeto: 19 meses. -----*

Cláusula 5.^a (Obrigações do Promotor) -----

Pelo presente contrato a sociedade Isabel Grilo Unipessoal, Lda., obriga-se a: -----

- a) Executar integralmente o projecto de investimento nos termos e prazos fixados em sede de candidatura e cumprir os demais objetivos constantes desta; -----*
- b) Manter afeto à respectiva atividade o investimento realizado, bem como a manter a sua localização geográfica, durante um período mínimo de cinco anos a contar da data da realização integral do investimento.*
- c) Restar ao Município de Chaves, semestralmente, relatório de execução do projeto de investimento, indicando a execução física do projecto e remetendo a demais documentação necessária, para comprovar os pressupostos referidos aquando da avaliação da candidatura. -----*
- d) Manter a sua situação regularizada perante a administração fiscal e a Segurança Social; -----*
- e) Comunicar ao Município de Chaves qualquer alteração ou ocorrência que ponha em causa os pressupostos relativos às condições de acesso que permitiram a aprovação da candidatura, bem como a sua realização;*
- f) Comunicar por escrito ao Município de Chaves mudanças de domicílio ou sede, no prazo de 10 dias contados a partir da data de ocorrência.*

²⁶ **Artigo 13.º (Fiscalização e acompanhamento)** -----

(...) 3. O gestor será responsável pela verificação do cumprimento do mesmo, nos termos da candidatura apresentada e do contrato previsto nos artigos 5.º, 7.º e 10.º, tendo por base os documentos comprovativos de apresentação obrigatória pela entidade beneficiária, elaborando relatório semestral relativo à execução dos objetivos e metas contratualizadas entre as partes, a submeter à apreciação dos órgãos executivo e deliberativo municipais. -----

²⁷ **Artigo 13.º (Fiscalização e acompanhamento)** -----

(...) 4. Caso se verifique que os benefícios tributários contratualizados no âmbito dos projetos de investimento classificados como Projetos de Interesse Municipal, diferem dos valores objeto da análise da candidatura apresentada, comprometendo a classificação obtida, haverá direito a devolução do respetivo benefício no montante do remanescente. -----

²⁸ Por lapso de redação, o Regulamento de Projetos de Interesse Municipal, apresenta dois artigos, sequenciais, com a mesma numeração

tais obrigações poderiam configurar a situação prevista na cláusula 7.^a (resolução do contrato)²⁹, com os efeitos previstos na cláusula 8.^a (efeitos da resolução do contrato)³⁰. -----

7. Presentemente, em sede da "Fase Acompanhamento e Fiscalização da Implementação do Projeto de Investimento" (última fase do processo de candidatura³¹), a CTAAF-PIM tem vindo a promover a verificação do cumprimento das condições consagradas no contrato. -----

8. Na sequência da notificação emitida a 12/01/2018, veio a entidade requerente, em 13/03/2018, dar cumprimento ao estabelecido na alínea c) da cláusula 5.^a do Contrato, entregando o 8.º Relatório Semestral de Execução do Projeto de Investimento que se encontrava em falta.

9. Nesse mesmo dia, em sede de validação da informação rececionada, foi constatada a deficiente instrução do aludido relatório e a

(Artigo 13.º - Fiscalização e Acompanhamento e Artigo 13.º - Renegociação). O erro material detetado, do ponto de vista substancial, deverá para efeitos da aplicação ser apresentado como art.º 13.º-A **(Artigo 13.º-A - Renegociação)**. -----

²⁹ **Cláusula 7.^a (Resolução do contrato)** -----

O incumprimento pelo Segundo Outorgante das obrigações assumidas, confere ao município de Chaves o direito de resolver o presente contrato, nos seguintes casos: -----

a) Não cumprimento dos objetivos e obrigações estabelecidos no contrato, nos prazos fixados, por facto que lhe seja imputável; -----

b) Prestação de informações falsas ou viciação de dados fornecidos na apresentação, apreciação e acompanhamento dos projetos. -----

³⁰ **Cláusula 8.^a (Efeitos da resolução do contrato)** -----

1. A resolução do contrato nos termos previstos no artigo anterior implica a perda total dos benefícios fiscais concedidos ao segundo outorgante, desde a data de aprovação do mesmo, e ainda a obrigação de, no prazo de 30 dias a contar da respetiva notificação, e independente do tempo entretanto decorrido desde a data da verificação dos respetivos factos geradores de imposto, do pagamento, nos termos da lei, das importâncias correspondentes às receitas fiscais não arrecadadas, acrescidas de juros compensatórios. -----

2. Na falta de pagamento, dentro do prazo de 30 dias referido no número anterior, o segundo outorgante procede à instauração de procedimento executivo. -----

³¹ Considerando o estabelecido no RPIM, o procedimento conducente à classificação de "Projetos de Interesse Municipal" para obtenção das isenções totais e/ou parciais de tributos municipais, assenta, nas seguintes fases: -----

1.^a Fase - Verificação da correta instrução da Candidatura pela CTAAF-PIM; -----

2.^a Fase - Avaliação da candidatura e emissão de parecer pela CTAAF-PIM, com base no estabelecido do regulamento; -----

3.^a Fase - Decisão do órgão executivo Municipal, com base nos documentos produzidos CTAAF-PIM e validada pelo Gestor Projeto; -----

4.^a Fase - Celebração do Contrato de concessão de benefícios tributários municipais, entre o Município de Chaves e a entidade beneficiária, de acordo com o estabelecido no Artigo 10º do RPIM; ----

5.^a Fase - Monitorização das condições de celebração e execução do contrato pela Assembleia Municipal; -----

6.^a Fase - Acompanhamento e fiscalização da implementação do projeto investimento pelo Gestor Projeto, tendo em vista a verificação do cumprimento das condições resultantes da subscrição do contrato. ----

incongruência nos dados remetidos, tendo-se procedido à notificação, via eletrónica, da entidade requerente, com vista a colmatar tal desconformidade e prestar os esclarecimentos necessários. -----

10. Em decorrência da referida notificação eletrónica veio, a interlocutora da sociedade da entidade promotora (Dra. Tânia Chaves), entre os dias 13 e 16 de março e pela mesma via, apresentar os elementos em falta e prestar os esclarecimentos devidos. -----

11. Segundo o atual relatório da Comissão, elaborado com base na informação fornecida pela entidade promotora é constatado que: -----

12.1. No que concerne ao "montante de investimento"³² - até ao 2º semestre de 2017, a sociedade promotora, investiu um montante total de 2.045.150,05€ correspondendo a uma taxa de execução de 81,85%. No semestre em análise, a empresa teve encargos na ordem dos 16.924,73€ referentes à conclusão do bloco administrativo e dos arranjos exteriores. O investimento que se encontra por executar, no valor de 453.414,63€, diz respeito, nomeadamente, à aquisição/colocação de equipamento, tais como, painéis solares, máquina de cintar, empilhadores, equipamentos de ar condicionado e equipamento informático. -----

12.2. Face aos dados apresentados, constata-se que, para o período em causa e para o presente critério³³ em avaliação, a classificação obtida aquando da candidatura ($40\% = 100\% * 0,4$) permanece inalterada, em razão do valor do montante já investido ascender a 2.045.150,05€ e ser, portanto, superior a 1.000.000,00€. -----

12.3. De referir ainda que, embora a entidade promotora, no relatório apresentado, não justifique os motivos que conduziram ao não cumprimento da meta contratualizada, a CTAAF-PIM entende que as justificações apresentadas, relativamente ao atraso do cumprimento desta meta, se encontram devidamente fundamentadas e expressas no parecer daquela Comissão constante na Inf./Proposta n.º 121/DSC/2016, de 20/12/2016 (demoras no procedimento de licenciamento urbanístico e na obtenção de financiamentos comunitários no âmbito do PRODER). ---

12.4. No que respeita ao "número de postos de trabalho" a criar, no período em análise, a entidade promotora tinha afetos à empresa uma média de 13 colaboradores (6 dos quais pré-existent à candidatura), isto é, menos 4 do que no anterior semestre, mas mais 3 do que inicialmente previsto na candidatura (4). Deste modo, com taxa de execução total de 175% (ou seja, com um incremento do n.º de postos de trabalho de 75% relativamente ao inicialmente previsto) constata-se uma superação da meta inicialmente contratualizada. Neste contexto, constata-se que para o período em causa e para o presente critério³⁴ em avaliação, a classificação obtida aquando da candidatura ($6\% = 20\% * 0,3$) permanece inalterada, em razão do número de postos de trabalho criados (7) pertencer ao mesmo intervalo ("Até 10 postos de trabalho").

12.5. Relativamente ao "prazo para a implementação do projeto" - o prazo de execução do projeto estabelecido na Cláusula 2.ª do CCBT (19

³² Na sequência da documentação apresentada no âmbito do atual relatório semestral de execução do projeto de investimento, foi identificada uma incongruência nos dados que suportaram o 7º Relatório de Acompanhamento e relativo à execução do projeto no 1º semestre de 2017. De facto, o valor do investimento no referido período foi de 42.122,16€ e não de 128.064,21€ como inicialmente declarado. -----

³³ "Montante de investimento" - estabelecido, na alínea a), do n.º 1, do art.º 7.º do RPIM. -----

³⁴ "Número de postos de trabalho" - estabelecido, na alínea b), do n.º 1, do art.º 7.º do RPIM. -----

meses) não foi cumprido, contudo, a CTAAF-PIM considera que, em conformidade com as justificações apresentadas pela sociedade promotora em momento anterior, o incumprimento desta meta encontra-se justificado nos mesmos moldes do anterior relatório de acompanhamento. De salientar que, segundo indicações da interlocutora da entidade promotora, ainda não há previsão para conclusão do projeto de investimento, uma vez que vai ser solicitado à Autoridade de Gestão do PRODER a prorrogação do prazo, ficando assim a data para conclusão dependente da aceitação, ou não, desse pedido. Face aos dados apresentados, constata-se que, para o período em causa, e para o presente critério³⁵ em avaliação, a classificação obtida difere substancialmente ($5\% = 25\% \times 0,2$) do obtido aquando da candidatura ($15\% = 75\% \times 0,2$), em razão da duração de projeto ser atualmente de 46 meses, valor muito superior aos 19 meses inicialmente previstos. ----

III - PARECER -----

1. Tendo por base o relatório semestral de execução do projeto de investimento apresentado pela entidade beneficiária, bem como os documentos instrutórios anexos, a CTAAF-PIM elaborou o seu relatório semestral de acompanhamento do projeto de investimento em causa, tendo o seguinte entendimento: -----

a) A entidade promotora encontra-se a executar o projeto de investimento, no âmbito do RPIM, nos termos do contrato de concessão de benefícios tributários municipais outorgado; -----

b) Encontra-se justificada a não implementação do projeto de investimento no prazo de 19 meses, conforme previsto na Cláusula 2.ª do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais, devido a demoras no procedimento de licenciamento urbanístico e na obtenção de financiamentos comunitários no âmbito do PRODER; -----

c) De acordo com os extratos globais das declarações de remunerações para a Segurança Social, a sociedade tem, atualmente, 7 novos postos de trabalho (mais 3 do que inicialmente previsto), cumprindo e superando a meta contratualizada; -----

d) A sociedade mantém afeto à respetiva atividade o investimento realizado e mantém a sua localização geográfica neste concelho; -----

e) Tem as situações contributivas e fiscais regularizadas. -----

2. Os diferenciais atualmente identificados em termos de "*montante de investimento*", "*n.º de postos de trabalho*" e "*prazo para a implementação do projeto*", alteram os critérios de classificação estabelecidos, nomeadamente na alínea c) do n.º 1, do art.º 7.º do RPIM, utilizados para determinar os benefícios fiscais a conceder aquando da candidatura, e que permitiram uma concessão da redução em 66% do valor do IMI à sociedade beneficiária. -----

3. Face aos atuais dados, a eventual atualização³⁶ do cálculo dos critérios subjacentes à determinação da concessão dos benefícios fiscais, conduziria à obtenção de uma classificação final de 56,00%,

³⁵ "Prazo para a implementação do projeto" - estabelecido, na alínea c), do n.º 1, do art.º 7.º do RPIM. -----

³⁶ Atualização do cálculo dos critérios de determinação para concessão dos benefícios fiscais: -----

Critérios	Pontuação	
	Candidatura	Atualmente
1. a)	40%	40%
1. b)	6%	6%
1. c)	15%	5%
1. d)	0%	0%
1. e)	5%	5%
Classificação Final	66,00%	56,00%

valor inferior ao obtido aquando da candidatura (66,00%), o que implicaria, neste caso, a diminuição de 10 pontos percentuais à redução no valor do IMI inicialmente concedido. -----

4. Neste contexto, a Comissão entende que, em razão da redução da classificação agora obtida, será necessário encetar um procedimento de renegociação do contrato, o qual será aferido após a entrega do próximo relatório semestral de execução. -----

5. Com base no anteriormente exposto, a Comissão propõe, em conformidade com o definido no n.º 3 do art.º 13º do RPIM, a submissão do relatório aos órgãos executivo e deliberativo municipais, com vista à apreciação do mesmo. -----

IV - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

1. Tendo por base o teor do 8º relatório semestral de acompanhamento da execução do projeto de investimento "*Preparação e Conservação de frutas por outros processos*", elaborado pela CTAAF - PIM, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta à consideração do Senhor Presidente a seguinte proposta: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da competente deliberação, traduzida na aprovação do referido relatório, estando subjacente a proposta de se encetar um procedimento de renegociação do contrato atualmente em vigor, o qual será aferido após a entrega do próximo relatório semestral de execução. -----

b) Caso haja deliberação nos termos preconizados, para cumprimento do estabelecido no artigo 12º (Monitorização das condições de celebração e execução do contrato) do RPIM, a presente informação, o relatório elaborado pela CTAAF-PIM, bem como a deliberação de Câmara referida na alínea anterior, deverão ser submetidos a apreciação da Assembleia Municipal, na próxima sessão daquele órgão deliberativo, para fiscalização do cumprimento do RPIM, dando-se cumprimento ao estabelecido no nº 3 do artigo 13º do mencionado RPIM. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 11.05.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ DE 11.05.2018 --

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. CANDIDATURA N.º NORTE-05-1406-FEDER-000095 "REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4)" - NOTIFICAÇÃO DE APROVAÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº45/DSC/2018, DA DRA. ANDREIA GERALDES DE 08.05.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. Ao abrigo do AVISO Nº NORTE-06-2016-19 - "Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano: PI 4.5 (4e)", o Município de Chaves apresentou, em 6 de dezembro de 2017, uma candidatura designada "Requalificação da Avenida Nuno Álvares (PAMUS 1.4)", operação esta integrada no "Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS)" do "Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Chaves (PEDU de Chaves)". -----

1.2. Após competente análise e avaliação, a referida candidatura mereceu decisão favorável de aprovação por deliberação da Comissão Diretiva do NORTE 2020, datada de 8 de fevereiro de 2018, a qual foi comunicada ao Município de Chaves, através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 17 de abril de 2018. Com a referida comunicação foi juntamente rececionado o Termo de Aceitação do apoio, o qual deverá ser assinado e autenticado pelo Senhor Presidente da Câmara, sendo esta a matéria sobre a qual versa a presente informação. -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. A operação em causa consubstancia a intervenção de "Requalificação da Avenida Nuno Álvares", localizada na freguesia de Santa Maria maior, em Chaves. -----

2.2. Esta requalificação pretende a atribuição de um novo desenho viário, destacando os espaços de circulação pedonal com vista à melhoria das condições de acessibilidade e comodidade. No âmbito da intervenção em questão será para manter o eixo estruturante, com o trânsito nos dois sentidos, introduzindo-se pequenas alterações nas ligações com outros arruamentos, acentuando deste modo a segurança da circulação automóvel e pedonal. Os passeios serão alargados e repavimentados sendo desenvolvidos num perfil desnivelado. Incluído ainda na intervenção haverá lugar à manutenção e reabilitação do pavimento da zona de circulação automóvel, em virtude deste se apresentar com sinais de desgaste e deterioração. -----

2.3. No âmbito da candidatura em causa, foram definidos como objetivos da intervenção o incremento e potenciação das condições funcionais dos espaços de circulação destinados aos modos suaves de mobilidade pedonal, incentivando a redução da utilização dos meios motorizados e consequentemente a diminuição das emissões de CO₂. -----

2.4. Considera-se expectável que a concretização desta intervenção melhore substancialmente as condições funcionais do arruamento em termos de circulação pedonal, sendo de esperar impactes positivos relacionados com a redução da utilização dos meios motorizados, redução dos níveis de ruído e de emissões de gases poluentes, com especial relevância para os gases com efeito de estufa. Consequentemente, esta operação, permitirá aumentar a atratividade da população local para os modos suaves de mobilidade (pedonal) prevendo-se, neste sentido, benefícios para os cidadãos locais em termos saúde pública e de qualidade de vida em meio urbano. -----

2.5. Estima-se, igualmente, uma mobilidade mais inclusiva, em virtude da eliminação de barreiras para os utilizadores mais vulneráveis e do aumento da segurança da mobilidade em modos suaves. -----

2.6. A submissão desta candidatura baseou-se nos seguintes valores de investimento: -----

- i) Custo Total - 794.499,63 euros; -----
- ii) Investimento Não Elegível - 330.475,01 euros; -----
- iii) Investimento Elegível - 464.024,62 euros; -----
- iv) Taxa de Cofinanciamento - 85% (do Investimento Elegível); -----
- v) Contribuição FEDER/FC Total - 394.420,93 euros; -----
- vi) Autarquia Local - 69.603,69 euros (15% do Investimento Elegível + Investimento Não Elegível). -----

2.7. Analisado o conteúdo constante no Relatório de Decisão e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que, da apreciação da candidatura e respetiva análise de mérito, por parte da Autoridade de Gestão, resultou a obtenção de uma pontuação de 3,20 pontos. -----

2.8. Verificou-se ainda que, da análise da referida candidatura, resultaram reajustamentos da elegibilidade de determinados trabalhos (Ponto 4. Elegibilidade das Despesas e Análise Financeira do Parecer

Global, anexo à presente informação), tendo como consequência uma alteração na repartição dos valores de investimento, conforme seguidamente apresentado: -----

- i) Custo Total - 794.499,63 euros; -----
- ii) Investimento Não Elegível - 363.999,00 euros; -----
- iii) Investimento Elegível - 430.500,63 euros; -----
- iv) Taxa de Cofinanciamento - 85% (do Investimento Elegível);
- v) Contribuição FEDER/FC Total - 365.925,54 euros; -----
- vi) Autarquia Local - 64.575,09 euros (15% do Investimento Elegível + Investimento Não Elegível). -----

2.9. Assim, registou-se uma diminuição da despesa considerada como inicialmente elegível (na fase de submissão da candidatura), e consequentemente, uma diminuição da contribuição FEDER proposta e um aumento do esforço financeiro do Município, para a concretização desta operação. -----

2.10. Perante estes factos os serviços técnicos da DSC analisaram o Parecer Global da candidatura, tendo-se concluído que os reajustamentos propostos, pela Autoridade de Gestão, vão de encontro à tipologia de elegibilidades previstas para a Prioridade de Investimento em que a referida candidatura se enquadra. -----

2.11. Neste contexto, cumpre, neste momento, decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo cofinanciamento, nos moldes apresentados no respetivo Termo de Aceitação e constantes resumidamente no ponto 2.8 da presente informação. -----

3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Face ao exposto, e dada a importância e relevância que a implementação do projeto âmbito de candidatura terá na requalificação deste eixo viário central da cidade, permitindo, por um lado, a melhoria das condições funcionais (acessibilidade e comodidade) dos espaços de circulação destinados aos modos suaves de mobilidade pedonal, e por outro, o incentivo à redução da utilização dos meios motorizados com consequente diminuição das emissões de CO₂, propõe-se que superiormente sejam aceites as condições previstas no Termo de Aceitação (documento em anexo), nos moldes apresentados pela Autoridade de Gestão. -----

3.2. Dado que, de acordo com o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, a aceitação do apoio deverá ser feita mediante a submissão do Termo de Aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato (no prazo máximo de 30 dias contados a partir da notificação), deverá a presente proposta ser submetida a reunião do Executivo Municipal, com vista à deliberação de concordância com o teor do referido documento, bem como legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do mesmo para posterior envio para a CIM-AT.-----
À consideração Superior, -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA, DE 08.05.2015 ----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o assunto a reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

- Aprovar o Termo de Aceitação da operação "Requalificação da Av. Nuno Álvares (PAMUS 1.4)" - Candidatura NORTE-05-1406-FEDER-000095,

candidatada no âmbito do Aviso N.º NORTE-06-2016-19- "*Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano: PI 4.5 (4e)*"; -----
 - Legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do referido Termo de Aceitação e posterior envio para Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, enquanto organismo intermédio da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte. -----
 Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a estratégia procedimental prevista na informação técnica. -----
 À consideração do Sr. Diretor de departamento de Coordenação Geral. -
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 11.05.2018 -----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ DE 11.05.2018 --
 À reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. RECÁLCULO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS ATRIBUÍDOS A ISOLINO PERDIGÃO MARÇAL, PROMOTOR DO PROJETO DE INVESTIMENTO "QUINTA DE AGROTURISMO CASTELO DE EIRAS", EM RESULTADO DA REAVALIAÇÃO DA CANDIDATURA PIM DECORRENTE DO PROCEDIMENTO DE RENEGOCIAÇÃO CONTRATUAL - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 47/DSC/2018, DO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 10.05.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - ENQUADRAMENTO DOS OBJETIVOS DA INFORMAÇÃO -----

12. No pretérito dia 05/04/2018 a CTAAF-PIM³⁷ reuniu-se, extraordinariamente, com vista a proceder à reavaliação da candidatura PIM (projeto de investimento "Quinta de Agroturismo Castelo de Eiras", cujo promotor é Isolino Perdigão Marçal), em resultado da reunião de renegociação do contrato de concessão de benefícios tributários municipais outorgado a 01/12/2015 entre o Município de Chaves e Isolino Perdigão Marçal, ocorrida no transato dia 22/03/2018. -----

13. A presente informação visa: -----

(i) Levar ao conhecimento do Executivo Municipal o Auto de Diligência n.º 6/2018 elaborado pela CTAAF-PIM, o qual se anexa; -----

(ii) Deliberar sobre a proposta de deliberação que o Auto de Diligência preconiza. -----

II - CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPOSTA -----

1. Na sequência da deliberação camarária de 22/02/2018 sob a Informação/Proposta n.º 11/2018, da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, foi encetado o procedimento de renegociação do contrato de concessão de benefícios tributários municipais outorgado a 01/12/2015 entre o Município de Chaves e Isolino Perdigão Marçal.

2. Para efeito de renegociação, foi realizada uma reunião no passado dia 22/03/2018³⁸, na qual, para além dos esclarecimentos procedimentais, foram apresentados os elementos necessários à reanálise da candidatura, em conformidade com o disposto no n.º 2 da

³⁷ Comissão Técnica de Análise, Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal criada na sequência da deliberação do órgão executivo camarário do passado dia 15/04/2016, sob a Informação/Proposta N.º 80/DSC/2016 de 6/04/2016. -----

³⁸ Ver Auto de Diligência n.º 3/CTAAF-PIM/2018, em anexo. -----

Cláusula 6^a³⁹ (Renegociação do contrato) do contrato de concessão de benefícios tributários municipais (CCBTM) e no n.º 2⁴⁰ do art.º 13º-A (Renegociação) do Regulamento dos Projetos de Interesse Municipal (RPIM). -----

3. Sequencialmente, no pretérito dia 05/04/2018 a CTAAF-PIM reuniu-se, extraordinariamente, para proceder à reavaliação da candidatura tendo por base os dados entretanto fornecidos⁴¹ correlacionados com as novas metas contratuais. -----

4. Segundo o que consta no atual Auto de Diligência, a análise da referida informação permitiu à Comissão Técnica, nomeadamente: -----

4.1 Sustentar a nova calendarização do projeto de investimento (início - 13/12/2017 e término - 19/07/2019); -----

4.2 Circunscrever as novas metas contratuais a: -----

(i) Montante de investimento: €2.689.329,50; -----

(ii) Número de postos de trabalho a criar: 15; -----

(iii) Prazo para a implementação do projeto: 19 meses. -----

4.3 Confirmar que se mantêm inalterados os critérios que determinaram a redução de 75% nas Taxas Municipais (investimento superior a 500.000,00€); -----

4.4 Assegurar que, ao abrigo da alteração⁴² introduzida ao art.º 16º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, pelo art.º 258º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, será possível ao promotor beneficiar da redução de IMI e IMT resultante do recálculo dos benefícios tributários municipais, decorrentes da reavaliação da candidatura em causa. -----

5. Em resultado, a CTAAF-PIM, apenas procedeu ao recálculo⁴³ dos benefícios tributários ao investimento a conceder, do qual adveio, uma classificação final da candidatura de 72,00%, isto é, 6 pontos percentuais abaixo do obtido na classificação em sede de candidatura.

6. Face ao atual quadro legal, e à luz do estipulado na alínea a)⁴⁴ do n.º 3 do art.º 8º (Benefícios fiscais) do RPIM, a referida Comissão esclarece que, o promotor apenas poderá beneficiar da redução de IMI.

³⁹ **Cláusula 6.ª (Renegociação do Contrato)** -----

1. O presente contrato poderá ser renegociado, através de aditamento, quando haja necessidade de introduzir modificações decorrentes de algum evento que altere substancialmente as circunstâncias em que as partes fundaram a sua vontade de contratar.

2. Qualquer alteração contratual decorrente da renegociação prevista no número anterior fica sujeita aos critérios utilizados na apreciação da candidatura." -----

⁴⁰ **Artigo 13.º-A (Renegociação)** -----

1. (...) -----

2. Qualquer alteração contratual decorrente da renegociação referida no número anterior é submetida a aprovação nos termos do artigo 7.º. -----

⁴¹ Os dados em análise corresponderam à compilação da informação apresentada na reunião de renegociação ocorrida no dia 23/03/2018 e a constante do pedido de aditamento ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais apresentado pelo promotor a 14/12/2017. -----

⁴² Clarifica a possibilidade de redução de IMI e de IMT, para o período em que o promotor efetivou a candidatura inicial a PIM. -----

⁴³ Ver anexo do Auto de Diligência n.º 6/CTAAF-PIM/2018, relativa ao recálculo dos quadros constantes nos pontos 4.1 e 5 do relatório de avaliação, em anexo. -----

⁴⁴ **Artigo 8º (Benefícios Fiscais)** -----

"(...) -----

7. Neste contexto, e uma vez que o prédio onde se projeta o atual investimento, objeto de candidatura PIM, já contempla construção pré-existente, a citada Comissão entende que o valor a conceder na redução do IMI deverá ser calculado através da fórmula matemática constante no número 4.5 do citado auto de diligência. -----

8. A CTAAF-PIM elucida, igualmente, que a estimativa dos valores, percentual e absoluto, relativos à redução de IMI a conceder ao promotor, no âmbito da referida reavaliação, seria efetuada aquando da receção dos valores patrimoniais do prédio, antes e após realização do investimento objeto da candidatura PIM, calculados pela Comissão de Avaliação do Património Municipal. -----

9. Em conformidade com o disposto no n.º 5⁴⁵ do art.º 10º do RPIM e no n.º 1⁴⁶ da Clausula 6ª do CCBTM, e em razão da alteração resultante da reavaliação da candidatura, a Comissão preconiza uma adenda ao contrato, a qual deverá refletir o benefício da redução de IMI, na sequência da alteração legislativa que veio a permitir tal faculdade às autarquias (Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), sugerindo, para o efeito, a adoção da estratégia procedimental, constante no nº 5 do Auto de Diligência nº 6/CTAAF-PIM/2018 (anexo a esta informação). --

10. Por último, cabe referir que, tendo sido conhecidos, nos pretéritos dias 11 e 21 de abril 2018, os valores patrimoniais do prédio, antes e após a realização do investimento, foi, então, possível proceder à quantificação dos benefícios concedidos, em termos relativos e absolutos, os quais se traduziram numa redução de 64,23% do IMI, e correspondente ao valor estimado de 2.722,52€. -----

IV - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Tendo por base o Auto de Diligência n.º 6 de 2018 da CTAAF-PIM, e na qualidade de gestor de projeto, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta à consideração do Senhor Presidente da Câmara a seguinte proposta: -----

1. Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção de deliberação no seguinte sentido: -----

1.1. Aprovação da reavaliação da candidatura do projeto de investimento "Quinta de Agroturismo Castelo de Eiras" classificada como PIM; -----

1.2. Concessão adicional de benefícios tributários municipais ao respetivo promotor, traduzidos na redução de 64,23% do IMI (correspondente ao valor estimado de 2.722,52€), relativamente ao já contratualizado (redução de 75% nas Taxas Municipais). -----

3. Os benefícios fiscais concedidos às entidades beneficiadoras, deverão obedecer a seguinte calendarização, a saber: -----

a) Isenção ou redução de IMT - antes da celebração do contrato de aquisição do direito de propriedade ou de figuras parcelares desse direito, deverá ser o interessado a requerer a isenção do IMT, o qual será objeto de decisão, comunicada aos serviços da administração fiscal, a fim de ser emitida a declaração de isenção previamente à formalização do contrato;" -----

⁴⁵ **Artigo 10.º (Contrato de concessão de benefícios tributários municipais) -----**

" (...) -----

5. Os aditamentos aos contratos de concessão de benefícios fiscais e taxas municipais, serão sempre objeto de deliberação da Assembleia Municipal." -----

⁴⁶ Ver nota de rodapé n.º 3. -----

2. Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

2.1. Notificar o promotor da deliberação em causa, em conformidade com o disposto no Código do Procedimento Administrativo; -----

2.2. Enviar cópia da presente informação, e da correspondente deliberação camarária, em vista à sua operacionalização, para as seguintes unidades orgânicas: -----

(i) Gabinete de Notariado e Expropriações para que adote as diligências necessárias ao aditamento do contrato de concessão de benefícios tributários, outorgado no pretérito dia 01/12/2015 e, subsequente, cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 10º do RPIM, ou seja, submissão do aditamento ao contrato a deliberação da Assembleia Municipal. -----

(ii) Divisão de Gestão Financeira, para que atualize a informação a ser comunicada anualmente à Autoridade Tributária, até ao dia 31 de dezembro, por transmissão eletrónica de dados, dos benefícios fiscais reconhecidos, com indicação do seu âmbito e período de vigência, conforme estabelecido no n.º 10, do art.º 16.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 11.05.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ DE 11.05.2018 --

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. INFORMAÇÃO 016/GTF/2018. CANDIDATURA -FAIXAS DE INTERRUPTÃO DE COMBUSTÍVEIS - ANÚNCIO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL N.º 05/0128/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Enquadramento-----

Ao abrigo do anúncio de abertura de procedimento concursal n.º 05/0128/2018, Faixas de Interrupção de Combustíveis - Prevenção dos fogos de 2018, o Município de Chaves submeteu a sua candidatura.-----
Após a competente análise e avaliação da referida candidatura, por parte do Fundo Florestal Permanente, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação, a qual foi comunicada ao Município de Chaves, através do ofício 23880/2018/DIF/DAGF aos 26-dias do mês de abril de 2018. Com a referida comunicação foi rececionada conjuntamente o Termo de Aceitação a assinar pelo Senhor Presidente da Câmara, matéria sobre a qual versa a presente informação.-----

II - Fundamentação-----

De acordo com o Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação actual, define no seu artigo 18 o seguinte:-----

Ponto 1 - As faixas integrantes das redes primárias visam o estabelecimento, em locais estratégicos, de condições favoráveis ao combate a grandes incêndios florestais.-----

Ponto 2 - As faixas citadas no número anterior possuem uma largura não inferior a 125 m e definem compartimentos que, preferencialmente,

devem possuir entre 500 ha e 10 000 ha. Dos 125 metros 26 metros dizem respeito às Faixas de Interrupção de combustíveis;-----

Ponto 3 - O planeamento, a instalação e a manutenção das redes primárias de faixas de gestão de combustível devem ter em consideração, designadamente:-----

a) A sua eficiência no combate a incêndios de grande dimensão;-----

b) A segurança das forças responsáveis pelo combate;-----

c) O valor socioeconómico, paisagístico e ecológico dos espaços rurais;-----

d) As características fisiográficas e as particularidades da paisagem local;-----

e) O histórico dos grandes incêndios na região e o seu comportamento previsível em situações de elevado risco meteorológico;-----

f) As atividades que nelas se possam desenvolver e contribuir para a sua sustentabilidade técnica e financeira.-----

Ponto 4 - As redes primárias de faixas de gestão de combustível são definidas pelos Planos Distritais de Defesa da Floresta Contra incêndios e obrigatoriamente integrados no planeamento municipal e local de defesa da floresta contra incêndios;-----

Ponto 5 - O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra incêndios de Chaves, aprovado em 25-11-2016, incorporou a Rede Primária na qual consta a rede Primária candidatada.-----

Ponto 6 - O anexo II do anúncio de abertura de procedimento concursal n.º 05/0128/2018, Faixas de Interrupção de Combustíveis - Prevenção dos fogos de 2018, definiu para o concelho de Chaves uma extensão de 4,92 km de abertura das FIC.-----

Ponto 7 - O Município candidatou-se para a totalidade das FIC, anunciado no termo de abertura, contemplando a abertura de 4,92 km da faixa de interrupção de combustível na Rede Primária de Defesa da Floresta Contra Incêndios, adstrita à freguesia de São Vicente da Raia, conforme traçado da cartografia em anexo;-----

Ponto 8 - Os trabalhos serão realizados no cumprimento das seguintes características técnicas:-----

I. A abertura de FIC (Faixa de Interrupção de Combustível) terá 26 metros de largura, preferencialmente com 10 metros para cada lado da Rede Viária Florestal (RVF), ocupando as áreas laterais à RVF uma faixa com o total de 20 metros de largura;-----

II. A Rede Viária Florestal será alargada, com um mínimo de 6 m de largura, nivelada para trânsito de viaturas e preparação de drenagem lateral, a executar exclusivamente com movimentação de terras;-----

III. Nas laterais à RVF (total de 20 metros) serão removidos todos os exemplares de Pinheiro bravo, Eucaliptos, e todas as espécies invasoras lenhosas, devendo ser preservadas outras espécies, designadamente Sobreiros, Azinheiras e Azevinhos;-----

IV. Relativamente às espécies a preservar, será cumprido o seguinte:-

a. O afastamento de copas será obrigatoriamente superior a 4 m e a desramação terá de ter pelo menos 50% do fuste para árvores com altura total até 8 m, altura a partir da qual a desramação deverá atingir no mínimo um fuste limpo de 4 m;-----

b. O extrato arbustivo e subarbustivo não poderá exceder os 20 cm de altura, sendo preferencialmente todo eliminado.-----

Ponto 9 - A concretização desta operação compreenderá um investimento total de 7 380 €, acrescido da taxa de Iva em Vigor, com uma taxa de cofinanciamento de 100 %;-----

Ponto 10 - No âmbito do ofício de aprovação, referência 23880/2018/DIF/DAGF refere que o município, aquando da devolução do termo de aceitação, deve satisfazer os seguintes condicionantes:-----

- a) Fotocópia do cartão de identificação Fiscal;-----
- b) Lista com identificação de todas as pessoas que legalmente representam o Município;-----
- Demonstração de poderes de representação na prática dos atos relativos à candidatura e/ou contrato;-----
- c) Declaração de compromisso de honra, através do qual a entidade declara que as áreas de intervenção não foram nem serão objeto de apoio de outros programas ou instrumentos financeiros de âmbito nacional, comunitário ou internacional;-----
- d) Peças preparatórias do respetivo procedimento de contratação pública;-----
- e) Documento comprovativo da inserção da candidatura em orçamento, ou em alternativa declaração onde conste o compromisso do Município assegurar a inscrição em orçamento de 2018 do valor de investimento;-
- f) Apresentação dos documentos justificativos dos custos associados às componentes de investimento 8Orçamentos, fatura pró-forma, etc.);-
- g) No caso de intervenção em propriedade privada, acordo dos proprietários, ou publicação em edital da execução da obra;-----

h) III - Parecer-----

i) A presente intervenção visa dar resposta à execução de 4,92 km de Faixas de Interrupção de Combustíveis da rede Primária, aprovada em sede de Comissão Distrital de Defesa da Floresta contra incêndios e incorporada no Plano Distrital e no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra incêndios de Chaves, aprovado em 25-11-2016, e visa o cumprimento das seguintes funções:-----

j) a) Função de diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo;-----

k) b) Função de redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial;-----

c) Função de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.- No âmbito da presente candidatura pretende-se realizar 4,92 km de FIC as quais contempla:-----

- 4,92 km de alargamento da Rede viária Florestal - largura mínima de 6 metros;-----

- Execução de uma faixa lateral de 10 metros para cada lado numa extensão de 8,75 ha;-----

A presente candidatura terá um custo total de **7380** euros (acrescidos da taxa de Iva em vigor) tendo em conta a fatura proforma n.º 1 da empresa Morais Pereira Lda.-----

Quadro 1 - Orçamento -----

Tipo de Intervenção	Unidades	Necessidades de Intervenção	Custo Unitário (€)	Custo Total S/ Iva(€)	Custo Total c/ Iva(€) - taxa 6%	Financiamento FFP (100 %)
Alargamento da RVF	Km	4,92	925,20	4551,98	4825,10	4825,10
Execução da Faixa lateral de 10 metros para cada lado	Ha	8,76	322,83	2828,09	2997,77	2997,77
Total Geral				7380	7823	7823

A execução física e financeira da presente candidatura seguirá o cronograma constante no quadro seguinte.-----

Quadro 2 - Cronograma-----

Tipo de Intervenção	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setemb ro	Outu bro	Novem bro
Abertura do procedimento público	x							
Alargamento da RVF		x	x					
Execução da Faixa lateral de 10 metros para cada lado		x	x	x				
Execução financeira		x	x	x	x	x	x	x

Em suma, com a presente candidatura iremos realizar **6,71 %** de FIC relativamente às necessidades do concelho, contribuindo para o aumento da resiliência dos espaços florestais do concelho.-----

III - Proposta-----

Face ao exposto, e dada as funções que desempenham as Faixas de interrupção de Combustíveis, propõe-se:-----

Ponto 1 - Que superiormente sejam aceites as condições previstas no "Termo de Aceitação" (documento em anexo), nos moldes apresentados pelo Fundo Florestal Permanente. A aceitação do apoio deverá ser feita mediante a devolução do termo de aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato, no prazo máximo de 10 dias contados a partir da notificação, 26-04-2018.-----

Ponto 2 - De forma a dar resposta aos condicionalismos, a satisfazer aquando da devolução do termo de aceitação, propõe-se;-----

a) Aprovar e assinar a declaração de compromisso de honra, através do qual a entidade declara que as áreas de intervenção não foram nem serão objeto de apoio de outros programas ou instrumentos financeiros de âmbito nacional, comunitário ou internacional e o compromisso do Município em assegurar a inscrição, em orçamento de 2018, o valor de investimento;-----

b) Autorizar a abertura do respetivo procedimento de contratação pública;-----

c) Aprovar o caderno de encargos em anexo;-----

d) Remeter para os serviços municipais competentes, cópia da presente informação, de forma a diligenciarem-se os procedimentos de contratação pública;-----

e) Aprovar e autorizar a publicitação do edital da execução da obra na freguesia de intervenção e nos locais de costume;-----

Dada a urgência de resposta, até 10-05-2018, e a data de realização da próxima reunião ordinária da câmara municipal, 17-05-2018, propõe-se:-----

a) Que os atos de aprovação acima identificados, sejam praticados, pelo presidente da câmara, à luz da retrocitada credencial legal prevista no n.º 3, do Artigo 35.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013;-----

b) Sequencialmente tais atos deverão ser sujeitos a ratificação, em sede de próxima reunião ordinária da câmara municipal, sendo, para o efeito, o presente assunto integrado na respetiva ordem de trabalho;--

c) Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;---

À consideração Superior-----
 O Técnico Superior -----
 (Eng.º Sílvio José Sevivas Silva)-----

Anexo:-----

- Cartografia das intervenções;-----
- Declaração de compromisso de honra, através do qual a entidade declara que as áreas de intervenção não foram nem serão objeto de apoio de outros programas ou instrumentos financeiros de âmbito nacional, comunitário ou internacional e compromisso do Município em assegurar a inscrição em orçamento de 2018 o valor de investimento;--
- Aprovar o caderno de encargos;-----
- Aprovar o edital de publicitação da execução da obra;-----
- Termo de Aceitação-----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ DE 11.05.2018 --

Visto. Concordo. Proceda-se em conforme preconizado nesta informação técnica. À reunião de câmara para ratificação do presente despacho. -

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de 11.05.2018. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

 Concluída a análise, discussão e votação de todos os assuntos, e antes de proceder ao encerramento da presente reunião, o Senhor Presidente da Câmara, Nuno Vaz Ribeiro, deu a palavra aos presentes que mostraram interesse em intervir na presente reunião, nos termos do disposto do nº. 2, do art. 49º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. --

 De seguida, usou da palavra o Senhor Manuel Leão, tendo lido e seguidamente apresentado, por escrito, junto do Presidente da Câmara, o seguinte requerimento: -----

FEZ ONTEM DOIS ANOS, DO FALECIMENTO DE MINHA MÃE. -----

Morreu em consequência das lesões derivadas de uma queda, provocada pelo lixo soltado por uma árvore localizada em domínio público. No passeio chequíssimo da casa em que vivia... -----

Como resultado dessa queda, partiu a Bacia. Teve de ser operada. O resultado dessa operação foi a colocação de uma "Prótese". -----

A sua recuperação não foi possível com a operação a que foi sujeita.

Devido à sua avançada idade, e Gravidade da lesão, esteve "Acamada", cerca de dois anos. Acabando por Falecer, no dia 16 de Maio de 2016, derivado a uma infecção na "prótese" que lhe foi implementada. -----

A causa desta Tragédia, ainda não foi eliminada. O perigo dessa árvore foi aumentando. -----

No dia 30/11/2017, na "Sessão de Câmara Pública foi feita uma denúncia", para a perigosidade constituída por essa árvore, em que foram expostos os factos. Foi "prometido estudar a situação e tomar as medidas pertinentes. -----

O tempo foi passando... O que foi feito até agora, e respeito desta situação? -----

NADA. -----

Foram "Podadas" as árvores que se encontram no Largo do Monumento, em frente a entidade bancaria "Banco Santander" (por ser um banco e tapar a sua fachada). -----

Foram Cortadas várias árvores na Avenida Nuno Alvares, que estorvavam a entrada em garagens, ou tapavam as vistas a determinadas vivendas. Esta árvore, esta actualmente a menos de 1 metro do telhado da vivenda.

A sua altura é enorme, duas vezes a altura da habitação. O seu porte é enorme e não cumpre as regras com a sua disposição actual. -----
SE NÃO A QUEREM CORTAR ESSA PERIGOSÍSSIMA ÁRVORE... AUTORIZEM QUE OUTROS O FAÇAM. -----

AVISO, SE ALGO DE GRAVE SUCEDER, DEVIDO À INCÚRIA DESTA SITUAÇÃO, NÃO VOU PERMITIR A IMPUNIDADE DOS RESPONSÁVEIS. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

1 - No que concerne ao falecimento da mãe do Senhor Manuel Leão, o Município de Chaves, lamenta a sua perda, mas, trata-se de uma questão de índole familiar/pessoal. -----

2- Confirma-se que este assunto (abate de árvore) foi abordado, em sede de reunião desta Câmara. -----

3 - A projecção da árvore e o seu eventual mau estado de conservação, é matéria que está a ser ponderada, pelos serviços técnicos municipais, sendo certo que a solução irá ser, técnica e oportunamente, encontrada.

4 - O corte de árvores, executado ou em curso, segue os parâmetros técnicos preconizados, sobre a matéria, em anos anteriores. -----

5 - Tais parâmetros foram aplicados, quer na zona do monumento, quer na zona da Av. Nun'Alvares, tendo sido, tecnicamente, apurado que, a situação patológica das árvores aí existentes, determina a poda das mesmas e/ou o seu corte. -----

6 - Foram, pois, critérios objetivos que justificaram tal intervenção.

7 - Refira-se que a obra levada a efeito na Av. Nun'Alvares, já contemplava o corte de cinco árvores, conforme informação prestada, sobre a matéria, pelo Vereador Eng. Victor Santos, tendo sido identificadas dez árvores doentes que acabaram também por ser cortadas. -----

8 - No total, foram cortadas catorze árvores, em tal Avenida da cidade. -----

De seguida, usou da palavra o Senhor Manuel Leão, tendo lido e seguidamente apresentado, por escrito, junto do Presidente da Câmara, o seguinte requerimento: -----

REPRESÁLIAS EM CHAVES -----

Alguns dos cidadãos Flavienses têm medo de se queixar, tem medo de reclamar... temem sofrer represálias das instituições. -----

Sem qualquer "Aviso" aos moradores, esta terça-feira dia 08 de Maio, cerca das 08h30, o piso da Avenida Irmãos Rui Garcia Lopes, foi retirado (novamente). -----

Os moradores da rua e travessa adjacente, "Acordaram", para um autêntico "Pesadelo". -----

Quem tinha as viaturas nas garagens não os puderam tirar ou utilizar... Quem tinha saído para os empregos, quando regressaram, não conseguiram aceder às suas Habitações. -----

INDIGNADOS, PROTESTARAM VEEMENTE. -----

No fim do dia 11 (sexta-feira), os inquilinos do prédio situado na Rua Irmãos Rui Garcia Lopes N.º 2, sofreram "Retaliações" (ou como queiram designar estes actos) de entidades ligadas à obra de requalificação da referida "avenida", possivelmente, devido aos protestos e reclamações que manifestaram publicamente incluído um artigo de denúncia, publicado no Facebook. -----

Como Represália, não lhe foram colocadas "Rampas de Acesso" às suas moradias, impedindo-as de aceder ou fazer uso com as suas viaturas às suas moradias. -----

Como Retaliação foi um acto Covarde e sem Dignidade de quem o praticou, seja ela que for. -----

Mas pior do que isso é triste, degradante e vergonhoso ver a passividade das entidades autárquicas que acompanham e "fiscalizam" a obra de requalificação. -----

Foi chamada a atenção, a um trabalhador dos que procediam a colocação das rampas de acesso, as garagens. Essas rampas foram colocadas em todos os acessos as garagens, repito todos os acessos, menos ao prédio mais reclamador e contestatário, como se pode constar pelas fotografias publicadas. -----

Esta actuação foi um nojo, foi desonesta, revelou falta de princípios e uma total ausência de valores democráticos. -----

Após esta denúncia, que foi feita cerca das 08h00 da manhã de sábado, cerca das 13h40 um veículo, procedeu à colocação das rampas de acesso, aos moradores contestatários. -----

Desconhecemos, qual a entidade que ordenou a sua colocação e a eliminação das discriminações repressivas. -----

Actualmente a avenida está um autêntico pesadelo. Obras paradas, sem data para retomarem, sem data para acabarem. A poeirada é enorme. Os residentes não podem abrir janelas das Habitações para arejar as casas... Não podem estender a roupa para secar... As varandas e acessos, estão com enorme camada de poeira e terra... Na manhã do dia 14, rebentou um cano de abastecimento de água... -----

Perguntamos até quando se vai manter o pesadelo e a lixeira? -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

1 - Esta intervenção é feita, no âmbito de um contrato de empreitadas, sendo certo que as condições climatéricas existentes não eram as mais adequadas para a colocação do betuminoso. -----

2 - Em face das sugestões apresentadas pelos moradores, correlacionadas com a execução dos trabalhos da empreitada, a autarquia tomou a decisão de fazer algumas pequenas correções, no âmbito dos respetivos acessos à via pública objeto de requalificação. -----

3 - Qualquer obra, antes de trazer benefícios tem, sempre, inconvenientes. -----

4 - Qualquer condicionamento ao direito de opinião ou de participação é inaceitável e deve ser, veementemente, repudiado. -----

5 - Na presente data, não estão a ser executados quaisquer trabalhos de substituição, considerando que os mesmos não estão integrados no objeto do contrato e no respetivo projeto. -----

6 - A eventual execução de tais trabalhos deverá dar escrupuloso cumprimento às regras da contratação pública, em vigor. -----

7 - Por último, dever-se-á registar que todas as dificuldades operacionais, ora, evidenciadas, pelo cidadão interveniente, foram ultrapassadas, mediante as ações, oportunamente, desenvolvidas, pela autarquia, particularmente, no que concerne à execução dos respetivos acessos às habitações confinantes. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram doze horas, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

ⁱ Aplicável apenas quando os apoios concedidos sejam superiores a € 50 000,00, nos termos do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009. -----